

MARILÉIA TONIETTO

**COLÔNIA MERGULHÃO: O SENTIDO DA TRADIÇÃO NA RURALIDADE
CONTEMPORÂNEA**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Sociologia, Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do
Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA

2005



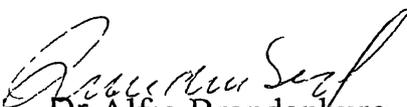
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax 360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) mestrando(a) **Mariléia Tonietto**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado “COLÔNIA MERGULHÃO O Sentido da Tradição na Ruralidade Contemporânea”, é de parecer favorável à **APROVAÇÃO** do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa “Ruralidades e Meio Ambiente” da área de concentração em **TRABALHO E RURALIDADES** Curitiba, 23 de agosto de 2005


Dr^a Marília Gomes de Carvalho


Dr Osvaldo Heller da Silva


Dr Alfio Brandenburg
Orientador e presidente da banca examinadora

**Ao Alfio Brandenburg e Osvaldo Heller da Silva,
professores do Programa de Pós-graduação em
Sociologia da UFPR**

**Aos agricultores familiares da Colônia Mergulhão,
pela paciência com que me acolheram e
responderam aos exaustivos questionamentos**

**Ao Marcio M de Brito, Aurora Girardi e Marcos
Kusma, do Departamento de Turismo da Secretaria
de Indústria, Comércio e Turismo de São José dos
Pinhais**

**E, finalmente, a minha família, especialmente ao
Gustavo**

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ii
RESUMO	iii
RÉSUMÉ	iv
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	4
1.1.1 O Recorte Espacial e Temporal	6
1.1.2 A Definição da Amostra	7
1.1.3 Os Instrumentos de Pesquisa	10
2 AS FORMAS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	12
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PAÍS	12
2.1.1 No Sul	14
2.2 MATRIZES DA AGRICULTURA FAMILIAR	18
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR NA CONTEMPORANEIDADE	25
2.4 OS CAMPONESES E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO RURAL	32
2.4.1 As Unidades Básicas de Povoamento	33
2.4.1.1 Os modos de cooperação vicinal	38
2.4.1.2 Os laços de parentesco e de compadrio	40
3 DINÂMICAS SOCIAIS DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE	44
3.1 PERSPECTIVAS DE REORGANIZAÇÃO DO RURAL NAS SOCIEDADES MODERNAS	44
3.1.1 O Fim do Rural	44
3.1.2 A Emergência de uma Nova Ruralidade	48
4 OS MODOS DE VIDA NO MERGULHÃO	55
4.1 A REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	56
4.1.1 Estrutura Fundiária	56
4.1.2 Origens da Renda Familiar	61
4.1.2.1 Pecuária de leite	67
4.1.2.2 Vinho e turismo rural	69
4.1.3 Identidade Profissional	72
4.1.4 Utilização de Mão-de-Obra	76
4.1.5 Renda dos Aposentados.....	77
4.1.6 Perspectiva de Desenvolvimento de Projeto na Unidade Familiar.....	79
4.2 A REORGANIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL NO CAMPO.....	82
4.2.1 Suas Formas de Sociabilidade	84
4.2.1.1 Modalidades de ajuda mútua	84
4.2.1.2 Os laços de amizade e de parentesco	87
4.2.1.3 As formas associativas	91
4.2.1.4 As práticas religiosas	92
4.2.2 A Reconstrução de um Rural Múltiplo	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, COM DESTAQUE PARA A LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA MERGULHÃO, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	7
FIGURA 2 - MAPA DOS LIMITES ESPACIAIS DA COLÔNIA MERGULHÃO E CIRCUITO DE TURISMO "CAMINHO DO VINHO", SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2004	8
FIGURA 3 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES COMPONENTES DA AMOSTRA DE PESQUISA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	9
FIGURA 4 - TABELA DEMONSTRATIVA DA ASCENDÊNCIA DOS GRUPOS FAMILIARES COMPONENTES DA AMOSTRA ESTUDADA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	56
FIGURA 5 - TABELA DEMONSTRATIVA DA POSSE DA TERRA E TAMANHO DAS UNIDADES FAMILIARES COMPONENTES DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	57
FIGURA 6 - TABELA DEMONSTRATIVA DAS FORMAS DE OBTENÇÃO DA TERRA PELAS FAMÍLIAS COMPONENTES DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	59
FIGURA 7 - QUADRO DEMONSTRATIVO DO TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UNIDADE FAMILIAR E APEGO À TERRA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	60
FIGURA 8 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DA RENDA DAS FAMÍLIAS COMPONENTES DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004 ...	62
FIGURA 9 - FOTOGRAFIA DE UMA UNIDADE FAMILIAR PRODUTORA DE OLERÍCOLAS	63
FIGURA 10 - FOTOGRAFIA DA CANTINA DE UMA DAS UNIDADES FAMILIARES PRODUTORAS DE VINHO	64
FIGURA 11 - FOTOGRAFIA DE UMA UNIDADE FAMILIAR COM PESQUE-PAGUE	64
FIGURA 12 - FOTOGRAFIA DO RÓTULO PADRÃO UTILIZADO NA COMERCIALIZAÇÃO DO VINHO	69
FIGURA 13 - QUADRO DEMONSTRATIVO DA INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS DA AMOSTRA NO CIRCUITO DE TURISMO RURAL "CAMINHO DO VINHO" E RESPECTIVOS PRODUTOS OU ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	72
FIGURA 14 - TABELA DEMONSTRATIVA DA PROFISSÃO COM A QUAL OS INFORMANTES SE IDENTIFICAM, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	73
FIGURA 15 - TABELA DEMONSTRATIVA DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PELAS FAMÍLIAS QUE COMPÕEM A AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	77
FIGURA 16 - TABELA DEMONSTRATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS COM UMA OU MAIS PESSOAS APOSENTADAS, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	77
FIGURA 17 - QUADRO DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DA RECEITA ORIUNDO DE APOSENTADORIA NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO - OUT/NOV 2004	78
FIGURA 18 - FOTOGRAFIA DA "ESTRADA DO MERGULHÃO"	80
FIGURA 19 - FOTOGRAFIA DA FESTA DO VINHO DE 2004	86
FIGURA 20 - FOTOGRAFIA DE RESIDÊNCIA DE FAMÍLIA DO MERGULHÃO	90
FIGURA 21 - FOTOGRAFIA DE RESIDÊNCIA DE FAMÍLIA DO MERGULHÃO	90
FIGURA 22 - FOTOGRAFIA DA IGREJA DO MERGULHÃO: "CAPELA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO"	93

RESUMO

Análise das formas de vida de um grupo de agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus residentes na colônia Mergulhão, comunidade situada no espaço rural de São José dos Pinhais, um dos municípios pertencentes à porção Sul da Região Metropolitana de Curitiba. O recorte temporal é o período posterior à implantação das atividades de turismo rural na colônia, momento de instituição da rota de turismo “Caminho do Vinho”, em 2000. Tem por objetivo analisar como se reconstrói o mundo rural no âmbito das dinâmicas sociais das relações campo-cidade na contemporaneidade. Especificamente, o estudo se propõe a analisar as alternativas de sobrevivência das famílias; a verificar o grau de inserção de novas atividades – agrícolas ou não –, observando se o rural mantém-se associado ao agrícola; a compreender a rede de relações entre as famílias, seus laços com a localidade e o sentimento de pertencimento à comunidade que daí decorre; além de averiguar o grau de persistência de características do rural tradicional nos modos de vida das famílias. Fundamentado em dois eixos de análise, a organização produtiva e a organização comunitária da colônia, o estudo constatou a ocorrência de um movimento de reorganização produtiva dos habitantes do lugar, em função da implantação de atividades relacionadas ao turismo rural. As novas atividades, a princípio percebidas apenas como uma alternativa a mais para obtenção de renda, promovem a ampliação da rede de sociabilidade dos agricultores familiares e passam a institucionalizar novas formas de organização social na comunidade. A intensificação das trocas com elementos sociais, culturais e econômicos distintos, ao invés de descaracterizar as peculiaridades do espaço rural, reafirma a identidade social dos agricultores familiares. Ultrapassando o mero aspecto econômico, a ruralidade local assume novo significado: sua tradição é valorizada como patrimônio sociocultural de um grupo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sociabilidade; Ruralidade; Relações Rural-urbano.

RÉSUMÉ

C'est l'analyse des formes de vie d'un groupe d'agriculteurs familiaux descendants d'immigrants européens qui habitent à la colonie de Mergulhão, une communauté située dans le domaine rural de São José dos Pinhais, l'un des douze municipes au sud de la Région Métropolitaine de Curitiba. Le découpage temporel c'est l'époque postérieure à la mise en place des activités sur le tourisme rural dans la colonie, période celle de l'implantation de la route du tourisme "Le Chemin du Vin", à l'année de 2000. Le but c'est d'analyser comment on peut reconstruire le monde rural dans le contexte des dynamiques sociales entre les relations campagne-ville dans la contemporanéité. Cette étude a le but particulier d'offrir l'analyse sur les options de survivance des familles; de vérifier le degré de l'insertion des nouvelles activités – agricoles ou pas agricoles – en observant si le milieu rural se maintient lié au milieu agricole; de comprendre le réseau des relations familiales, leurs liens avec le terrain et le sentiment d'appartenir à la communauté concernante; et aussi d'enquêter le degré de persistance des caractéristiques de l'agriculture traditionnelle en relation aux manières de vivre des ces familles. Basé sur deux axes d'analyse, l'organisation productive et l'organisation communautaire de la colonie, cette étude a constaté l'occurrence d'un mouvement de réorganisation productive des habitants de l'endroit, en fonction de la mise en place des activités concernantes au tourisme rural. Les nouvelles activités, qu'à l'origine n'ont été aperçues que comme une alternative de plus pour l'obtention de revenu, provoquent l'agrandissement du réseau de sociabilité des agriculteurs familiaux et l'institutionnalisation de nouvelles formes d'organisation sociale dans la communauté. L'intensification des échanges avec les différents éléments sociaux, culturels et économiques, à la place de changer les particularités du milieu rural, elle réaffirme l'identité sociale des agriculteurs familiaux. En dépassant le pur aspect économique, la ruralité locale assume une nouvelle signification: leur tradition est surestimée comme un patrimoine socioculturel d'un groupe.

Des mots-clés: Agriculture familiale, Sociabilité, Ruralité, Relations rurales-urbaines.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, em todos os países tidos como desenvolvidos, predomina a agricultura de base familiar, tendo sido adotadas políticas agrícolas e agrárias que promoveram seu fortalecimento e consolidação, ao mesmo tempo em que se inibia o desenvolvimento da agricultura patronal, contrariamente ao que ocorre na maioria dos países periféricos e nos do Leste Europeu¹. (VEIGA, 1996)

Como “são ‘escolhas de sociedade’ que vão determinar as formas privilegiadas de agricultura” (FERREIRA; ZANONI, 1998, p. 23), no Brasil fez-se opção em favor do modelo latifúndio e da agricultura patronal. As elites dirigentes firmam um pacto com o propósito de impedir que os imigrantes, europeus e japoneses, os negros e os caboclos se tornassem proprietários de terras. Ainda assim, a agricultura de organização familiar se afirma no país, a exemplo do que ocorre no Brasil meridional, em função do fluxo colonizador que aí se estabelece. O enorme excedente populacional que se formara, principalmente após a crise de 1929 e a depressão daí decorrente, somados às pressões exercidas pelas ligas camponesas nordestinas e os movimentos sem-terra sulistas, na década de 1960, quase levam o governo de Goulart a optar pela agricultura familiar, propondo a implementação de reformas estruturais no país, mas que acabam por culminar com o golpe militar de 1964. Ao se iniciar a redemocratização, em meados da década de 1980, o Brasil evidencia o caráter essencialmente patronal de seu sistema agropecuário, em flagrante oposição aos países que se desenvolveram sustentados por um sistema agrário com base na agricultura familiar. (VEIGA, 1996)

Nesse contexto, habitualmente o rural é identificado como sinônimo de atraso, ocupando uma situação de subordinação frente ao urbano. (QUEIROZ, 1978) O desprestígio em habitar o campo é retratado num dos clássicos de Monteiro Lobato, cujo personagem, Jeca Tatu, caracteriza o nível de vida social inferior a que estariam sujeitas as suas populações tradicionais. Da relação dicotômica entre os espaços rural e

¹ Ainda no final do século XX, assiste-se, em todos os países do Leste Europeu, ao renascimento da agricultura familiar. (idem)

urbano, opondo-os em pólos extremos - atraso e vanguarda, tradicional e moderno, agrícola e industrial - restaria àquele ser superado, sob pena de estar fadado à precariedade.

Recentemente, no entanto, o mundo rural brasileiro sofre transformações engendradas não apenas pelo estreitamento das relações entre cidade e campo, mas fundamentalmente pelo reconhecimento oficial da agricultura familiar como um ator social e pela intensificação das lutas pela permanência e retorno à terra. (WANDERLEY, 2000a, p. 36) Como consequência, o campo passa a ser revalorizado como “lugar de trabalho e de vida”, contrariando a visão ‘urbanocentrada’ dominante. Opondo-se ao despovoamento do campo resultante da predominância do latifúndio, a ruralidade da agricultura familiar representa, em sua diversidade, o grande potencial socioeconômico, cultural e patrimonial a ser convertido em forças sociais capazes de promover o desenvolvimento rural. Constitui-se na forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna. (WANDERLEY, 2005)

Embora o espaço rural não mais se limite aos contornos locais e passe a integrar a sociedade mais ampla, as transformações sofridas pela agricultura familiar moderna não implicam em rompimento definitivo com as formas tradicionais camponesas. Não se trata de um personagem totalmente novo: os agricultores familiares modernos são “o resultado de uma continuidade”. (WANDERLEY, 1996, p. 13) Nesse sentido, e considerando a amplitude do conceito de agricultura familiar, a análise da ruralidade atual requer a compreensão das formas de organização e do modo de vida do camponês.

As transformações em curso no campo não se constituem num processo único, pois as medidas modernizadoras da agricultura - ancoradas no padrão urbano-industrial - atingem de forma distinta as populações locais e estas, por sua vez, reagem de modo diverso às injunções por elas desencadeadas. Portanto, “não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.” (CARNEIRO, 1998, p. 53) As atuais abordagens sobre a ruralidade contemporânea apontam para perspectivas de reorganização distintas, que vão desde a dissolução do agrário, com o rompimento definitivo das

tradições camponesas, em função da inexorável expansão da civilização urbano-industrial; até a reconstrução do rural.

Considerando essa diversidade de expressões da ruralidade e a dinâmica das relações rural-urbano na contemporaneidade, o presente estudo se desenvolve numa comunidade de agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus do município de São José dos Pinhais, situado na porção Sul da Região Metropolitana de Curitiba², no Paraná. Nesse contexto, nos propusemos a analisar até que ponto a organização social da colônia se identifica com as formas de organização tipicamente rurais. E se os agricultores familiares mantêm vínculos com uma realidade pretérita, o fazem movidos apenas pela apropriação de um nicho de mercado – o turismo rural –, ou configura-se neste espaço um processo de renascimento do rural.

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar como se reconstrói o mundo rural a partir de um agrupamento de agricultores familiares pertencentes à colônia Mergulhão. Isso significa analisar as alternativas de sobrevivência das famílias; verificar as formas de ocupação de seus membros, observando o grau de inserção de novas atividades – agrícolas ou não –, e se o rural mantém-se associado ao agrícola; compreender a rede de relações entre as famílias, seus laços com a localidade e o sentimento de pertencimento à comunidade daí decorrente; e, por fim, averiguar o grau de persistência de características do rural tradicional no modo de vida das famílias.

2 Esta microrregião, composta por doze municípios, cuja colonização foi efetuada por descendentes de povos europeus, principalmente poloneses, italianos e alemães, se caracteriza pela prática de agricultura intensiva. Seus sistemas de produção predominantes são a olericultura, bovinocultura de leite, avicultura e o cultivo de milho e feijão. (DAROLT, 2000) A comunidade objeto da pesquisa é a Colônia Mergulhão, assim denominada devido à presença do pássaro “mergulhão caçador” (*Podilymbus podiceps*), freqüentemente encontrado em suas áreas de várzea. Localizada no perímetro rural da porção Norte do município de São José dos Pinhais, é uma das comunidades de imigrantes europeus que se estabelece na região de Curitiba entre os anos de 1870 e 1920, sendo constituída por italianos oriundos, principalmente, da região Norte do país. Os primeiros a chegarem se instalaram na propriedade de Jerônimo Daldin, que dispunha de infra-estrutura para receber os compatriotas até que os mesmos tivessem condições de se estabelecer em suas próprias unidades familiares, seja por meio da aquisição de terras, seja por doação de áreas. À família Daldin seguiram-se as famílias Pissaia, Juliatto, Possobon, Bortolan e Bim, que “com eles trouxeram a tradição na fabricação do vinho e outros costumes.” (Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 2004)

Como pressupostos que nos serviram de parâmetros básicos para encaminhar a investigação empírica, consideramos que as novas dinâmicas sociais das relações campo-cidade impelem o grupo de agricultores familiares a lançar mão de alternativas de sobrevivência diversificadas, as quais desfazem a comum associação entre o rural e o exclusivamente agrícola; e que os agricultores familiares, embora integrados ao meio urbano, mantêm traços do rural tradicional, além de estreitos laços com o local, reforçando sua identidade com o espaço em que vivem.

A partir dos objetivos delineados e dos pressupostos é que a pesquisa foi desenvolvida. Os primeiros capítulos constam das significações teóricas que explicam a realidade investigada. No capítulo 1 buscamos situar o grupo de agricultores familiares estudado, apresentando os aspectos metodológicos adotados para empreender a pesquisa. No capítulo 2 nos propusemos a retratar desde o lugar ocupado pela agricultura de base familiar na formação social do Brasil, passando por suas matrizes, lógicas de funcionamento, modos de vida e organização social no espaço rural, até os múltiplos e complexos modelos de agricultura familiar existentes na contemporaneidade. No capítulo 3 tentamos apreender as duas principais vertentes que apontam para a reorganização do rural nas sociedades modernas. No capítulo 4 analisamos os dados obtidos a campo, para o que nos balizamos em dois eixos principais: na organização produtiva e na organização comunitária dos moradores da colônia.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A natureza do objeto da presente pesquisa nos remete à preocupação quanto à maneira de aproximação da realidade estudada. Pela riqueza, complexidade e dinamismo do real, entendemos que seja possível apreender apenas alguns fragmentos dessa complexidade. Assim, pois, o resultado dessa pesquisa social não contará com o monopólio de compreensão total da realidade em estudo.

Considerando a natureza do objeto, ressaltamos algumas das peculiaridades que distinguem as ciências sociais das ciências da natureza. (MINAYO, 1999) Naquelas: a) o objeto de investigação é histórico, significando que as questões sociais

apresentam necessariamente um caráter de provisoriedade e dinamismo. Isso implica em dizer que o objeto de estudo apresenta uma consciência histórica; b) há identidade entre sujeito e objeto, pois a pesquisa social lida com seres humanos e, embora haja diferenças, existe um substrato comum de identidade entre objeto investigado e pesquisador. Esta característica implica noutro aspecto: o caráter intrínseco e extrinsecamente ideológico das ciências sociais, em função da própria natureza do objeto de estudo. Segundo DEMO (1981, p. 15), “a metodologia não pode pretender terminar com a ideologia, porque isso seria apenas a próxima ideologia, mas pode buscar a instauração de instrumentos que favoreçam o predomínio do científico sobre o ideológico. Portanto, em toda produção científica encontramos suficiente senso-comum e suficiente ideologia.”; c) o caráter de seu objeto de estudo é essencialmente qualitativo, pois a realidade social reflete o dinamismo das ações individuais e coletivas, a suntuosidade da vida dos seres humanos em sociedade. Há necessidade de investigação da realidade concreta, que é “mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”, entretanto, a essência da subjetividade não pode ser desvendada sem a teoria, entendida como instrumento para encontrar o geral no particular (MINAYO, 1999, p. 15). Para DEMO (1981, p. 19), não há como retratar o objeto de investigação à semelhança de uma máquina fotográfica que fixa uma imagem. A ciência é um processo que busca se aproximar da realidade, e a pesquisa científica constitui-se no instrumento indispensável para sua compreensão, mas é incapaz de “esgotar sua complexidade abundante.”

Em síntese, lançamos mão de uma metáfora, utilizada por MINAYO (1999), com o propósito de buscar traduzir a relação sujeito e objeto de estudo: contrariamente ao retrato, que não apresenta dinamismo, a pintura reflete tanto o que é visível como também as emoções do autor. Na produção científica, o investigador capta os fenômenos sociais conforme os métodos e técnicas que adota e, inevitavelmente, acaba por imprimir sua marca. Isso em função de

...que ao contexto do objeto da pesquisa pertence também o sujeito. A ciência é simplesmente o produto lógico e sociológico da atividade científica dos cientistas. É um produto impensável sem a marca do produtor. Isto explica porque, embora todos busquem a

mesma verdade, há tantas concepções diversas e diferentes dela. Não é possível ver a realidade sem um ponto de vista. Este ponto de vista é do sujeito, não da realidade! (DEMO, 1981, p. 19).

Essa analogia entre retrato e pintura nos sugere que a realidade passa a ser construída conforme o ponto de vista do pesquisador, nos levando a reconhecer que a pesquisa não se propõe a dar conta do objeto como um todo, mas de um recorte, a partir de uma questão formulada. E que, portanto, outras tantas questões podem ser elaboradas a partir desse mesmo objeto.

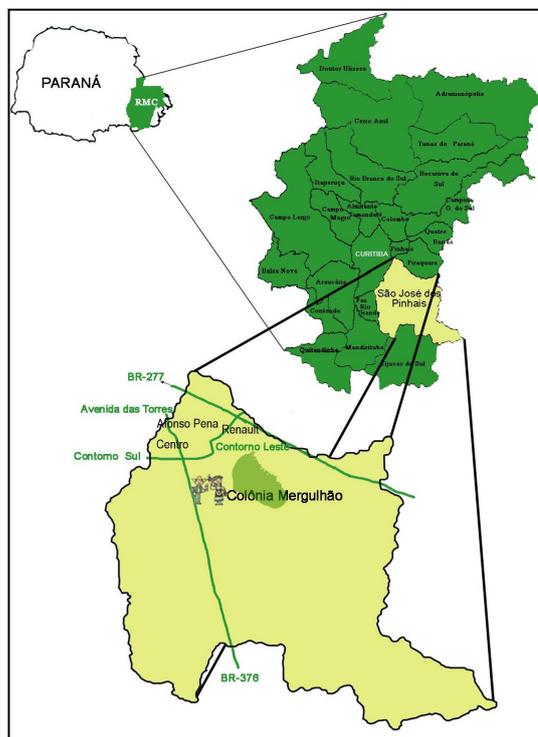
1.1.1 O Recorte Espacial e Temporal

Tomamos como referência o espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba, especificamente uma comunidade de agricultores familiares do município de São José dos Pinhais: a colônia Mergulhão (Figura 1). A escolha dessa região deveu-se ao fato de que Curitiba – cidade pólo – comparativamente às demais capitais do país, manteve algumas especificidades em seu processo de urbanização, muito em função do retardo da industrialização, e por influência das colônias de imigrantes que se instalaram na região a partir do final do século XIX. (KARAM, 2001)

Definimos pela escolha da colônia Mergulhão por considerá-la adequada ao estudo que nos propúnhamos a realizar, reunindo, simultaneamente, as seguintes características: proximidade da cidade pólo (dista aproximadamente 20 Km de Curitiba); presença predominante de moradores antigos, descendentes de imigrantes europeus; existência de unidades familiares desenvolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas; recente implantação de uma rota de turismo rural e criação de um grupo folclórico italiano. Também influenciou na escolha da comunidade a boa receptividade por parte dos agricultores.

O horizonte temporal da presente pesquisa é o período posterior à implantação das atividades de turismo rural, momento de instituição do circuito de turismo rural “Caminho do Vinho”, em 2000.

FIGURA 1 - MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, COM DESTAQUE PARA A LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA MERGULHÃO, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



FONTE: Adaptado de mapa do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de São José dos Pinhais.

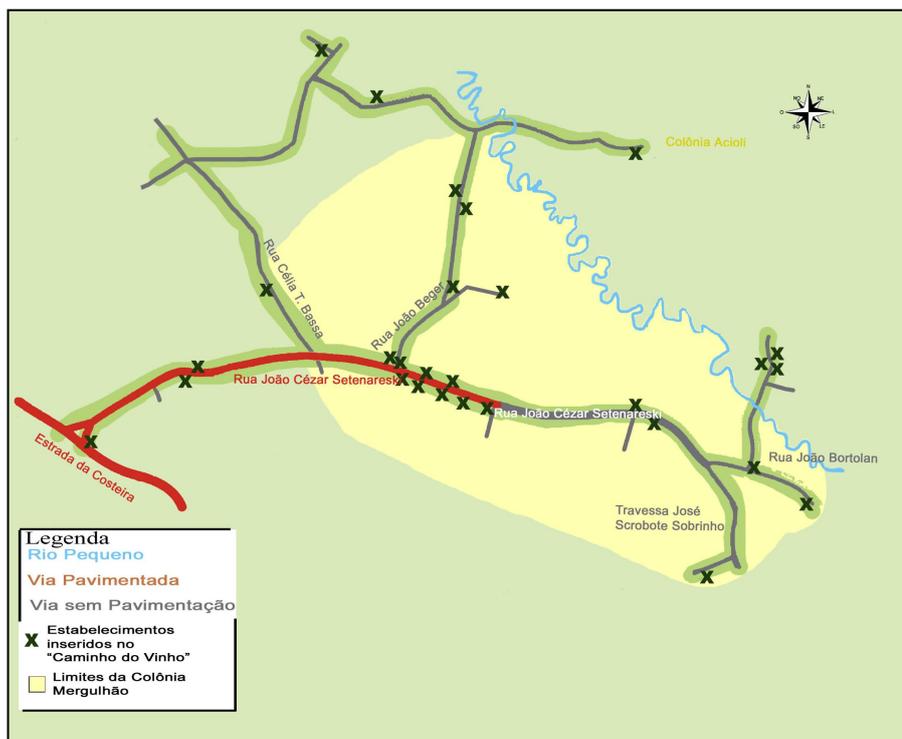
1.1.2 A Definição da Amostra

Não existe uma definição oficial quanto aos limites geográficos da colônia Mergulhão e, por extensão, quanto ao número de famílias aí residentes, nem por parte da Secretaria Municipal de Urbanismo nem da de Indústria, Comércio e Turismo. Da mesma forma, os agricultores da comunidade também não afirmam com segurança quais são suas fronteiras. Indicam, de maneira geral, que a colônia compreende os estabelecimentos que margeiam as ruas Júlio César Setenareski (a partir do cruzamento com a Rua Célia Terezinha Bassa) e João Berger, ambas até os limites impostos pelo Rio Pequeno, além de pequenos trechos das ruas João Bortolan e José Scrobote Sobrinho, num número aproximado de 50 estabelecimentos, conforme a Figura 2.

O critério de definição da amostragem não foi o numérico. Levamos em conta a distribuição sociogeográfica das unidades familiares e as atividades nelas desenvolvidas para a composição da amostra, a qual compreende 20 famílias de agricultores. Dentre as 20 unidades familiares que compõem o universo da pesquisa, dois terços desempenham atividades vinculadas ao turismo rural, estando inseridas na rota de turismo rural denominada “Caminho do Vinho”. As demais, em sua maioria, desenvolvem atividades agrícolas.

A composição da amostra deu-se de forma dirigida, da seguinte forma: são 50 famílias residentes na colônia Mergulhão; entretanto, o circuito de turismo aí instituído não respeita os contornos geográficos da comunidade. São 28 estabelecimentos rurais inseridos no “Caminho do Vinho” (Figura 2), dos quais 9 situam-se fora dos limites da colônia e outros 3 não são unidades familiares, restando, assim, 16 propriedades familiares envolvidas com turismo no Mergulhão.

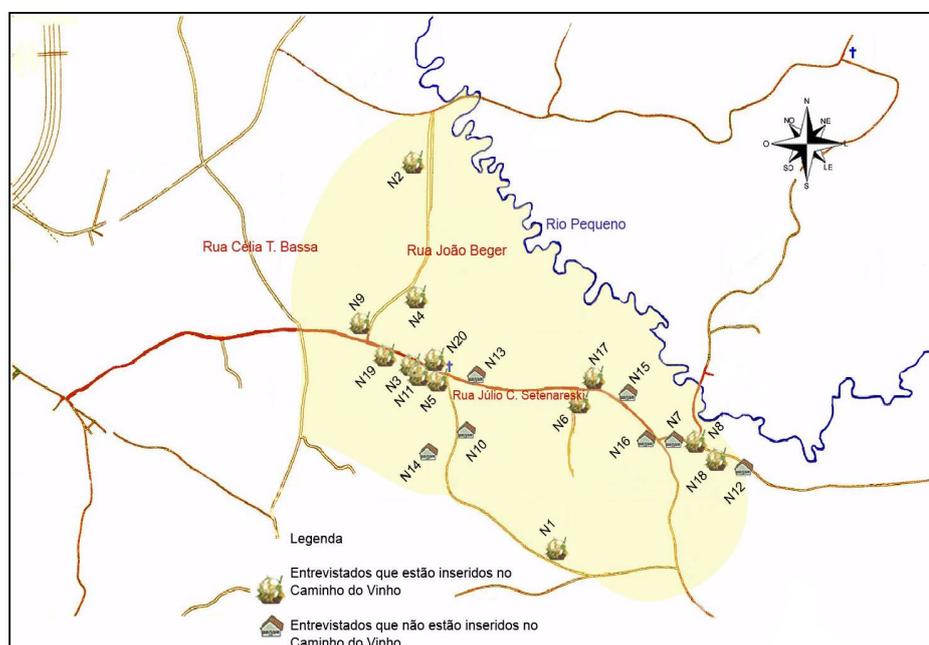
FIGURA 2 – MAPA DOS LIMITES ESPACIAIS DA COLÔNIA MERGULHÃO E CIRCUITO DE TURISMO “CAMINHO DO VINHO”, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2004



FONTE: Adaptado de mapa do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de São José dos Pinhais.

Como nos propusemos a estudar as unidades familiares no contexto de sua comunidade, definimos pela escolha de 13 dentre as 16 famílias que ao mesmo tempo fazem parte da comunidade e integram a rota de turismo. A escolha dessas 13 unidades foi procedida de forma a contemplar, ao mesmo tempo, uma maior diversidade de atividades das propriedades e a sua distribuição espacial (Figura 3). Para não limitarmos nossa análise tão somente em estabelecimentos inseridos no “Caminho do Vinho”, incluímos na amostra mais 7 unidades familiares, nas quais predominam as atividades agrícolas, principalmente a olericultura.

FIGURA 3 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES COMPONENTES DA AMOSTRA DE PESQUISA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004



FONTE: Adaptado de mapa do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de São José dos Pinhais.

Consideramos a amostragem como sendo satisfatória e representativa dos habitantes da colônia, tanto em termos numéricos como em relação à disposição espacial das famílias, possibilitando levar em conta suas múltiplas alternativas de sobrevivência e suas formas de sociabilidade. Conforme Bourdieu (citado por

MINAYO, 1999), os componentes de um mesmo grupo ou classe são produtos de condições objetivas idênticas, implicando no efeito de universalização e de particularização, o que justificaria o fato de que a fala de muitos estaria representada na fala de poucos ou de um.

1.1.3 Os Instrumentos de Pesquisa

Nos baseamos em informações coletadas a partir de fontes primárias e secundárias. Estas se constituem de estudos de instituições governamentais e não governamentais. As fontes primárias resultaram da aplicação de questionário contendo perguntas fechadas e abertas, com o propósito de buscar apreender, além de dados objetivos, informações subjetivas, através da fala dos informantes e das observações efetuadas por ocasião da pesquisa, capazes de revelar seus modos de vida e de relação, buscando incorporar, assim, as respostas obtidas a seu contexto. Tivemos a oportunidade de participar de algumas das atividades recreativas promovidas na colônia, como de Festas de Igreja e apresentação do grupo folclórico local.

As respostas obtidas quando da aplicação do questionário foram concedidas ou por um dos cônjuges responsáveis pela unidade familiar, ou por ambos, acompanhadas, muitas das vezes, por um dos filhos. Em algumas ocasiões, entretanto, coube aos filhos fornecerem os dados requeridos. Obtivemos informações, ainda, de três pessoas que mantinham relação direta com os moradores da colônia, em função das atividades ligadas ao turismo: a relações públicas e o coordenador do grupo folclórico *Cuore D'Itália* e a representante do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de São José dos Pinhais. A aplicação do questionário, cujas respostas foram gravadas³ ou registradas, deu-se nos meses de outubro e novembro de 2004 e janeiro e fevereiro de 2005.

Houve situações (três casos) de num mesmo estabelecimento rural residirem mais de uma família, porém em casas distintas. Nestes casos, o procedimento adotado

3 A utilização do gravador sempre foi submetida à apreciação dos informantes.

quando da análise de dados foi levar em conta apenas os componentes do núcleo familiar do informante que respondeu ao questionário.

Realizamos um pré-teste do questionário em 15% do total definido para a amostragem, com a finalidade de efetuar os ajustes que se fizessem necessários.

2 AS FORMAS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PAÍS

A constituição social do Brasil não se dá apenas na sua fase colonial. O Brasil agrário-exportador e, principalmente, o Brasil industrial incorporou novas formas que exerceram grande influência na sua formação social. E os pequenos lavradores tiveram sim importância política na formação da sociedade brasileira, contrariando a hipótese que propõe o contrário. Conquanto representem uma categoria de análise relevante, não mereceram dos estudiosos maiores investigações. (BRANDENGURG, 1998)

Se por um lado a formação social brasileira é marcada por uma civilização aristocrata que tem por base uma organização fundamentada em grandes domínios, cujas relações entre senhores de terra e agregados engendrou um padrão de relação clientelista e subserviente, por outro pode-se afirmar (...) que, se não da ‘raiz’, do ‘tronco’ da sociedade brasileira emergem padrões de relações que têm por base uma agricultura organizada a partir da apropriação familiar de pequenas áreas de terra. Essa agricultura de base familiar é praticada por categorias cuja denominação varia segundo a forma de ocupação da terra em diversas regiões do país. (p. 98)

Maria Isaura de QUEIROZ (1973a) fala do contraste, na agricultura brasileira tradicional, entre as pequenas “empresas” agrárias do tipo familiar, de pequeno porte, conduzidas por “pequenos empresários rurais” ou roceiros, que se enquadram na classificação de ‘camponeses’, e as fazendas orientadas para a agricultura de exportação (fazendas do tipo *plantation*).

Para Antônio CÂNDIDO (1977, p. 80)

O fazendeiro abastado, o pequeno agricultor, o posseiro provêm as mais das vezes dos mesmos troncos familiares, e seus antepassados compartilharam, originariamente, das mesmas condições de vida. Mesmo porque os ‘sítios da roça’ seriam, na maioria, avantajados territorialmente, não oferecendo a distinção, tornada nítida em seguida, entre pequena e grande propriedade. (...) Mas a possibilidade de empregar mão-de-obra servil criou, desde as fases iniciais do apesamento, um fermento de diferenciação que se iria acentuando...

Embora a ocupação do solo brasileiro tenha se dado predominantemente com base em domínios de extensas propriedades rurais, não foi sem tensões que os camponeses resistiram aos interesses dos grupos dominantes. “Ao longo de sua

história, o campesinato brasileiro sempre esteve confrontado, sob diversas formas, ao latifúndio dominante. Escapar de sua órbita imediata, assegurando os meios de sua própria independência, sempre foram os objetivos maiores desse enorme contingente de pequenos agricultores disseminados em todas as regiões do país.” (WANDERLEY, 1998a, p. 30)

No período que compreende o final do século XIX e início do XX, que se caracteriza pela transição entre uma organização social escravocrata e uma organização com base na força de trabalho livre, surgem, em vários locais do país, expressivos núcleos de unidades agrícolas cujos agricultores desenvolvem suas atividades com mão-de-obra familiar, seja de subsistência ou não. São diversas as denominações dessa categoria de agricultores: agregados, foreiros, camaradas na região Nordeste do país; ou sitiantes, na região central; ou ainda colonos no Brasil meridional. Os primeiros surgem subordinados aos interesses dos senhores de grandes domínios agrícolas; os segundos, à margem das grandes fazendas de café; os últimos – colonos – são os imigrantes que se estabelecem em pequenos lotes, de forma independente do grande proprietário. (BRANDENBURG, 1998)

Evidencia-se, dessa forma, que o processo de ocupação das diversas regiões do país se efetua de forma distinta e em momentos históricos próprios que refletem diferentes interesses hegemônicos: na região Sul, o estabelecimento da pequena propriedade familiar se deu na última fase da imigração estrangeira para o Brasil, em núcleos de colonização destinados a atender às necessidades de mão-de-obra dos grandes domínios agrícolas, ao abastecimento alimentar das cidades em expansão ou mesmo a preencher os ‘vazios demográficos’. Já na região Nordeste, a ocupação se dá a partir de grandes propriedades, ocorrendo nas fases iniciais de colonização. Mas mesmo no Sul instalam-se grandes propriedades, como também no Nordeste encontram-se pequenos colonos. Por tal razão, o povoamento do Sul do país, em função das correntes migratórias, apresenta uma herança cultural e étnica distinta das demais regiões. (idem, 1998)

2.1.1 No Sul

Comparativamente às demais regiões brasileiras, a característica básica do Brasil sulino é sua heterogeneidade cultural. Seus três componentes principais são os lavradores ‘matutos’, de origem predominantemente açoriana e que ocupam a faixa litorânea dos três estados do Sul; os atuais representantes dos antigos ‘gaúchos’, ocupando os campos das fronteiras rio-platenses e os bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná; e os colonos ou ‘gringo-brasileiros’, descendentes dos imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central que avança sobre as demais. (RIBEIRO, 2001)

Mesmo perante a tendência à homogeneização decorrente da interação desses três complexos e da expansão urbano-industrial, cada componente responde a tais estímulos de maneira peculiar, integrando-se de modos distintos às novas formas de vida e de produção e, por conseqüência, desenvolvendo estilos próprios de participação na sociedade nacional. São seus patrimônios socioculturais, a exemplo das peculiaridades de seus sistemas de produção agrícola, que acabam por fixar suas diferenças: os primeiros praticando uma lavoura de modelo arcaico, os segundos o pastoreio, e os últimos explorando intensivamente a pequena propriedade. “A distância que medeia entre os respectivos patrimônios culturais e, sobretudo, entre seus sistemas de produção agrícola (...) funciona, porém, como fixadora de suas diferenças.” (p. 409) Assim, na configuração histórico-cultural do Sul do Brasil, os brasileiros de origem italiana, germânica, polonesa e de várias outras etnias ainda preservam hábitos que os vinculam às suas matrizes européias, a exemplo do modo de vida fundado na pequena propriedade policultora. (p. 436)

Segundo José de Souza MARTINS (1984), o espaço aberto para a imigração e a colonização ocorridos no Brasil meridional nos séculos XIX e XX afetou as relações de propriedade da estrutura social do país. A política de imigração assumiu um duplo caráter: de um programa de colonização, baseado em pequenas propriedades; e do recrutamento de um contingente de mão-de-obra para atender aos grandes domínios agrícolas:

O processo tinha um forte caráter político e de classe. A ampliação do espaço geográfico e social ocupado pelo pobre não nascia das lutas e reivindicações do pobre, mesmo porque o imigrante era fundamentalmente estrangeiro (...) Por isso mesmo é que o estabelecimento das correntes migratórias para o Brasil dos fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX, ainda que expressando a abertura de uma fenda na estrutura das relações sociais, se fez pelo patrocínio e gerência dos próprios fazendeiros. O espaço novo para o pobre nascia do interesse velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital. O capital ditava as regras, nem mais nem menos. (p. x)

As áreas que couberam aos núcleos coloniais eram de qualidade inferior ou localização desfavorável e, portanto, não concorriam com as grandes estâncias ou fazendas, evidenciando, assim, que "...a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura. A pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade." (p. xiii)

A política de imigração era sustentada por razões não somente de escassez de mão-de-obra escrava, mas também pela necessidade de renovação de práticas de trabalho. Logo, "...a colonização deveria ser feita por homens livres, proprietários e brancos". (SANTOS, 1984, p. 14-15)

Esta hipótese é corroborada por GEHLEN (1998), ao apontar que, principalmente entre os anos de 1930 e 1945, ocorre no país um intenso debate sobre a integração do caboclo ao processo de desenvolvimento nacional, em que se confronta a força de trabalho do imigrante com o chamado elemento nacional. Preconceituosamente argumentava-se que os nacionais ou brasileiros não eram aptos ao trabalho, em função da ausência de disciplina herdada de hábitos indígenas.

A crença na superioridade do trabalhador europeu, de origem distinta à das populações que constituíram o Brasil até então, é também destacada por Darcy RIBEIRO (2001, p. 436):

A colonização européia, iniciada no período imperial, respondia a uma atitude comum da oligarquia das nações latino-americanas, alçada ao poder com a independência: sua alienação cultural que a fazia ver a sua própria gente com olhos europeus. Como estes, olhavam suspeitosos os negros e mestiços que formavam a maior parte da população e explicavam o atraso prevaletente no país pela inferioridade racial dos povos de cor. Sob a pressão desse

complexo de alta identificação ‘denigrante’ puseram-se a campo para substituir aos seus próprios povos, radicalmente se praticável, por gente eugenicamente melhor.

Atualmente, na região Sul, a população “gringa” resultante do empreendimento de colonização branqueadora ocupa uma “ilha” nos centros dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As colônias aí inseridas não confinavam com áreas de latifúndio, subtraindo-se, assim, do poderio dos senhores de terras. Os núcleos de colonização européia tornaram-se importantes centros produtores de legumes, frutas temperadas, vinhos, trigo, cevada, mandioca, milho para alimentação animal, entre outros. Essa economia granjeira permite que se mantenha uma população maior que a das zonas agrícolas fundadas no latifúndio, além de assegurar-lhe um padrão de vida também mais alto. (RIBEIRO, 2001)

Entretanto, as fronteiras de expansão desses núcleos coloniais vêm-se limitadas pelo latifúndio. Como resultado, as unidades familiares são compelidas a se subdividir antieconomicamente em lotes, abrigando, na área original, duas ou mais famílias ao invés de uma: “É o minifúndio que hoje persegue a população gringo-brasileira tanto como o latifúndio que mantém o cerco à sua expansão.” (p. 441) Pelo próprio entrave imposto pelo latifúndio surgem os chamados ‘caboclos’ na região colonial sulina, uma população marginal, constituída por gringos acaboclos que, desprovidos da posse da terra, confundem-se com os matutos e gaúchos, em disputa de terra para trabalhar em parceria. “A distinção se faz, hoje, tão evidente que colono, na região gringa, é pequeno proprietário e caboclo é o sem-terra.” (p. 442)

Por nascer à sombra das grandes propriedades, o colono é expropriado das condições de reprodução ampliada de sua condição social de pequeno proprietário autônomo. E, após gerações, retoma o caminho adotado por seus ascendentes, sendo constringido a tornar a migrar, “...na busca de uma nova terra.” (MARTINS, 1984, p. xviii)

A ocupação das fronteiras do Brasil meridional se completa entre final do século XIX e meados do XX. No Paraná, o período de intenso povoamento ocorre no início do século XX até os anos de 1960, período esse em que se identificam três correntes migratórias principais: uma composta por colonos provenientes do Rio

Grande do Sul e Santa Catarina que ocupam o estado a partir das regiões Oeste e Sudoeste; outra formada por imigrantes estrangeiros que do litoral seguem em direção aos campos gerais; e a terceira constituída por nordestinos, paulistas e mineiros que ocupam o Norte seguindo em direção ao centro. Por conta dessa dinâmica de ocupação específica forma-se no Paraná uma “...civilização constituída pela diversidade étnica e cultural”. (BRANDENBURG, 1998, p. 82)

Diferentemente do que ocorre em São Paulo, cuja base de imigração se deu a partir do trabalho assalariado e do sistema de parceria, com vistas à produção para exportação, a colonização no Paraná fora alicerçada na pequena propriedade e na mão-de-obra familiar, com o propósito de implantar “...uma ‘civilização’ camponesa, nos moldes europeus”. (KARAM, 2001, p. 54)

No âmbito da política migratória do estado, especificamente para a região de Curitiba, o poder público à época⁴ elaborara um projeto que previa facilitar aos imigrantes o acesso à propriedade da terra, localizar os núcleos de colonos próximos à Curitiba, visando a abastecer a cidade com gêneros alimentícios e também reduzir custos com construção de estradas, além de se propor a expor ao imigrante um quadro realista daquilo com que ele iria se deparar. Tal projeto não somente estimulara a imigração como também a remigração, uma vez que colonos já estabelecidos no interior do Paraná ou mesmo nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tornaram a se deslocar para a região de Curitiba.

Assim, a ruralidade construída na região de Curitiba, a partir da colonização com o trabalhador estrangeiro livre, no período compreendido entre final do século XIX e início do XX⁵, organiza a espacialidade rural regional, constituindo-se em substrato para o desenvolvimento do capitalismo, fortalecendo o processo de urbanização, particularmente da cidade pólo – Curitiba, além de orientar a instalação de novos municípios desmembrados do território curitibano. Estabelece-se no entorno

4 O presidente da então Província do Paraná era Lamenha Lins. (idem)

5 O IPARDES (1979) registra que entre os anos de 1872 a 1920 ingressaram na região de Curitiba 57 mil imigrantes, provenientes, principalmente, da Polônia, Itália e Alemanha. Até 1900 eram 29 as colônias de imigrantes no entorno de Curitiba.

da metrópole um cinturão verde, destinado a atender às suas demandas por produtos hortifrutigranjeiros. (idem, p. 47)

2.2 MATRIZES DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar se constitui numa categoria genérica, que incorpora uma série de formas particulares de vida e produção na sociedade. Fundamenta-se na relação família–produção–trabalho, relação esta que traz implicações em sua forma de agir econômica, cultural e socialmente (WANDERLEY, 1996). A família, ao mesmo tempo em que é a proprietária dos meios de produção – seja na forma da pequena propriedade, posse, parceria, arrendamento -, assume a execução do trabalho no estabelecimento. Seu sistema de produção é diversificado, sendo composto pela criação de animais e cultivos agrícolas. A plena utilização dos subprodutos desta combinação constitui-se em elemento de estabilidade frente às adversidades a que estão sujeitas as unidades familiares.

No conceito genérico⁶ de agricultura familiar inclui-se a agricultura camponesa, que no caso brasileiro apresenta características próprias em função da formação histórica do país e da exigência de sua adaptação ao contexto socioeconômico e político. O campesinato se constitui numa das formas sociais da agricultura familiar e, portanto, apresenta peculiaridades quanto às suas formas de sociabilidade, às suas atividades econômicas e à sua inserção na sociedade global, capazes de distingui-la no interior da agricultura familiar. Como dispõe de escassos recursos para potencializar suas forças produtivas, a agricultura camponesa é em geral pequena; entretanto, são as suas relações internas e externas, e não sua dimensão, que determinam sua natureza. (idem)

⁶ Nesse conceito inclui-se também a agricultura de subsistência, cabendo, portanto, estabelecer distinção entre estes dois modelos: as unidades de produção camponesas não se limitam a atender às suas necessidades de sobrevivência, como ocorre na agricultura de subsistência. No modelo camponês há, profundamente arraigada, a vontade de conservação e ampliação do patrimônio familiar. (LAMARCHE, 1998, p. 311) Segundo WANDERLEY (1996), essa ausência de projeto de sucessão familiar verificado nas unidades de subsistência se deve a circunstâncias históricas e sociais próprias.

Personagem ambígua da formação capitalista, o camponês ao mesmo tempo é proprietário dos meios de produção e trabalhador. (...) é personificação de um processo de trabalho não especificamente capitalista. (...) detém tanto a propriedade privada da terra quanto a dos instrumentos de seu trabalho e a posse dos meios de vida necessários à sua manutenção. Logo, no seu processo de trabalho não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista. (SANTOS, 1984, p. 21, 23, 140)

MENDRAS (citado por WANDERLEY, 1996) aponta como traços característicos das sociedades camponesas: autonomia relativa com relação à sociedade global; relações de interconhecimento; importância estrutural dos grupos domésticos; influência das personalidades que promovem a mediação entre sociedade local e a sociedade como um todo. Dentre eles, a autonomia social e econômica diz respeito à capacidade de prover à subsistência do grupo familiar, não apenas com relação ao atendimento das necessidades de sobrevivência de seus membros, mas também, e principalmente, quanto à sua reprodução pelas gerações futuras. Esta preocupação orienta as estratégias⁷ das famílias camponesas quanto ao ritmo de trabalho, ao patrimônio fundiário, às formas de alocação de seus membros nas diversas atividades desenvolvidas nas unidades, às relações com vizinhos ou parentes, entre outras. Assim, “para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional (...). O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.” (WANDERLEY, 1996, p. 7)

Alexander CHAYANOV, pretendendo entender os mecanismos de funcionamento interno das unidades familiares de produção, desenvolve a teoria segundo a qual a produção familiar é guiada por princípios gerais que a diferenciam da produção capitalista, conquanto esteja inserida neste regime econômico. A especificidade da unidade familiar de produção reside na ausência da mais-valia, pois quem trabalha é o proprietário e sua família, não havendo distinção e sim fusão entre capital e trabalho. (WANDERLEY, 1998c)

⁷ Para CHAYANOV (citado por SCHNEIDER, 2005) o conceito de estratégia diz respeito a um conjunto de ações conscientes e planejadas que o grupo familiar lança mão para alcançar seus objetivos.

Para CHAYANOV (1981), as unidades econômicas familiares - nas quais se confundem local de moradia e trabalho, produção e consumo -, demonstram que a família camponesa tem sob a sua responsabilidade o controle da produção e das demais atividades do estabelecimento. As motivações econômicas das unidades camponesas não correspondem às lógicas da teoria econômica da sociedade capitalista moderna, a qual se sustenta na obrigatória inter-relação das categorias preço, capital, salário, juro e renda. Estes conceitos vulgares da economia clássica não se aplicam à economia natural camponesa, uma vez que não existe remuneração sob a forma de salários, pois da força de trabalho exercida pelos membros da família resulta, ao final de determinada unidade de tempo, uma quantidade de bens, que se traduz num 'produto indivisível'. Evidencia-se a natureza indivisível da remuneração do trabalho familiar. Nessa lógica, a família camponesa se constitui num "trabalhador coletivo", pois

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso (...). Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. (...) Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo. (SANTOS, 1984, p. 33, 34)

Assim, a renda familiar é um todo indivisível, que se origina e depende de um organismo econômico único. O comportamento da família camponesa é determinado não pelo interesse individual de cada um de seus integrantes, mas pelas necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar. (ABRAMOVAY, 1998a) Da mesma forma, do resultado obtido com a atividade produtiva, não há distinção entre o que se destina a prover às necessidades de consumo da família ou a ser aplicado com vistas à reprodução dos fatores de produção. Como conseqüência, conceitos como lucro, renda e juro perdem o sentido. Essa quantidade de bens resultante do trabalho familiar é gerada em função da composição, número e capacidade de trabalho dos componentes da família, assim como da produtividade da unidade de trabalho. (CHAYANOV, 1981)

Outro princípio que orienta a unidade de produção familiar diz respeito ao grau de "auto-exploração" da família. CHAYANOV propõe uma espécie de equação

responsável pelo equilíbrio entre trabalho e consumo familiar, entre a satisfação de suas necessidades e a penosidade imposta pelo trabalho. Até que não se atinja o equilíbrio entre essas partes, o qual varia conforme as condições da unidade econômica, a família mantém-se encorajada a empreender esforço físico para prosseguir em suas atividades. Entretanto, após atingi-lo, não haverá continuidade do trabalho, pois os sacrifícios por ele impostos, e a penosidade daí decorrente, superam o estímulo à satisfação de suas demandas. “A avaliação subjetiva da família, portanto, é decisiva para definir o ‘grau de auto-exploração’ das unidades econômicas camponesas no que se refere ao volume da atividade agrícola, à intensidade do trabalho e ao destino da produção. Tal avaliação tem como referência a manutenção do balanço entre trabalho e consumo.” (SCHNEIDER, 2005, p. 14)

O balanço entre esses dois elementos – trabalho e demandas de consumo – é determinado em função do processo de ‘diferenciação demográfica’ que se dá no âmbito da família, em decorrência da sua composição e de suas fases evolutivas. Cada etapa do ciclo de existência da família implica em determinado potencial para execução do trabalho, bem como em exigências específicas de consumo. Por conta dessa relação, cabe ao responsável pela unidade de produção promover ‘avaliações subjetivas’, definindo o grau de ‘auto-exploração’ que lhe pareça aceitável a ser exigido dos membros da família. (WANDERLEY, 1998c)

Portanto, o conceito de ‘auto-exploração’ baseia-se, de um lado, na unidade do organismo econômico familiar e na indivisibilidade de sua renda e, de outro, na subjetividade de seu processo de tomada de decisões. (ABRAMOVAY, 1998a)

A teoria legada por CHAYANOV demonstra que o campesinato, mais do que uma categoria social contingente, na iminência de ser “varrida da história pelas portas dos fundos do desenvolvimento”, representa um sistema econômico assentado em leis próprias de desenvolvimento e de reprodução. O camponês, segundo CHAYANOV, é um sujeito criando sua própria existência. (idem, p. 59, 66)

No Brasil, o que ao longo da história norteia as estratégias econômicas dos camponeses é a dupla preocupação de desenvolver atividades capazes de integrá-los ao mercado, ao mesmo tempo de oferecer-lhes a garantia de autoconsumo. Essa

complementaridade, que se constitui no patrimônio sociocultural dos agricultores camponeses, gerou um saber próprio que lhes garantiu a reprodução, servindo de sustentação para os embates sofridos em consequência de serem relegados à margem pelas políticas públicas no país. (WANDERLEY, 1996)

O patrimônio sociocultural que constitui o “modelo original” das sociedades camponesas no Brasil reproduziu os processos sociais da própria história da agricultura brasileira, tais como a herança colonial, a escravidão, a abundância de terras passíveis de serem ocupadas, a hegemonia socioeconômica e política do latifúndio. A importância conferida à grande propriedade garantiu sua reprodução, relegando à margem a agricultura familiar, apenas recentemente reconhecida. Daí o campesinato brasileiro carregar a marca das permanentes lutas pela obtenção de um espaço próprio na economia e na sociedade. Nessa trajetória de lutas são apontados três núcleos centrais em torno dos quais as sociedades camponesas definem suas estratégias: busca por espaço produtivo, pela constituição de patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como local de trabalho do núcleo familiar. Destes, assume maior significado a luta pela terra, a qual se constitui na “espinha dorsal, norteando o conjunto dos comportamentos sociais, desde as estratégias implementadas no âmbito familiar até os movimentos coletivos de abrangência mais geral.” (WANDERLEY, 1998a, p. 30)

Na lógica interna de reprodução das sociedades camponesas no Brasil, a busca por um espaço de vida e trabalho se constitui numa das mais importantes lutas. Contrariamente ao camponês europeu, que se mantém, por gerações sucessivas, no mesmo estabelecimento familiar, os agricultores camponeses brasileiros, em consequência da herança colonial, são premidos a migrar para o interior do país por força da pressão exercida pela grande propriedade. Na região Sul do país, a migração se dera em direção às fronteiras dos próprios estados da região. Essa mobilidade é um traço comum dos camponeses brasileiros, que reflete não uma indiferença com relação ao espaço familiar ou comunitário, mas uma possibilidade ou mesmo necessidade para constituição do patrimônio familiar, mesmo que exigindo o deslocamento para regiões distantes. Embora não se possa generalizar, a construção do espaço social e produtivo

das sociedades camponesas no Brasil assentava-se numa estrutura precária, constituindo-se num fator limitante para o seu desenvolvimento, comparativamente, por exemplo, às condições das nações européias. (WANDERLEY, 1996)

Esse entendimento é referendado pelo estudo clássico desenvolvido por Antônio CÂNDIDO (1977, p. 25), entre os anos de 1948 a 1954, que retrata a realidade das sociedades rústicas de São Paulo, nas quais os camponeses mantinham um equilíbrio baseado em mínimos vitais e mínimos sociais: “...há para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas.” A ausência de direitos à ocupação de terras contribui para manter os patamares mínimos de sobrevivência biológica e social das sociedades caipiras. A luta pelo acesso ao espaço de vida e trabalho imprimiu nas sociedades camponesas a subsistência mínima, a pobreza, o nomadismo, o isolamento como traços do seu modelo de origem.

Nestas condições de precariedade, frente à falta de técnicas capazes de obter do solo maiores rendimentos e habituados à agricultura itinerante, os camponeses buscavam garantir sua reprodução através da mobilidade espacial, facilitada pelo sistema de sesmarias e posses. O projeto de futuro é assegurado justamente pela possibilidade de deslocamento. Mas a relativa auto-suficiência e o equilíbrio dos mínimos de vida e sociabilidade passam a ser ameaçados na medida em que as sociedades camponesas se integram ao modelo capitalista, estabelecendo vínculos de dependência com a sociedade moderna, sob a ação do processo de urbanização. (idem)

Por conta dessas transformações, o modelo camponês tradicional sofreu sensíveis modificações a partir do final do século XIX, tanto no que diz respeito às suas estratégias de produção como de reprodução. Entretanto, as sociedades tradicionais continuam a se reproduzir nas sociedades modernas, embora, por força dos processos de industrialização, de urbanização – implicando no êxodo rural - e, mais recentemente, em função da globalização, tenham se multiplicado outras formas de agricultura familiar que não as camponesas. E aquela, que tem por matriz a agricultura camponesa, conquanto ainda lute para superar os antigos problemas, não

apenas resiste como se constitui na maioria dos estabelecimentos rurais do Brasil, “...mas continua a contar com suas próprias forças”. (WANDERLEY, 1996, p. 13)

Outro traço característico do Brasil é que, além de as atividades do estabelecimento serem exercidas pelos membros da família, a agricultura camponesa tradicionalmente emprega trabalhadores, em caráter provisório, e, ainda, o próprio camponês vende sua mão-de-obra, também temporariamente. A primeira situação se justifica pela necessidade de regular as atividades exercidas pelos diferentes membros da família, levando em conta as limitações quanto ao sexo e idade. Como o móvel do assalariamento temporário se fundamenta na lógica de reprodução das unidades familiares, não se estabelecem aí as relações de capital-trabalho. Na segunda situação, torna-se assalariado em função da fragilidade e escassez peculiares à vida camponesa, que exige uma renda complementar para manutenção da família e, também, por conta da demanda sazonal por mão-de-obra requerida pelos grandes cultivos dos latifúndios. (idem)

Essa lógica de funcionamento das unidades familiares camponesas, em muito explicada pela teoria de CHAYANOV, pode ser exemplificada pela pesquisa empreendida por SANTOS (1984, p. 39), em núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, a qual indica que o trabalho acessório desempenhado pelo camponês “...significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório.” Tal atividade é desempenhada quando as lides na unidade familiar são menos intensas. Entretanto, os camponeses admitem o trabalho acessório, desde que não implique na perda de sua condição camponesa: “não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário...” Quanto à contratação temporária de assalariados nas unidades camponesas, ocorre em decorrência do ciclo de existência das famílias, ou seja, é o ‘tamanho da família’ que justifica tais contratações. Conforme a fase do ciclo produtivo dos cultivos, a mão-de-obra familiar é insuficiente, sendo necessário lançar mão do assalariamento em caráter provisório para atender às demandas. Mas ocorre de os próprios ‘jornaleiros’ contratados serem camponeses exercendo trabalho acessório, visando a complementar seu rendimento familiar. A peculiaridade das unidades

familiares é que, mesmo ocorrendo a presença de assalariados, não se verifica uma relação social de produção capitalista. Logo, não se caracteriza uma relação de oposição entre trabalhador contratado e camponês: tanto o que contrata não acumula capital, pois que a força de trabalho não gera mais-valia; como o que vende provisoriamente sua mão-de-obra mantém-se proprietário dos meios de vida e produção. Assim, “...não se podem diferenciar aqui posições sociais entre personagens que são efetivamente unos, personificações de um mesmo processo de trabalho camponês.” (p. 44)

Portanto, esse fenômeno - que é atualmente denominado de pluriatividade - não se constitui numa situação nova nos modos de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias, uma vez que estudos clássicos já se referiam ao ‘trabalho rural acessório’. (SCHNEIDER, 2005)

A pluriatividade não representa a desagregação das unidades camponesas, mas se constitui numa das estratégias capazes de atender ao seu projeto de manutenção imediata, além de garantir sua sucessão pelas futuras gerações. A família camponesa estabelece

os ajustes necessários entre a força de trabalho disponível e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo do ano. (...) a pluriatividade e a contratação de trabalhadores alugados no estabelecimento familiar estão inscritas na própria forma de produzir do camponês, enquanto uma possibilidade, mas sua concretização dependerá, fundamentalmente, do contexto mais geral que engloba o campesinato. (WANDERLEY, 1996, p. 6)

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR NA CONTEMPORANEIDADE

Embora as transformações sociais a que foram submetidas, as sociedades camponesas tradicionais, com suas particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais, podem, em certa medida, ser tidas como uma matriz da agricultura familiar contemporânea. E as discussões quanto ao destino do campesinato no contexto do capitalismo ainda se mostram atuais, pois, contrariamente ao prognóstico dos autores clássicos marxistas - para quem não adiantavam medidas paliativas quanto ao que o destino reservava aos camponeses -, a agricultura familiar não só resiste, como

também se constitui na base de sustentação das sociedades modernas. Apresenta-se com características peculiares em função das diferentes realidades históricas dos diversos países nos quais se desenvolveu, o que é constatado em estudo desenvolvido por um grupo de pesquisadores, sob a coordenação de Hugues LAMARCHE (1993, p. 13), ao confrontar os modos de funcionamento e a evolução das formas sociais da agricultura familiar em cinco países com realidades socioeconômicas distintas⁸: “...independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares...”

A presença da unidade de produção familiar em toda parte do mundo reflete sua enorme capacidade de adaptação frente às adversidades econômicas e políticas a que esteve submetida, pois os elementos capazes de viabilizar e assegurar sua reprodução em um tipo de sociedade, não serão os mesmos, necessariamente, em outro. Em cada situação há que se levar em conta os diferentes níveis de realidade. “...a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. Do valor atribuído a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro.” (p. 22)

Particularmente no Brasil, a agricultura familiar tem resistido, ainda que historicamente as elites dirigentes tenham optado pela agricultura patronal. E embora apenas recentemente as próprias elites comecem a se dar conta das vantagens da agricultura de base familiar, “...essa conversão insere uma grande ambigüidade, pois tende a valorizar apenas as virtudes sociais da agricultura familiar, sem romper com o mito da superioridade econômica da agricultura patronal.” (VEIGA, 1996, p. 397)

Na unidade produtiva familiar, propriedade e trabalho estão estreitamente relacionados à família. No conceito de SCHNEIDER (2005, p. 29)

8 A pesquisa foi desenvolvida em cinco países: França e Canadá, representando as sociedades capitalistas avançadas; Brasil, as sociedades capitalistas dependentes; Polônia, as ex-socialistas; e Tunísia, representando os países em desenvolvimento.

A família é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) (...) É no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, e é em função desse referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam a garantir a reprodução do grupo.

Entretanto, LAMARCHE (1993, p. 16) ressalta que o conceito de análise que define o modelo de produção familiar encerra uma noção ambígua e, portanto, suscetível de gerar confusões relativamente ao conceito de análise de produção camponesa. Afirma que “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas.” O conceito da primeira está intimamente ligado aos princípios descritos por CHAYANOV; o da segunda compreende desde unidades agrícolas cuja finalidade essencial é a reprodução da família (modelo familiar), ou a simples sobrevivência da família (modelo subsistência), até mesmo as unidades estruturadas com vistas ao ganho máximo, e que lançam mão, inclusive, do assalariamento (modelo ‘empreendimento’ agrícola).

O mesmo autor considera que a capacidade de reprodução de toda unidade de produção familiar se define a partir de um modelo de funcionamento e de uma classe social aí compreendida, uma vez que, mesmo as unidades familiares inseridas num mesmo espaço e num mesmo modelo estão sujeitas a diferentes condições de produção (dependendo da área de que dispõem, do nível técnico, do grau de mecanização, etc). Assim: “As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. Desse modo, a exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade.” (p. 18)

No âmbito dessa heterogeneidade de situações, característica das unidades familiares, coexistem diversos modelos de funcionamento, tanto no que se refere aos diferentes países como também no interior de um mesmo país⁹. Em alguns lugares é reconhecida socialmente como a única forma de produção capaz de atender às

9 Nesse sentido, BRANDENBURG, FERREIRA e SANTOS (2004, p. 120) chamam a atenção para o Brasil, país emblemático, pois abriga “ruralidades de tempos diferentes”, que podem ser concomitantes no tempo e no espaço: “...existe ainda no Brasil um rural do tempo que antecede a modernização intensiva, o qual denominamos rural tradicional, um rural moderno e um rural da modernidade crítica, ou reflexiva.”

necessidades da sociedade como um todo; em outros, é tida como “ponta-de-lança” do desenvolvimento da agricultura e de sua integração à economia de mercado. Contrariamente, em outros, permanece rudimentar por ser relegada a plano secundário, chegando mesmo a ser marginalizada de todo o processo de desenvolvimento. “Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos socioeconômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar. (...) esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes.” (p. 13)

Para Bruno JEAN (1993, p. 29), a função da agricultura foi reduzida, durante o período moderno da humanidade, a uma única dimensão – a produção alimentar -, estando reservado ao pós-modernismo agrícola a redescoberta das demais funções da agricultura, tais como a ocupação do território, a manutenção dos equilíbrios ecológicos, a conservação das paisagens rurais, etc. E a ampliação dessas funções é assegurada pela agricultura familiar, que cumpre, nesse sentido, um papel nuclear:

É possível, portanto, concluir, que as capacidades de adaptação da exploração agrícola familiar são tão amplamente insuspeitadas e que as transformações contemporâneas manifestam diversas facetas da implantação de vários mecanismos de adaptação que deixam acreditar que ela estará presente no encontro marcado da era pós-moderna já anunciada. (...) graças às virtudes insuspeitadas do gerenciamento patrimonial dos recursos naturais, característica do coração da agricultura familiar.

LAMARCHE (1993, p. 17) identifica, no modo de funcionamento da unidade de produção familiar, dois modelos extremos: o que chama de ‘modelo original’, que consiste “...num modelo anterior ao qual todo explorador, mais ou menos conscientemente, necessariamente se refere.” Esse ‘modelo original’ carrega um patrimônio sociocultural passível de ser transmitido às unidades produtivas que se sucedem, entretanto, o estado de conservação desse patrimônio se mostrará variável de uma sociedade para outra e mesmo entre as unidades familiares de uma mesma sociedade. Assim, não significa que unidades produtivas familiares cuja referência sociocultural provém da mesma matriz apresentarão, necessariamente, um mesmo sistema de valores ou as mesmas ambições para o futuro. Por outro lado, o ‘modelo ideal’ se traduz na projeção que o agricultor faz de sua unidade familiar para o futuro,

significando que as estratégias de que lança mão orientam-se em direção a essa situação idealizada ou projetada. O que indica com qual dos dois modelos a unidade familiar mais se identifica – se com o ‘original’ ou com o ‘ideal’ - é sua forma de integração à economia de mercado. Esta integração engloba os planos técnicoeconômico e sociocultural e traz implicações no modo de vida de seus membros.

O funcionamento das unidades de produção familiares se baliza no âmbito de dois domínios: por um lado, na memória do passado e no peso de suas tradições e, de outro, nos projetos e ambições para o futuro. A partir dessa dinâmica de forças é que se definem as estratégias a serem adotadas, embora não se possa desconsiderar a influência exercida pelo lugar que a sociedade na qual as unidades familiares estão inseridas lhes reserva. (idem, p. 19)

Antônio CÂNDIDO (1977, p. 163), em seu clássico *Parceiros do Rio Bonito*, ao analisar um agrupamento de parceiros do interior de São Paulo em processo de transformação, passando de uma sociedade de auto-suficiência para uma economia capitalista, aponta que se revelam - no âmbito da crise social e cultural pela qual atravessavam - duas categorias principais de fatos: “os de persistência e os de alteração.” Estes incorporam padrões modernos, aqueles contribuem para manter vivas as tradições. Nas palavras do autor:

Os primeiros (de persistência) constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas do período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos (de alteração) são formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste do seu funcionamento.

E acrescenta que as pressões exercidas sobre o agrupamento pelo meio social circundante impõem novas necessidades, engendrando, na conjuntura da crise que se estabelece, a “interpenetração de planos, em que o passado e o presente, o mágico e o racional, se combinam.” (p. 183)

Nesse contexto de transformações, embora o inegável predomínio de certas tendências tais como o avanço do moderno sobre o tradicional ou a perda da relativa autonomia socioeconômica pela sujeição à economia de mercado, “...as explorações

familiares não se encontram sob a influência de um processo de evolução histórica que, inexoravelmente e onde quer que estejam, arrastariam-nas a um mesmo destino.” (LAMARCHE, 1993, p. 20)

LAMARCHE (1998) propõe a hipótese de que nas sociedades modernas, tanto os modelos ‘originais’, representados pela agricultura camponesa e de subsistência, como os ‘ideais’, representados pelo modelo empresa, independentemente da forma como se apresentem, não se constituem mais, para a maioria dos casos, numa alternativa de desenvolvimento. Essa hipótese se sustenta no estudo empreendido pelo grupo de pesquisadores, sob sua coordenação, a que vimos nos referindo.

Uma das conclusões desse estudo é de que a permanência do modo de funcionamento do tipo ‘camponês’ ou ‘de subsistência’, com presença significativa na amostra da pesquisa, se justifica como sendo a melhor forma de gerir uma situação de crise do que propriamente como uma alternativa capaz de assegurar o desenvolvimento das unidades de produção. Da mesma forma, questiona-se o modelo ‘empresa’, perante as dificuldades com que se deparam os produtores aí inseridos, pois que a lógica de funcionamento desse modelo se orienta pela adoção de sistemas de produção intensivos, implicando em estreita dependência dos agricultores nos planos financeiro, tecnológico e comercial.

O autor propõe a existência de um modelo alternativo de funcionamento, o ‘modelo agricultura familiar moderna’, distinto dos mencionados anteriormente e mais adaptado ao contexto das sociedades contemporâneas, tal qual se deu com o predomínio do modelo ‘camponês’ à época das sociedades urbano-industriais nascentes e com o modelo ‘empresa’ destinado a atender à crescente expansão das sociedades industriais. Mais de um quarto das unidades familiares do universo da pesquisa está classificada no modelo ‘agricultura familiar moderna’, modelo esse “essencialmente brasileiro”, agrupando, no Brasil, quase 45% da amostra estudada. Dentre as áreas brasileiras onde se desenvolveu a pesquisa - Cariri, no Nordeste; Leme, no Sudeste; e Ijuí, no Sul – encontra-se ausente no Cariri, sendo maioria nas outras duas áreas de pesquisa.

Nesse modelo evidencia-se um certo grau de autonomia e mesmo a preservação de práticas mais convencionais de cultivo: "...o 'estabelecimento familiar moderno' funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo 'camponês', com mais técnica e mais necessidades". Situa-se "...entre a tradição e a modernidade, entre o modelo 'original' e o modelo 'ideal'." (LAMARCHE, 1998, p. 314, 326) Seu comportamento evita, portanto, o envolvimento num modo extremo de funcionamento, seja no modelo camponês seja no modelo empresa.

O agricultor familiar moderno mostra-se apegado à noção de patrimônio familiar. Como a maior parte de seus bens provém da família, mostra-se avesso a se desfazer deles; procura, ao contrário, desenvolvê-los e, embora a família desempenhe papel importante, a mão-de-obra familiar ocupa espaço reduzido, sendo freqüente a utilização de empregados, ainda que predominantemente em caráter temporário. Caracteriza-se ainda por seu enraizamento com o local, por se identificar com a sociedade local participando de forma efetiva de suas atividades. LAMARCHE (1998, p. 317) conclui que "...a 'agricultura familiar moderna' define-se como uma entidade sociológica própria, próxima da 'empresa' do ponto de vista das lógicas familiares, e da agricultura 'camponesa' do ponto de vista da dependência." E acrescenta que seu posicionamento intermediário, propenso tanto à tradição quanto à modernidade, lhe oferece melhores condições de responder aos diversos contextos sociais, políticos e econômicos a que esteja inserida, forjando-lhe uma enorme capacidade de adaptação.

O 'estabelecimento familiar moderno' é, portanto, uma unidade de produção que procura conservar nela mesma todas as potencialidades necessárias, tanto de ordem técnico-econômica quanto social e cultural, para modificar, conforme as circunstâncias, seus comportamentos e operar estratégias de adaptação. Essa faculdade de ajustamento entre tradição e modernidade, autonomia e dependência é justamente o que define a especificidade desse modelo em relação aos três outros. (modelos empresa, empresa familiar e camponês) (p. 326)

O autor considera que a predominância do modelo 'agricultura familiar moderna' no Brasil é mais uma forma de adaptação a uma situação conjuntural do que o resultado de um projeto social e político previamente construído. A significativa presença desse modelo "...não se deve a uma política agrícola voluntária, mas antes a uma história específica e a um contexto político particular." (p. 331)

No Brasil, as duas regiões (Sul e Sudeste) nas quais se observa o modelo ‘agricultura familiar moderna’ são de recente colonização estrangeira. Embora suas populações agrícolas encontrem-se integradas à economia de mercado, preservam relativa independência e mantêm-se ainda bastante ligadas ao seu estabelecimento e à satisfação de suas necessidades. Essas unidades familiares, pelo próprio contexto histórico e socioeconômico do país, raramente recebem estímulos ao seu desenvolvimento técnico e econômico. Também se caracterizam pela utilização de mão-de-obra temporária como forma de complementação da força de trabalho familiar. Essas especificidades reforçam a idéia de que esse tipo de funcionamento não foi desejado – nem pelos poderes públicos nem tampouco pelos próprios agricultores – tendo sido, antes, a consequência de uma adaptação.

A pesquisa empreendida nos diversos contextos socioeconômicos por pesquisadores dessas diferentes realidades permitiu a formulação da hipótese de que “...a existência do modelo ‘agricultura familiar moderna’ depende da pré-existência de um modelo de tipo ‘camponês’ (modelo original). A forte presença deste modelo no Brasil, nas duas áreas particularmente marcadas por uma colonização européia (...) confirma a pertinência dessa hipótese.” (LAMARCHE, 1998, p. 335)

2.4 OS CAMPONESES E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO RURAL

O meio rural brasileiro foi historicamente percebido como sendo constituído por ‘espaços diferenciados’, os quais correspondem a distintas formas sociais: as grandes propriedades rurais (fazendas, engenhos) e os pequenos agrupamentos (bairros rurais, povoados, colônias etc). (WANDERLEY, 1999) O contraste entre regiões de grandes domínios agrícolas e de áreas ocupadas pela agricultura de base familiar ou de colonos é evidente. Nas primeiras são típicas as relações sociais fundadas na subserviência e no clientelismo, nas segundas assentam-se na autonomia, solidariedade, apego à terra e no sentimento de pertencimento, cuja referência de organização social é a comunidade. As comunidades formadas por grupos étnicos de diferentes origens européias resultaram na formação de uma sociedade de grande riqueza cultural. O Paraná reflete essa diversidade. (BRANDENBURG, 1998)

2.4.1 As Unidades Básicas de Povoamento

Na dinâmica das sociedades contemporâneas, faz-se necessário revelar o mundo do camponês ou do colono para se compreender suas relações sociais e seus modos de vida. Para tanto, há que se levar em conta a unidade que constitui o espaço de realização de suas inter-relações sociais mais amplas: a comunidade; bem como seus diferentes elementos fundadores enquanto noção de organização social. (idem, p. 86) Nesse sentido, consideramos pertinente resgatar alguns dos estudos de comunidade realizados nos anos de 1940 a 1970, os quais retratam as características das sociedades tradicionais no Brasil e revelam seu patrimônio sociocultural e suas formas de sociabilidade.

Fernando Altenfelder SILVA (1955, p. 10, 31), ao analisar comparativamente, no ano de 1952, determinados aspectos da estrutura social de duas comunidades, Xique-Xique e Marrecas, ambas situadas no Vale do São Francisco, estado da Bahia, expressa seu conceito de comunidade como sendo

o conjunto de agrupamentos humanos distribuídos em território contíguo e unidos por interesses econômicos, sociais e religiosos, os quais os levam a uma certa regularidade de interação social, de intensidade e frequência maiores que as das interações mantidas com outros grupos vizinhos. Tal conteúdo para o conceito de comunidade sub-entende: um agregado humano organizado, com uma maneira de sentir, agir e pensar; supõe uma estrutura social, ou seja uma teia de relações sociais, e uma cultura, ou sejam as maneiras aprovadas socialmente e pelas quais as interações se orientam. Na base desses elementos, estrutura social e cultura, uma comunidade não somente pode ser considerada como parte de sistemas mais amplos, como ainda é decomponível em unidades menores.

E acrescenta, ainda, “...que toda comunidade é a resultante única de diversas contingências históricas...” (p. 12)

As relações sociais que se estabelecem em ambas as comunidades estudadas pelo autor obedecem a um sistema que se constitui numa estrutura social, a qual deve ser entendida como um sistema dinâmico de inter-relações sociais. As estruturas sociais de grupos isolados apresentam uma coerência interna maior, comparativamente às estruturas sociais mais amplas. Nestas, as formas sociais norteadoras são menos específicas e mais gerais, por exigirem a aceitação por parte de grupos menos

homogêneos. Assim, “...uma estrutura de âmbito nacional não terá a mesma coerência interna nem especificidade que a estrutura social de uma pequena comunidade...” (p. 139) O autor considera, entretanto, que nas duas comunidades, Xique-Xique e Marrecas, o isolamento era relativo. Seus habitantes compartilhavam de traços culturais comuns aos brasileiros em geral, ligando-se à estrutura nacional, ainda que em grau de intensidade variado. Além do que, o contato com o mundo exterior era diverso, variando conforme as diferentes camadas sociais, sendo maior entre os elementos da classe dominante¹⁰.

Giralda SEYFERTH (1974), ao estudar a colonização alemã no Vale do Itajaí, iniciada no final do século XIX, analisa a unidade básica de produção do agricultor imigrante, ou seja, o lote colonial trabalhado pela família; a Colônia, que diz respeito ao conjunto de pequenas propriedades; e a vila de Brusque, que à época se constituía numa comunidade aldeã, na qual se resumia o mundo do camponês:

A vila de Brusque era o mundo dos camponeses estabelecidos na região. Era o local onde estavam as vendas, as capelas católica e protestante, o cemitério, as escolas, (...) a vida social, econômica e religiosa dos colonos estava estreitamente vinculada a ela (...) podia não ter exatamente uma estrutura própria de aldeia camponesa européia, porém ela unia a população da área colonial, espalhada pelos lotes, numa grande comunidade. Em resumo a *Stadtplatz* (de *Stadt* = cidade, e *Platz* = lugar) representa para o colono o mundo, a totalidade da sua sociedade. (p. 86, 93)

Segundo a autora, esta região, a exemplo de outras áreas colonizadas por imigrantes europeus no Sul do Brasil, caracterizava-se pelo regime de pequenas propriedades policultoras, mantendo-se relativamente autônoma e isolada, levando os camponeses a produzir o máximo na unidade familiar, adquirindo o mínimo de víveres para a subsistência. Os colonos alemães criaram na região uma sociedade camponesa que manteve traços característicos de seu lugar de origem¹¹, combinados às novas formas de produção e de vida oferecidas pelo novo ambiente. Acontecimentos ligados às festas religiosas e à escola constituíam um binômio de grande importância no que se

10 O autor nos conta que Xique-Xique caracterizava-se por apresentar três classes sociais, enquanto que Marrecas, apenas uma.

11 Tal como ocorria com o campesinato alemão, na primeira metade do século XIX: a pequena propriedade trabalhada pela família; o artesanato; a busca, em determinados períodos, por trabalho acessório; e a produção de excedentes para o mercado. (idem)

refere à manutenção das tradições alemãs por parte dos colonos, a ponto de muitas das decisões comunais serem deliberadas por ocasião das festas religiosas.

WANDERLEY (1999, p. 03) define povoado – que não se confunde com sede municipal nem distrital – como sendo um aglomerado de habitantes cujas áreas e moradas pertencem a vários proprietários e que se caracteriza pela liberdade de comércio, profissões, indústria, arte etc. Contrariamente, nos aglomerados constituídos no interior de uma fazenda ou engenho, a propriedade da terra e das moradas são de um único dono, havendo ausência de comércio livre e obrigatoriedade da prestação de trabalho por parte dos habitantes em função da cessão das habitações para moradia. O povoado se constitui no povoamento do tipo concentrado. Já o povoamento disperso “é a base territorial e social dos modelos de sociabilidade dos pequenos agricultores, os bairros rurais.”

Tradicionalmente, as sociedades camponesas - caipiras, na designação de Antônio CÂNDIDO - caracterizam-se pela relativa auto-suficiência no plano demográfico e econômico, baseando seu equilíbrio em mínimos sociais e mínimos vitais. O sentido sociológico dessa autarquia se manifesta nas unidades fundamentais de povoamento, da cultura e da sociabilidade, que são os bairros caipiras, e não no latifúndio, amplamente aberto às influências externas.

O bairro rural

é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. (CÂNDIDO, 1977, p. 62)

Os critérios capazes de configurar um bairro são a sua ‘base territorial’, subordinada a uma povoação e constituída por grupos de casas mais ou menos próximas entre si, porém distantes do núcleo do povoado; e a existência de um ‘sentimento de localidade’, que depende do intercâmbio entre os seus habitantes: “Entenda-se (bairro): a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade, diferente das outras. A convivência entre eles

decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação”. (p. 65) A estrutura de vizinhança e a posse da terra exercem função estabilizadora na vida do caipira.

Segundo Maria Isaura de QUEIROZ, os bairros rurais a que Antônio CÂNDIDO se refere não são expressão apenas das formas de sociabilidade dos caipiras paulistas, mas constituem o espaço de vida de camponeses de distintas origens, inclusive dos imigrantes europeus. (WANDERLEY, 1999)

Também para a autora (QUEIROZ, 1973b), no contexto da agricultura tradicional, os bairros configuram-se em unidades mínimas de povoamento do espaço rural, constituídos por grupos de vizinhança que se caracterizam por estabelecer estreitas relações interpessoais de solidariedade, que despertam um ‘sentimento de localidade’, conferindo-lhes uma contextura de grupo social. Estas relações são construídas a partir da necessidade de ajuda mútua, da participação em atividades lúdico-religiosas; do ajustamento ao meio ecológico através do trabalho executado pela família com a utilização de técnicas produtivas rudimentares; pela interdependência entre o bairro e os núcleos urbanos próximos, em função da necessidade, ou de comercializar parte dos cultivos e da criação de animais, o que lhes permite adquirir mercadorias produzidas na cidade, ou para participar de atividades políticas, administrativas ou religiosas. A rede de inter-relações característica dos bairros tradicionais evidencia pequena diferenciação hierárquica entre seus habitantes, mas confere grande importância aos laços de parentesco.

Conforme SANTOS (1984), as relações de vizinhança que se tecem nas comunidades provêm da homogênea posição social de seus moradores – pequenos proprietários utilizando mão-de-obra familiar -, além das relações de parentesco e da estabilidade geográfica das biografias. Essa similitude de condições de vida imprime um sentimento de localidade nos habitantes das comunidades, que cristalizam algumas de suas instituições.

Antônio CÂNDIDO (1977, p. 190) também considera que há relativa paridade de posição social entre parceiros e pequenos proprietários – mesmo porque eles às

vezes se confundem na mesma pessoa¹² -, podendo ser iguados pelo tipo de atividades que desempenham, pelo gênero de vida e pelos recursos econômicos de que dispõem. São “...herdeiros da mesma tradição de cultura, igualmente atingidos pela crise de incorporação à economia moderna, nivelados na luta pela subsistência imediata.” As relações vicinais e o sentimento de pertencimento são mais intensos onde há concentração de sítios e ausência de latifúndio. O oposto se dá na presença deste, que passa a interferir na estrutura de bairro. Assim, pois, “...o sentimento de pertencer e o apego à terra são próprios de regiões onde a ocupação se realizou através de uma agricultura de base familiar ou de colonos, cuja referência de organização social é a comunidade.” (BRANDENBURG, 1998, p. 99)

Como as designações relativas aos camponeses variam conforme a forma de ocupação da terra em diferentes regiões do país, no Brasil meridional os núcleos de povoamento no meio rural são constituídos por pequenos proprietários denominados colonos¹³. Da mesma forma, os colonos se organizam sob a forma de comunidades ou colônias que se “...expressam através da relação direta entre colonos que reproduzem um modo de vida a partir de uma relação com a natureza que valoriza a terra, de um sentimento de pertencer à comunidade local, de vínculos de solidariedade e de reafirmação de autonomia enquanto trabalhador proprietário.” (idem, p. 98)

Consideramos, assim, que as noções de bairro, comunidade, colônia utilizadas pelos autores para designar a unidade básica de povoamento onde se estabelecem as inter-relações entre os camponeses, ou “a unidade primeira de sociabilidade acima da família” (WANDERLEY, 1999, p. 03), expressam diferentes elementos fundadores. Tais elementos podem ser assim sintetizados, conforme propõe BRANDENBURG (1998, p. 88), ao se referir à comunidade enquanto organização social: “As noções de comunidade, construídas a partir de diferentes contextos, ressaltam a idéia de solidariedade, de espaço social, de modo de vida, de pertencimento. Todos esses

12 Como forma de suprir a escassez de terra, o pequeno proprietário lança mão do sistema de parceria, que consiste no aluguel de parcela de terra de terceiros, cujo pagamento é efetuado com parte da colheita obtida. Também os não proprietários se utilizam dessa prática (QUEIROZ, 1973b).

13 Nas regiões Norte do Estado do Paraná e Sul de São Paulo a designação de colonos refere-se a agregados, moradores ou empregados das grandes fazendas de café.

elementos, porém, têm em comum uma organização social que corresponde a uma economia de base familiar.” Na amplitude das dimensões sociais e culturais da condição camponesa, a comunidade se constitui no “...universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser do camponês...” (IANNI, 1986, p. 182)

2.4.1.1 Os modos de cooperação vicinal

WILLEMS (1961, p. 49) afirma, em estudo desenvolvido em *Uma Vila Brasileira*, município de Itaipava, situado no Vale do Paraíba, que a realização de uma série de atividades seculares e sacras depende da cooperação vicinal, cujos padrões obedecem às regras de reciprocidade social. Da cooperação vicinal provém uma dupla expectativa de reciprocidade: os vizinhos auxiliam-se em casos de doença ou morte, e esperam, por outro lado, ser convidados para as festas domésticas que venham a realizar-se; também atendem aos chamados dos agricultores para prestar auxílio em alguma fase do ciclo produtivo, mas na expectativa tácita de que os mesmos também lhes atendam com a mesma presteza quando necessitarem de ajuda.

Ao se referir ao mutirão, prática comum nos bairros rurais, o considera como sendo a forma básica de cooperação vicinal: “não exagero na afirmação de que, sem essa instituição, a organização social deixaria de existir na sua presente forma”. O mesmo autor conta que o número de vizinhos que acorriam ao chamado do agricultor que necessitava de ajuda era capaz de retratar o prestígio do dono do mutirão. Mesmo os limites geográficos do bairro rural seguidamente eram ultrapassados, revelando-se “...um conceito de vizinhança um tanto inesperado, pois descobrimos entre os participantes do mutirão não poucos que moravam a uma légua ou mais de distância. Parece que a rarefação demográfica alarga o conceito de vizinhança a ponto de abranger até moradores de bairros vizinhos.” (p. 50) Descreve que costumeiramente o mutirão era acompanhado de cantos alegres e, à noite, a realização do baile era a forma de compensação dos esforços empreendidos durante o dia de trabalho. A própria preparação das refeições para o grupo de trabalhadores que responde ao chamado do agricultor já exige uma espécie de mutirão doméstico por parte das mulheres.

Outra forma de cooperação vicinal fora observada em casos de doença. Eram comuns situações de o morador, convalescente de determinada doença que por muito tempo o impossibilitara de trabalhar, fazer promessa de realizar uma festa, com leilão, cujo resultado seria revertido em seu benefício, possibilitando-lhe saldar as dívidas que o tratamento da doença exigira. Os moradores do bairro acorriam ao convite em grande número, levando prendas tais como carne de porco, bebidas, frutas e queijos. Tal forma de cooperação evidenciava não somente a eficácia do ‘ajutório’ vicinal, mas revelava, principalmente, um padrão de ‘assistência social’ aceito pela comunidade e praticado sempre que necessário. (p. 56)

Antônio CÂNDIDO (1977) também se refere ao mutirão como a mais importante forma de expressão da solidariedade vicinal, o qual, além de solucionar os problemas de escassez de mão-de-obra da família em atividades tais como plantio, colheita, construção de casa, etc, se revestia do aspecto festivo, estabelecendo estreita rede de relações entre os moradores do bairro. SANTOS (1984) também afirma que as práticas de ajuda mútua eram capazes de garantir a reprodução do processo de trabalho na unidade familiar, pois atendiam às necessidades que não poderiam ser supridas utilizando-se tão somente a mão-de-obra familiar, nem tampouco o assalariamento permanente, pois as condições financeiras da unidade produtiva não permitiriam a contratação continuada de empregados. O mutirão e a troca de dias eram um processo grupal, com as pessoas se predispondo espontaneamente a prestar o auxílio necessário. A retribuição também se dava coletivamente, através da promoção de uma festa como forma de agradecimento e de renovação dos laços de solidariedade grupal, havendo, ainda, a obrigatoriedade de retribuição da ajuda, quando outra família necessitasse¹⁴.

14 Conforme o mesmo autor, a prática do mutirão – ‘puxiron’, como era conhecido entre os camponeses - se dava em casos de incapacidade para o trabalho de um dos membros da família, ou em função da ocorrência de acidentes causados pela natureza, ou também para realizar rapidamente determinada tarefa do ciclo produtivo: “...famílias inteiras se auxiliavam mutuamente, por exemplo, na colheita da uva, quando várias famílias vão colher primeiro no parreiral de uma, depois no de outra, e assim sucessivamente...” (p. 35); já a troca de dias difere um pouco por estar mais associada à momentos críticos do ciclo agrícola. Nesse caso, a retribuição é mais particularizada, diretamente entre o camponês que ajudou e o que recebeu o apoio.

Já os modos de cooperação vicinal observados na colônia alemã do Vale do Itajaí, a que nos referimos anteriormente, mostravam-se, segundo SEYFERTH (1974) bastante variados. A construção de casas era tarefa comunal das mais importantes, uma vez que os trabalhos nas roças, envolvendo derrubadas e queimadas, eram executados, freqüentemente, pelas famílias individualmente. Conforme também observado em outros estudos, após a realização do mutirão para construção de casa, o proprietário beneficiado pelos serviços oferecia aos vizinhos que o auxiliaram e a suas famílias uma festa, com comida, bebida, brincadeiras e danças. Normalmente combinava-se a execução dos serviços de cooperação entre vizinhos após os serviços religiosos, ou na casa comercial¹⁵ ou mesmo numa festa religiosa. Estas eram, pois, instituições comunais de grande importância na colônia.

Atualmente, experiências de cooperação em assentamentos explicitam situações em que os laços de solidariedade podem ser recriados, lançando-se mão de práticas como mutirão. Em contraste, nos grandes domínios agrícolas, como as relações não se constituem entre iguais, a solidariedade é forjada verticalmente, não por vontade espontânea dos agregados, mas por condição do patronato. (BRANDENBURG, 1998)

2.4.1.2 Os laços de parentesco e de compadrio

Outra característica básica das relações que se estabelecem em comunidades de agricultores familiares diz respeito às relações de compadrio e de parentesco. SILVA (1955) observou em seu estudo que grande número de famílias mantinha laços de parentesco em consequência da realização de inter-casamentos, sendo generalizado o casamento entre primos, o que se justifica, segundo o autor, em função do relativo isolamento de seus habitantes. Além disso, o parentesco era ampliado pelas relações de

15 A mesma autora observa que a venda era o local de maior importância econômica e social da comunidade; servia como salão de baile, ponto de reunião dos colonos, local de distribuição de correspondência, banco, comércio.

compadrio, o qual, como em várias outras partes do Brasil, desempenha um papel de relevo na estrutura social. Em suas palavras:

O compadrio permite não só reforçar os laços de parentesco, mas especialmente, estabelecer um tipo de parentesco, sancionado pelo sobrenatural, com pessoas não aparentadas nem por afinidade nem por consangüinidade. O compadre e a comadre constituem relações às vezes mais íntimas que as de pais e irmãos. Na verdade o sentido de padrinho ou madrinha é o de pai e mãe espirituais. Isso justifica o parentesco dos **com-padres** ou das **co-madres** (grifo do autor), ou seja, co-participantes das responsabilidades da paternidade ou maternidade. (p. 196)

As relações de compadrio implicavam, portanto, em contato social muito íntimo, traduzindo-se em estreita amizade e no auxílio mútuo em casos de necessidades.

Essas relações de parentesco e de compadrio estabelecidas no âmbito das comunidades assumiam um caráter conservador de acomodar conflitos internos¹⁶. A esse respeito, WILLEMS (1961) refere-se à figura dos “inspetores de quarteirão”, os quais eram escolhidos entre os moradores mais ilustres do local e nomeados pelo subdelegado e pelo prefeito. Cabia-lhes o papel de mediadores, acomodando desavenças corriqueiras, que provinham, amiúde, da invasão das roças pelo gado do vizinho ou de queimadas que fugiam ao controle e prejudicavam matas alheias. Na maioria das vezes suas decisões eram respeitadas, em função do apoio moral que recebiam das autoridades locais e por se tratarem de ‘homens de respeito’ no lugar.

O mesmo autor (p. 100) conclui que essas formas de sociabilidade típicas das sociedades tradicionais se constituíam em “...forças que, a despeito de tanta diferenciação interna, conservam a unidade da estrutura local fazendo com que os seus indivíduos e grupos integrantes se considerem comunidade e possam agir como um todo.” Nesse sentido, confere à igreja e às festas religiosas, às cliques¹⁷, aos partidos

16 Já nos grandes domínios agrícolas, as relações dessa natureza se apresentam como extensão da proteção de um patrão sobre seus subordinados. (BRANDENBURG, 1998)

17 Refere-se a um tipo de agrupamento que aparece espontaneamente em todas as comunidades, que “...reúne seus membros de modo mais ‘informal’ possível e serve aos objetivos mais variados”. (idem, p. 97)

políticos¹⁸, ao mutirão uma “função nitidamente integradora”. Este último, inclusive, serve de ponte entre classes rurais distintas, pois reúne sítios de diferentes níveis e agregados. Essas formas de integração eram reforçadas pela ausência de antagonismo entre cidade e roça, em função das características da organização econômica da vila objeto de seu estudo, uma vez que os moradores urbanos dependiam diretamente das atividades agrícolas, criando “...uma solidariedade de interesses inexistente em comunidades industrializadas.” (p.101)

Conforme retratado nos estudos de comunidade a que vimos nos referindo, os elementos que identificam as sociedades tradicionais mostram-se grandemente semelhantes. Entretanto, podemos observar que os autores, ao conceituar a unidade de povoamento dos camponeses, concebem-na tanto limitada aos contornos espaciais impostos pelo bairro rural, a exemplo do entendimento de Antônio CÂNDIDO, quanto ampliam-na para o espaço da vila, conforme a concepção de Giralda SEYFERTH.

Nesse sentido, nos reportamos às considerações de WANDERLEY (2000a, p. 30) que, ao tratar das inter-relações que caracterizam a vida local no meio rural, põe em discussão a delimitação das fronteiras sociais do espaço local: se este deve restringir-se apenas ao território dos bairros rurais ou se cabe expandi-lo para a dimensão do município. Os debates no Brasil tendem, em grande parte, a delimitar as ‘fronteiras sociais’ do espaço local como restritas aos laços de parentesco. Entretanto, também há entendimentos que concebem o espaço local como abrangendo os pequenos municípios (particularmente aqueles com menos de 20 mil habitantes), os quais se tornam parte integrante do espaço rural. Neste caso, as relações que aí se estabelecem não implicam em rompimento ou oposição ao modo de vida rural, significando apenas a redução da precariedade vivida pelos habitantes do campo. Entende o espaço local como sendo “...um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um ‘singular espaço de vida’.” A

18 No que diz respeito à organização política das sociedades tradicionais, Altenfelder SILVA (1955, p. 204) afirma que a ligação do líder local com seu eleitorado é direta, exigindo a visita pessoal do candidato ao eleitor, ao menos em época de eleição: “a relação política é a do contato primário, direto, entre líder e liderado. O eleitor vota com ele...”

compreensão desse ‘espaço de vida’ implica em se considerar tanto sua dinâmica social interna, cujas relações entre habitantes estão alicerçadas nos laços de parentesco e vizinhança, como a externa, envolvendo as complexas relações com o mercado e a vida urbana.

Em suas palavras:

A vida social local é, assim, o resultado do entrelaçamento de relações sociais que atravessam o espaço local, atribuindo-lhe significados e integrando-o a redes de relações que se estendem por espaços sociais mais amplos e dentre os quais podem ser identificadas: as relações de parentesco e vizinhança (...); as relações de parentesco e de amizade (...), que se estendem para além do espaço local (...); as relações ‘externas’... (idem)

Estas últimas incluem tanto as que promovem o esvaziamento do campo, como também as que lhe imprimem profundas modificações, sem, contudo, provocar seu esvaziamento.

No que se refere à diferenciação social dos espaços rurais do país, de forma predominante, a população rural, vista em seu conjunto, engloba tanto os habitantes cujas relações se baseiam no patrimônio familiar – agricultores familiares -, como também envolve os laços de vizinhança, o que inclui trabalhadores assalariados permanentes ou temporários.

A Colônia Mergulhão, objeto do presente estudo, reflete muito dos elementos capazes de identificá-la como sendo uma comunidade ou um bairro rural: seus habitantes, agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus, têm uma situação social semelhante; estabelecem relações de vizinhança, freqüentemente justapostas às relações de parentesco e de compadrio; estão instalados numa base territorial constituída por casas relativamente dispersas, com um centro de referência social que é a Igreja local (Capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição).

Na dinâmica das sociedades contemporâneas, como se reconstroem as formas de organização típicas dos bairros rurais num contexto de forte influência dos padrões modernos impostos pelo meio social circundante? E a integração com o mundo urbano, intensificada pelos meios de comunicação – reais ou virtuais – é capaz de promover a desintegração de suas instituições comunitárias?

3 DINÂMICAS SOCIAIS DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

As abordagens de muitos estudiosos da relação campo-cidade, no contexto das dinâmicas das sociedades modernas, pressupõem uma certa homogeneização do quadro da vida social. Chegou-se a relegar a segundo plano o estudo das relações entre o rural e o urbano, sob a justificativa do fim do rural, tendência irresistível num mundo globalizado. Entretanto, novas dinâmicas e perspectivas de reorganização do rural evidenciam a pertinência das pesquisas sobre o tema. (WANDERLEY, 199_)

3.1 PERSPECTIVAS DE REORGANIZAÇÃO DO RURAL NAS SOCIEDADES MODERNAS

O debate sobre as novas ruralidades no Brasil contemporâneo é alimentado por duas dinâmicas, as quais implicam em distintos significados de ocupação do espaço rural: uma delas associa-o ao desenvolvimento de atividades econômicas não-agrícolas ligadas à revalorização do rural como espaço de lazer ou de residência para segmentos da população urbana; a outra valoriza-o como lugar de vida e trabalho do agricultor familiar, personagem recentemente reconhecido como ator social do processo de desenvolvimento econômico. (CARNEIRO, 2002)

3.1.1 O Fim do Rural

A primeira dinâmica indica que o espaço rural não pode mais ser considerado como sendo sinônimo de espaço agrícola ou de predomínio de atividades ligadas, direta ou indiretamente, à atividade agrícola.

Para WANDERLEY (2000b), essa vertente prevê a progressiva decomposição do campesinato e a constituição de classes sociais no campo, pois a agricultura seria explorada por capitalistas que somente se distinguem dos demais pelo setor em que aplicam o capital. O camponês teria se tornado um agricultor, entendido tão somente como uma profissão e não mais se referindo a um modo de vida. Haveria uma ruptura entre o agricultor familiar moderno e sua história camponesa. Nessa perspectiva, a

tradicional dicotomia campo-cidade seria resolvida com a “vitória da cidade”, implicando, portanto, no fim do rural.

A autora detém sua análise sobre as teorias de “urbanização do campo”, chamando a atenção para a infinidade de significações que o termo veicula e, por consequência, das ambigüidades que gera. O conceito “urbanização do campo” pressupõe que o sentido das transformações sofridas pelo espaço rural implica na sua dependência frente ao urbano, o qual se constituiria num pólo de influência unilateral. O mesmo se dá com relação ao conceito de “*continuum* rural-urbano”, cuja expressão oferece uma multiplicidade de significados, mas principalmente a conotação de que o meio rural – tido tradicionalmente como atrasado - seria absorvido pelo urbano, pólo em condições de estender o progresso àquele. Em suas palavras:

Levadas às últimas conseqüências, esta vertente das teorias de urbanização do campo ou do *continuum* rural-urbano apontariam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana. Esta visão de uma urbanização homogeneizadora beneficia-se largamente da ideologia, então dominante, que vê a cidade como fonte de civilização e difusão desta para o conjunto da sociedade... (WANDERLEY, 2000b, p. 35).

Mas segundo Graziano da SILVA (1997, p. 43), é a partir dessa dinâmica que o rural no Brasil contemporâneo pode ser entendido. Segundo o autor, “...o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas”¹⁹, em função do processo de industrialização da agricultura e da difusão do urbano sobre o rural. Defende que a distinção entre os limites do que seja rural e urbano perdem a importância, desaparecendo a dicotomia entre estes pólos.

Afirma que atualmente “...o rural só pode ser entendido como o *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade

19 Com base na análise da PEA agrícola e de desocupados na década de 1980, o mesmo autor argumenta que a proporção de desocupados com domicílio rural cresceu, o que significa que a pressão sobre o mercado de trabalho urbano provém, em grande medida, de pessoas residentes no meio rural. Tal fato se constituiria num dos aspectos da urbanização do meio rural brasileiro. Para o mesmo período de análise, a partir das taxas da PEA rural conforme os ramos de atividade, constata que as taxas de crescimento de pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas são bastante superiores às taxas de crescimento de ocupação em atividades agropecuárias.

econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.” Aponta para o surgimento, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, nestes em menor grau, do fenômeno chamado de *part-time*²⁰ - agricultores de tempo parcial, os quais caracterizam-se por desempenhar pluriatividades, combinando atividades agrícolas e não-agrícolas, assalariadas ou não. E considera que, embora essa tendência já se verifique no Brasil, o poder público, no âmbito federal e estadual, permanece insistindo no desenvolvimento agrícola como a principal estratégia para gerar emprego e renda no campo e, por extensão, promover o desenvolvimento rural. Particularmente nos países desenvolvidos, um dos fatores registrados como capazes de garantir a pluriatividade nos espaços rurais é a transferência para o campo de atividades industriais, estimuladas tanto pela racionalização de seus custos, quanto pelo desenvolvimento das telecomunicações. Mas chama igualmente a atenção para o fato de que, no contexto desse “novo mundo rural”, mesmo nessas nações, os índices de miséria rural continuam significativos, comparativamente ao meio urbano, embora tenham sofrido sensíveis reduções.

Como atividades rurais não-agrícolas que vêm se desenvolvendo no Brasil, em ordem de importância, o autor destaca: *a*) as instalações de indústrias, particularmente agroindústrias; *b*) as diretamente relacionadas à urbanização do campo: turismo, lazer, preservação ambiental; e *c*) as chácaras ou sítios de recreio.

Propõe, assim, que as concepções de desenvolvimento rural devem, necessariamente, levar em conta a estratégia de se gerar ocupações não-agrícolas no

20 Os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) referiam-se, já na década de 1970, a um fenômeno social que começava a se generalizar na Europa, sendo utilizados como sinônimos até meados de 1980. Até então, distinguiam-se apenas pela origem etimológica dos termos: o primeiro ligado à tradição inglesa e o segundo à francesa. Posteriormente vão se evidenciando diferenças de significado, passando o primeiro a se referir ao tempo de trabalho reservado às atividades na propriedade e o segundo à combinação de formas de obtenção de renda da unidade familiar. Conquanto as noções *full-time farming* (agricultura em tempo-integral) e *monoactivité* (monoatividade) sejam semelhantes e encerrem o mesmo conteúdo, seus opostos (*part-time* e *pluriactivité*) passaram a diferir substancialmente. Vários fatores culminaram com a adoção da noção de pluriatividade como sendo a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e de obtenção de renda implementados dentro e fora das unidades familiares, nos diferentes contextos onde se manifesta. (SCHNEIDER, 2005, p. 05-10)

campo, o que resultaria na manutenção das populações mais fragilizadas em seu espaço de vida e na elevação dos níveis de renda.

Aderindo a essa mesma concepção, SCHNEIDER (2005) considera que não cabe interpretar como sinônimos espaço rural e produção agrícola. Embora a agricultura se mantenha ocupando lugar de relevo no espaço rural, é evidente o decréscimo da importância da atividade agrícola no que se refere à ocupação de mão-de-obra. Em diferentes graus de intensidade e variando conforme a região do país, observa-se a ocorrência de mudanças estruturais com a emergência do fenômeno da pluriatividade, o qual se constitui numa estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais.

...(pluriatividade) refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos. (p. 04)

Para CARNEIRO (2002, p. 225), a tendência à pluriatividade pode significar tanto uma estratégia adotada pelas famílias rurais para garantir sua reprodução social, pela impossibilidade de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola, como também indicar mudança no padrão de exploração do espaço rural. E acrescenta: “Associada sobretudo às atividades de serviço, a pluriatividade, agora combinada à noção de multifuncionalidade, alimenta a discussão sobre as características da ruralidade nos dias atuais.”

A ampliação da mobilidade desencadeada pela expansão dos meios de comunicação, reais e virtuais, e a transformação do campo em espaço de lazer - estimulando o turismo -, ou mesmo de residência, são elementos que contribuem para alimentar essas novas dinâmicas da ruralidade na sociedade brasileira contemporânea, tornando mais complexos os territórios e estimulando, em consequência, a prática da pluriatividade. Assim, de organizações socioeconômicas sustentadas exclusivamente na produção agrícola, as unidades familiares cedem lugar “...a organizações pluriativas baseadas na inserção plural dos indivíduos no mercado de trabalho. Se a unidade

familiar agrícola não desaparece, a tendência é que ela se retraia passando a ocupar apenas um ou dois indivíduos.” (p. 226)

A pluriatividade pode tanto consistir numa estratégia de enfrentamento da pobreza adotada pelas famílias rurais frente às adversidades, evitando sua marginalização e exclusão socioeconômica, quanto no aproveitamento de oportunidades novas tais como as agroindústrias familiares, o turismo rural ou mesmo o emprego noutras atividades, de acordo com a realidade histórica ou conjuntural onde se desenvolva. (GEHLEN, 1998) Entretanto, WILKINSON (2000, p. 11) chama a atenção para a tendência do enfoque da pluriatividade em “aceitar a irreversibilidade da modernização agrícola...”, evidente na maneira de se interpretar a ocorrência de redução das ocupações agrícolas.

Mesmo CARNEIRO (2002, p. 229) opõe a ressalva de que embora a inserção plural do agricultor no mercado de trabalho não-agrícola tenha estimulado trocas de bens simbólicos e materiais entre o rural e o urbano, contribuindo para diluir as fronteiras entre estes espaços, tal inserção não indica que esteja em curso um processo de homogeneização conforme os padrões urbanos. Em suas palavras:

...essa interação não nos permite afirmar que estejamos vivenciando um processo de homogeneização em direção ao padrão urbano como, aliás, já ressaltaram vários autores (cf. Kayser, Wanderley, Jollivet). Ao contrário, observamos a necessidade de se identificarem e analisarem os conteúdos das diferentes formas de expressão da ruralidade em contextos culturais, sociais e espaciais heterogêneos.

3.1.2 A Emergência de uma Nova Ruralidade

Outra concepção, que se contrapõe à do fim do rural, considera que as transformações ocorridas em função de processos sociais de urbanização e modernização da agricultura não suprimiram as peculiaridades dos espaços rural e urbano, nem acarretaram a homogeneização da sociedade. Houve uma redefinição das relações campo e cidade, mas o meio rural se mantém enquanto um espaço territorial e social diferenciado. Esta é a vertente adotada por WANDERLEY (2000b, p. 03), para quem “...o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades

modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade.” (grifos da autora) Sob tal perspectiva, o agricultor familiar mantém laços estreitos com a tradição camponesa.

Nesse sentido, é preciso considerar que o enfoque da multifuncionalidade da agricultura, juntamente com a noção de pluriatividade, põe em questionamento as fronteiras que delimitam os diferentes setores de atividade e emprego, acarretando implicações diretas nas formas de reorganização do mundo rural. Ao retomar as ‘funções’ originárias da agricultura, ambas as noções resgatam uma peculiaridade da agricultura camponesa: “...a agricultura como um modo de vida (integrada ao conjunto da sociedade e ancorada em um território) e não como uma profissão como qualquer outra.” (CARNEIRO, 2002, p. 234) Tais noções (de pluriatividade e multifuncionalidade) provocam, mais do que a simples ampliação da inserção do agricultor em outros setores, uma disputa por legitimidade entre novas identidades sociais no contexto das ruralidades na contemporaneidade. A multifuncionalidade favorece a visão holística e não setorial da sociedade, constituindo-se em instrumento metodológico de abordagem e compreensão do rural, capaz de perceber a dinâmica das relações entre a agricultura e as outras esferas do social. (idem, p. 236)

MALUF (2002, p. 252, 258) considera que a noção de multifuncionalidade, particularmente no Brasil, ainda se encontra em construção. Dentre as diversas acepções que lhe são conferidas, destaca a que busca “...uma estratégia política para refundar as relações entre o econômico, o social e os processos biotécnicos.” Esse enfoque “...pretende considerar as famílias rurais e seus empreendimentos como um conjunto, potencializar seus impactos positivos no entorno em que se localizam e dar maior transparência e sentido público ao apoio conferido a elas.”

Uma das contribuições da noção de multifuncionalidade é que, além da perspectiva de produção de mercadorias, ela leva em conta os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais das atividades rurais agrícolas e não-agrícolas, permitindo uma melhor apreensão das dinâmicas de reprodução das famílias rurais nos espaços onde estão inseridas. “Vale dizer, ela (a noção de

multifuncionalidade) favorece a passagem do (desenvolvimento) ‘agrícola’ para o ‘familiar²¹ e rural’ olhado desde uma ótica territorializada.” (idem, p. 254)

Para CARNEIRO (2002), o resgate da noção de multifuncionalidade da agricultura é resultante da constatação de que o modelo produtivista, centrado na lógica econômica, limita o papel do agricultor familiar em sua relação com a sociedade. No contexto das dinâmicas das sociedades rurais contemporâneas, tal abordagem propõe o rompimento com a ótica setorial da agricultura, privilegiando a articulação territorial nas diversas esferas sociais, culturais e econômicas. Ressurge, pois, como contraponto à hegemonia do produtivismo, resgatando a condição humana das famílias rurais, pensando a reprodução social destas não apenas como forma de suprir às suas necessidades econômicas, mas também, e em grande medida, na satisfação de suas demandas sociais e culturais.

Em vista disso, a autora coloca em questão o porquê de a agricultura ser o referencial quando o foco de análise é a multifuncionalidade, uma vez que tal abordagem é crítica à perspectiva setorial. Suas pesquisas revelam que, embora ainda em muito ancoradas na produção agrícola, os estabelecimentos agrícolas têm declinado em número, cedendo lugar à pluriatividade. É o caso de situações onde desenvolvem-se atividades associadas ao turismo, diretamente relacionadas à preservação ambiental e, portanto, avessas às práticas agrícolas. Propõe, assim, que o foco de análise oriente-se para a “...**multifuncionalidade do território**, incluindo as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas.” Nessa perspectiva, a agricultura não seria o referencial da multifuncionalidade, mas uma atividade que se articula às demais no esforço de preservar o tecido social e os recursos naturais. E justifica, acrescentando: “Caso contrário, estaremos correndo o risco de manter o mesmo recorte setorial com o qual a própria noção de multifuncionalidade pretende romper...” (p. 237, 238, grifos da autora) Ainda, a noção de multifuncionalidade torna-se mais complexa ao incorporar

21 O mesmo autor (2004) aponta que quanto mais acentuado o caráter familiar das unidades rurais, maior a complexidade da dinâmica de reprodução dessas famílias, em função de serem proporcionalmente mais diversificadas as atividades (agrícolas e não-agrícolas) por elas desenvolvidas e, por extensão, as relações mantidas com o seu entorno, inclusive as com o mercado.

as funções públicas exercidas pela agricultura, tais como segurança alimentar, qualidade dos alimentos, herança cultural, conservação da paisagem rural, diversidade biológica etc. (CARNEIRO, 2002)

Em contraponto, MALUF (2004) aponta que na realidade brasileira, como forma de garantir a segurança alimentar - na sua dupla dimensão de atender ao abastecimento interno e no combate à pobreza das próprias famílias rurais -, a promoção de uma agricultura multifuncional não poderia estar desvinculada do aumento da produção agroalimentar. Esse enfoque valoriza a produção de alimentos, pela própria condição de iniquidade que marca a sociedade brasileira, e também valoriza outros bens, capazes de contemplar as dimensões relativas à diversidade cultural, à sustentabilidade etc. Ainda, a noção de multifuncionalidade propõe uma abordagem articuladora entre produção agrícola e território, ampliando as possibilidades de permanência da população no campo.

Nesse sentido, a viabilização de pequenos e médios produtores se constitui num dos instrumentos capazes de enfrentar a pobreza rural, ao mesmo tempo em que uma maior equidade social acarreta, conseqüentemente, o aumento da demanda doméstica por alimentos. Mas no contexto do mundo rural brasileiro, há que se considerar dois importantes fatores que interferem no desenvolvimento de uma agricultura multifuncional: *a)* existência de restrições ao acesso à terra, que se manifestam desde a expulsão dos trabalhadores do campo até as precárias condições dos que sobrevivem em áreas insuficientes (os minifúndios) ou submetidos às leis de arrendamento; *b)* carências na institucionalização do estatuto profissional do agricultor e da própria definição de agricultura familiar, nos aspectos trabalhistas, previdenciários e fiscais, pois a agricultura multifuncional encontra-se ligada - de maneira 'indissociável' - à pluriatividade, exigindo, em conseqüência, o reconhecimento administrativo e cultural desta. (MALUF, 2002, p. 254-256)

Em síntese, "a noção de multifuncionalidade pretende unificar as diferentes demandas e preocupações em relação ao mundo rural e às unidades familiares que o compõem, numa espécie de nova síntese em substituição a que esteve na base da 'modernização do campo'." (p. 255)

Segundo ABRAMOVAY (2000, p. 6), há que se entender a ruralidade como “...um conceito de natureza territorial e não setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano”, pois a abordagem espacial do meio rural, em que a agricultura é apenas uma de suas partes integrantes, rejeita a idéia de que o campo tenha se ‘urbanizado’. O autor (1998b) chama a atenção para o fato de que os países desenvolvidos não se utilizam da expressão “urbanização do meio rural” ou da idéia de desaparecimento dos limites entre urbano e rural, tão freqüentemente adotada no Brasil. Esta concepção implica em desconsiderar todo o potencial que os aglomerados menos povoados representam para o desenvolvimento, tanto de seus habitantes quanto das populações dos centros urbanos.

WANDERLEY (2000b, p. 17) considera que a diferenciação dos espaços rurais se expressa não somente em relação aos espaços urbanos, mas também internamente, “...constituindo uma rede de relações que se desenham entre situações urbanas e situações rurais, ambas bastante heterogêneas.” Refere-se a um estudo desenvolvido numa comunidade dos arredores de Londres, em 1992, que, embora fundamentado no conceito de *continuum* rural-urbano, evidencia não apenas a continuidade espacial entre estes dois espaços, mas “...reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural”. E acrescenta, “...os pólos rural e urbano mantêm a heterogeneidade, bem ao contrário da visão difusionista...”

O desenvolvimento dos espaços rurais nas sociedades modernas dependerá, pois, de seu poder de atrair outras atividades econômicas e sociais, que não se restrinjam ao setor agrícola. Nesse contexto de diversificação, as relações entre campo e cidade deixam de ser antagônicas para se tornar complementares. Nos países desenvolvidos, fatores tais como descentralização econômica, desvinculando industrialização e urbanização, e maior igualdade socioeconômica favoreceram a interação campo-cidade nas mais variadas dimensões da vida social. Somados a esses fatores, dá-se a redução dos fluxos migratórios no sentido dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que o meio rural se torna atrativo para outras categorias sociais. Ocorre, assim, um processo de renascimento do rural, e as localidades rurais -

independentemente da dimensão ou localização -, demonstram seu dinamismo e vitalidade.

Desfaz-se a dualidade que distingue e mesmo opõe o meio rural ao urbano, para dar lugar à “uma nova dicotomia”. Nessa perspectiva, dá-se o soerguimento do meio rural, que passa a ser composto por uma multiplicidade de formas, constituindo-se num “espaço singular” de “caráter plural”. Refuta-se o desaparecimento das distinções espaciais e sociais entre o rural e o urbano, que ainda se definem como dois pólos, mas estreitamente interdependentes. Por conta dessa “nova dicotomia”, privilegia-se a diversidade das relações dialéticas entre os espaços rurais com o urbano e o conjunto da sociedade, o que não se dá na vertente que preconiza o desaparecimento do rural. (WANDERLEY, 2000b, 36-38).

No entanto, Eli da VEIGA (2004), ao tratar dos *Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização*, se reporta aos sociólogos franceses que na década de 1970 lançaram as hipóteses - que se opõem em pólos extremos - da completa urbanização e do renascimento do rural, formuladas, respectivamente, por Lefebvre (1970) e Kayser (1972). Para o autor, o debate sobre renascimento ou desaparecimento da ruralidade somente faz sentido no contexto europeu²², em função da intensa pressão antrópica exercida neste continente, comparativamente aos demais. Ao refutar ambas as hipóteses, propõe um ‘caminho do meio’: “na atual etapa da globalização, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, fazendo com que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: ‘o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo’.” (p. 58)

E sustenta que a crescente atração exercida pelos espaços rurais nas últimas duas décadas em todos os países desenvolvidos é um fenômeno novo, que pouco ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. Essa atração deve-se, antes, ao aumento da mobilidade. Ainda segundo o

22 No território europeu, 65% dos ecossistemas estão intensamente alterados, tanto por assentamentos humanos como pela agropecuária intensiva; nos demais continentes, o grau de artificialização dos ecossistemas não chega a um terço de seus territórios, atingindo mínimos de 12% na América do Sul e na Australásia (p. 53).

autor, esse fenômeno foi vislumbrado pelos dois sociólogos franceses que formularam as hipóteses, embora de forma equivocada, “pois a ‘revolução do espaço’ que engendra a ‘sociedade urbana’ (ou pós-industrial) tende a ‘revigorar’ a ruralidade, mas mediante ‘mutação’, e não ‘renascimento’.” (p. 58)

A hipótese mais equivocada, no seu entendimento, é a da completa urbanização, por resumir o rural ao agrário ou às atividades agropecuárias. Quanto à segunda hipótese, embora a considere mais coerente, julga que o termo renascimento seja inapropriado para caracterizar um fenômeno totalmente novo:

A atual ruralidade da Europa e da América do Norte não resulta de um impulso que faz voltar fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possa coexistir com aspectos de continuidade e de permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à consciência sobre as ameaças à biodiversidade (...), mas também no que concerne à liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência. (p. 64)

Quando VEIGA opõe às duas hipóteses uma nova formulação no sentido de que a urbanização não estaria produzindo o renascimento do rural, mas sim o seu nascimento ou sua ‘mutação’, não estabelecendo quaisquer vínculos com uma realidade pretérita, nos remete às considerações de Maria Isaura de QUEIROZ (1978). A autora, ao se referir às dinâmicas entre o rural e o urbano nas sociedades globais²³, afirma que as relações entre ambos nem sempre originam algo diverso: “...a combinação dos três tipos de sociedades globais pode se dar de forma diferente, além das que já conhecemos. E mesmo nestas, nem sempre por toda a parte se relacionam meio rural e meio urbano segundo uma dialética de contrários, em que da tese e da antítese se originasse algo diverso, numa nova síntese a partir de duas raízes.” (p. 269)

23 São três as sociedades globais a que a autora se refere: sociedades tribais, internamente indiferenciadas no que diz respeito ao rural e ao urbano; sociedades agrárias, internamente diferenciadas em meio rural e urbano, nas quais aquele é o principal produtor de riquezas; e as sociedades industriais, também diferenciadas internamente em meio rural e urbano, mas nas quais é este, através da industrialização, o principal produtor de riquezas.

4 OS MODOS DE VIDA NO MERGULHÃO

Os imigrantes europeus que se instalaram no Sul do Brasil organizando-se em colônias trouxeram consigo muito da tradição camponesa impressa em seus modos de vida, tradição essa identificada com os princípios da teoria de CHAYANOV. Não tendo se mantido como entidades independentes ou autárquicas (ABRAMOVAY, 1998a), foram, evidentemente, influenciados pelas condições socioeconômicas e culturais com que se depararam e, por sua vez, influenciaram de forma marcante o meio em que se inseriram. Podemos afirmar que seus descendentes estiveram submetidos a elementos – nos termos utilizados por Antônio CÂNDIDO – de “persistência” e de “alteração”. Portanto, é inevitável nos referirmos à tradição camponesa quando da análise dos dados empíricos obtidos a campo, como forma de identificar o que ainda subsiste de tradição, frente à influência dos padrões modernos.

A Figura 4 indica a origem étnica das famílias que compõem a amostra estudada. A ascendência italiana predomina na colônia, manifestando-se em 17 (85%) das famílias da amostra.

A proximidade entre o Mergulhão e outras comunidades colonizadas por imigrantes, a exemplo da colônia Murici, de origem polonesa, justifica a significativa presença do elemento polonês, o qual foi incorporado gradativamente ao local, através do casamento. Um maior detalhamento quanto à composição da família dos informantes, indicando idade, sexo, escolaridade, profissão, estado civil e local de residência de seus membros, encontra-se descrito no Apêndice 1.

FIGURA 4 – TABELA DEMONSTRATIVA DA ASCENDÊNCIA DOS GRUPOS FAMILIARES COMPONENTES DA AMOSTRA ESTUDADA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

DESCENDÊNCIA DA FAMÍLIA	Nº DE FAMÍLIAS
Italiana	5
Italiana e polonesa	9
Italiana e brasileira	1
Italiana, polonesa e ucraniana	1
Italiana, alemã e polonesa	1
Polonesa	1
Polonesa e brasileira	1
Polonesa e alemã	1
Total	20

FONTE: Trabalho de campo.

Como forma de organizar a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, buscamos direcionar a abordagem do presente capítulo baseando-nos em dois eixos principais: na organização produtiva das famílias e na organização comunitária. No primeiro, nos propusemos a analisar suas formas de sobrevivência, no segundo, a compreender suas relações sociais no contexto da comunidade.

4.1 A REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

4.1.1 Estrutura Fundiária

Inicialmente, é necessário fazer referência à estrutura fundiária das famílias que compõem nossa amostra, pois, a propriedade da terra - e sua disponibilidade de área – é condição básica para garantir uma maior estabilidade na reprodução das famílias e, por extensão, a promoção de uma agricultura multifuncional. (MALUF, 2004)

A totalidade dos agricultores da amostra possui terra própria (Figura 5). Inclui-se a situação peculiar de um agricultor que cultiva e reside em área arrendada no Mergulhão, mas é proprietário, juntamente com o irmão, de área de terra em

comunidade vizinha. Todos são, pois, pequenos proprietários, cujos tamanhos de áreas não excedem, no somatório de terras arrendadas e próprias, a 15 alqueires²⁴.

FIGURA 5 – TABELA DEMONSTRATIVA DA POSSE DA TERRA E TAMANHO DAS UNIDADES FAMILIARES COMPONENTES DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

POSSE DA TERRA	ÁREA (EM ALQUEIRES ⁽¹⁾)	Nº DE FAMÍLIAS
Própria	Menos de 2,5	7
	De 2,5 a 5,0	6
	Acima de 5,0 até 10,0	4
	Acima de 10,0 até 15,0	3
	Mais de 15,0	0
Arrendada	Menos de 5,0	0
	De 5,0 até 10,0	1
	Acima de 10,0 até 15,0	1
	Mais de 15,0	0

FONTE: Trabalho de campo.

(1) 1 alqueire equivale a 2,42 hectares (1 hectare corresponde a 10 mil m²).

Dentre os informantes, a família que possui menor área dispõe de apenas um hectare de terra, no qual cultiva olerícolas e produz húmus (família N2, vide Apêndice 1). A Figura 5 demonstra, ainda, que em 65% dos casos o tamanho das unidades familiares não ultrapassa o limite de área de cinco alqueires cada. O tamanho médio das propriedades que compõem a amostra também é de aproximadamente cinco alqueires.

As duas famílias que atualmente arrendam terras de terceiros na colônia desenvolvem atividades essencialmente agrícolas. Numa das situações²⁵ não se estabeleceu contrato formal entre as partes, fez-se apenas um “empréstimo” de parte da terra do vizinho com o objetivo de produzir grãos, já que, segundo o informante, as áreas próprias seriam insuficientes para desenvolver tal atividade produtiva. Em

24 A única exceção é de uma família (N15) que cultiva 20 alqueires de terra (é proprietária de duas áreas de 2,5 alqueires cada no Mergulhão e arrenda mais 15 alqueires de um vizinho). A Figura 5 também inclui famílias que possuem mais de uma área, no Mergulhão e em colônia vizinha. Nestas situações também o tamanho das áreas por família não excede os limites indicados nos estratos.

25 Família N15, que cultiva, além de grãos (soja e milho), olerícolas.

outra²⁶ estabeleceu-se um contrato formal com o proprietário da terra, que reside em Curitiba, mas as partes deliberaram por não cumpri-lo, não tendo havido, entretanto, alteração contratual.

Houve manifestações afirmando que a prática de arrendamento era mais comum no passado, predominando o contrato verbal entre as partes. À época as famílias envolvidas também exerciam ocupações predominantemente agrícolas.

Mas o inverso, isto é, o arrendamento para terceiros, também pôde ser observado. Atualmente, as famílias que cedem parte de suas áreas para terceiros desenvolvem atividades não-agrícolas, tendo como ocupação principal a produção de vinho e sua comercialização nas cantinas de suas propriedades. São três as situações dessa natureza: uma dá-se sob a forma de simples empréstimo a parentes consangüíneos que cultivam olerícolas; nas outras estabelece-se contrato formal entre as partes.

A propriedade privada da terra se constitui em fator de estabilidade da condição social de camponês, fundamental, portanto, para a reprodução de sua situação social. A transmissão da propriedade aos descendentes aparece como garantia de sua reprodução, ao mesmo tempo em que se constitui em fator determinante para manutenção de sua autonomia, capaz de lhe possibilitar o controle do processo de trabalho, contrariamente à subordinação vivenciada pelo assalariado e pelo parceiro, neste último ainda que de forma parcial. Entretanto, a esse respeito, SANTOS (1984) opõe a seguinte ressalva: “Se para o camponês a propriedade da terra é possibilidade de um controle do processo de trabalho, isto necessariamente há de ser uma forma ideológica marcando sua consciência, ou seja, uma representação de sua existência que é necessariamente aparente na medida em que as condições reais de efetivação da independência do seu processo de trabalho foram subtraídas pela dominação do modo de produção capitalista.” (p. 139)

E reforça que

26 O casal (família N16) reside e trabalha na área arrendada de 5 alqueires há 14 anos; o informante, mesmo quando solteiro, trabalhava nessa mesma área junto com o pai e os irmãos cultivando olerícolas.

...a ênfase na autonomia do trabalho, presente em suas representações, emerge como forma ideológica, como uma autonomia formal que só adquire realidade na consciência do camponês, na medida em que ele necessariamente precisa legitimar subjetivamente sua situação de proprietário independente das condições do próprio trabalho, diante da dominação avassaladora do modo de produção capitalista. (p. 144, 145)

Apenas 30% dos proprietários de nossa amostra obtiveram sua terra por meio de compra (Figura 6). A grande maioria herdou a unidade familiar dos pais ou avós e muitos a ampliaram por meio da aquisição de novas áreas.

FIGURA 6 – TABELA DEMONSTRATIVA DAS FORMAS DE OBTENÇÃO DA TERRA PELAS FAMÍLIAS COMPONENTES DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

FORMAS DE OBTENÇÃO DA TERRA	Nº DE FAMÍLIAS
Somente herança	6
Somente compra	6
Ambos	8
Total	20

FONTE: Trabalho de campo.

Os agricultores demonstram grande apego à terra familiar (Figura 7). 65% deles nasceram na propriedade ou possuíam parentes na colônia. Metade dos que residem no local há mais de dez anos nasceram na comunidade do Mergulhão e, ao se casarem, transferiram-se de propriedade, permanecendo, contudo, na mesma colônia. Somente dois responsáveis por estabelecimento - e ambos cultivam exclusivamente olerícolas - manifestam concretamente a possibilidade de se desfazer das propriedades. No primeiro caso, o morador reside há apenas oito anos na comunidade (de três filhos, dois têm ocupações externas à unidade produtiva), mostrando-se disposto a mudar para a cidade. A outra situação guarda a especificidade de que a responsável pela unidade familiar é viúva, com quatro filhas mulheres. Neste caso, a justificativa quanto à possibilidade de se deslocar, inclusive para outra região do país, diz respeito à penosidade do trabalho diário, embora seu relato deixasse claro que, caso optasse por migrar, não iria querer se desfazer de toda a área de sua propriedade:

Só se fosse por um bom negócio, mas não tudo, uma parte, pra investir noutro lugar, o clima aqui tá judiando muito da gente, não só pra produzir, mas pra viver mesmo... Outro lugar com outro sistema de plantação... aqui... a gente se esgota demais, a gente vive catando

folha, né, olerícola... é catando folha, essa profissão judia da gente, minha coluna já foi, já era, né. (N12)

FIGURA 7 - QUADRO DEMONSTRATIVO DO TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UNIDADE FAMILIAR E APEGO À TERRA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UNIDADE FAMILIAR	Nº DE FAMÍLIAS
Desde que nasceu e/ou a área já pertencia a algum parente	13
Há mais de dez anos	6
Há menos de dez anos	1
TOTAL	20
APEGO À TERRA	
Dispõe-se a vendê-la	2
Não se dispõe a vendê-la	18
TOTAL	20
Gostaria de aumentar área da propriedade	12
Não gostaria de aumentar área da propriedade	8
TOTAL	20

FONTE: Trabalho de campo.

Mas mesmo dentre a maioria dos que não se dispõem a vender suas terras, dois responsáveis por estabelecimento cogitam da possibilidade, ainda que remota, de fazê-lo, mostrando-se reticentes, e desde que a migração implicasse numa maior disponibilidade de área para cultivo. Num dos casos, o proprietário somente o faria pensando no futuro dos filhos. Também aqui em ambas as situações se desenvolvem atividades majoritariamente agrícolas (cultivo de grãos e olerícolas num dos estabelecimentos e olerícolas e vinho, este em escala mínima, no outro).

A esse respeito, BRANDENBURG (1998) se opõe à hipótese de que os colonos no Brasil não hajam desenvolvido, semelhantemente ao camponês europeu, o tradicional 'enraizamento à terra'. Considera que, em função das características de formação social do Estado brasileiro, o que leva os agricultores a buscar terras distantes não é a ausência do 'sentimento de pertencer' ao local, mas a falta de uma política fundiária capaz de lhes propiciar o acesso à terra. Existe um sentimento de 'apego à terra' por parte dos colonos do Sul do Paraná, que é orientado por múltiplas razões, dentre as quais o de amor à terra. Este elemento se constitui num dos fatores mais relevantes da organização do colono, em função do que representa para sua

sobrevivência, para a conquista de sua liberdade e para o patrimônio familiar. “...a terra constitui o pré-requisito da existência do colono enquanto categoria social. (...) Entre os elementos da natureza, com os quais estabelece relação, a terra é o fundamento de sua atividade: a agricultura.” (p. 89-90)

Esse sentimento a que o autor se refere pôde ser observado quando dos relatos dos agricultores informantes, a ponto de a grande maioria não apenas se mostrar avessa à idéia de vender a propriedade, como manifestar com freqüência o desejo de criar um mecanismo que evite o loteamento das terras, capaz de impedir que “gente de fora” ou algum “estranho” adquira as áreas da colônia.

Quando questionados sobre seu interesse em aumentar a propriedade, 60% (Figura 7) manifestam-se dispostos a fazê-lo, mas relatam que “não tem pra onde expandir porque ninguém vende, (...) compraria pra evitar loteamento e a vinda de gente de fora.” (N6) Outro agricultor, referindo-se aos terrenos próximos à sua propriedade: “amanhã ou depois pode um terreno em vista, a gente acaba comprando pra não vim algum estranho.” (N13) Isso se revela mais como um sentimento de apego ao local, ao patrimônio familiar e como um desejo de evitar que novos moradores - “estranhos” - possam interferir na vida da comunidade, do que como simples propósito de acúmulo de terras.

O apego sentimental à propriedade familiar e ao lugar ainda é expresso em comentários tais como: “tudo aqui tem uma história”, em que um agricultor se refere à época em que o parreiral (ainda em produção, embora mínima) fora implantado pelos pais há mais de 70 anos (informante N5); ou “o Mergulhão é minha terra”. (informante N1)

4.1.2 Origens da Renda Familiar

O estudo evidenciou que as famílias pesquisadas se dedicam não apenas à agricultura, mas desempenham, simultaneamente, mais de uma ocupação, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, desenvolvidas nas unidades de produção ou fora delas (Figura 8).

FIGURA 8 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DA RENDA DAS FAMÍLIAS COMPONENTES DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

ORIGEM	Nº DE FAMÍLIAS
INTERNA À UNIDADE FAMILIAR	20
Ocupações Agrícolas	
Produção de grãos (milho e soja)	1
Bovinocultura de leite	1
Olericultura	11
Minhocário (produção de húmus)	1
⁽¹⁾ Vitivinicultura	11
Piscicultura	1
Aposentadoria	9
Ocupações Não-agrícolas	
Ateliê	1
⁽²⁾ Somente vinicultura	2
Pesque-pague; lanchonete	1
Oficina mecânica	1
Locação de barracão, preparo de refeições, massas, queijos, salgados, doces	1
Embutidos, compotas, geléias	6
EXTERNA À UNIDADE FAMILIAR	7
Ocupações Agrícolas	
Diarista/assalariado rural	0
Ocupações Não-agrícolas	
Operário, vendedor, empregado doméstico, mecânico, caminhoneiro	⁽³⁾ 7

FONTE: Trabalho de campo.

(1) Todos os que cultivam a uva, fabricam o vinho.

(2) Somente fabricam o vinho; adquirem a matéria-prima de produtores do Rio Grande do Sul.

(3) Nestas sete famílias, há nove pessoas que exercem ocupações externas à unidade familiar, estando assim distribuídas: uma empregada doméstica; um mecânico; duas vendedoras/balconistas; uma aeroviária; dois metalúrgicos/operários; uma funcionária pública; e um motorista de caminhão. Consideramos, nesta análise, apenas os membros da família que permanecem residindo na propriedade (vide Apêndice 1, famílias N2; N5; N7; N12; N17; N18; N19).

Entretanto, conforme a Figura 8 demonstra, as atividades internas à unidade familiar têm como principal base de sustentação a produção agrícola. Onze famílias, ou 55%, são vitivinicultoras, ou seja, produzem a matéria-prima e a processam na forma de vinho; a maioria delas, excetuando-se apenas três famílias (N4, N8 e N9, que só utilizam uva própria) é impelida a adquirir uva in natura de terceiros por conta, principalmente, da incidência de uma doença provocada pela “cochonilha pérola-da-terra” (*Eurhizococcus brasiliensis*), que vem comprometendo a produção das videiras. Ainda assim, a maioria dos produtores de vinho cultiva, em maior ou menor

quantidade, a matéria-prima, alguns inclusive têm projetos de ampliação do parreral. Somente duas das famílias (N11 e N14) da amostra pesquisada são vinicultores, pois apenas processam a totalidade da matéria-prima que adquirem de produtores do Rio Grande do Sul. É também expressivo o número dos que cultivam olerícolas (acima de 50% dos entrevistados), produção essa associada ou não ao cultivo da videira e à produção de vinho.

FIGURA 9 – FOTOGRAFIA DE UMA UNIDADE FAMILIAR PRODUTORA DE OLERÍCOLAS



FONTE: Foto da autora.

Considerando os rendimentos com aposentadoria, 65% das famílias (13 delas) obtêm seu sustento a partir de ocupações agrícolas e não-agrícolas no estabelecimento familiar. O restante, embora contando com rendimentos externos, ainda assim tem como âncora de sustentação financeira as atividades internas à unidade familiar, sendo estas responsáveis por, no mínimo, 60% a 70% dos rendimentos familiares²⁷.

²⁷ O percentual aproximado reflete a dificuldade de os informantes indicarem quantitativamente ou mesmo em percentuais a renda que obtêm.

FIGURA 10 - FOTOGRAFIA DA CANTINA DE UMA DAS UNIDADES FAMILIARES PRODUTORAS DE VINHO



FONTE: Foto da autora.

FIGURA 11 – FOTOGRAFIA DE UMA UNIDADE FAMILIAR COM PESQUE-PAGUE



FONTE: Foto da autora.

Quando MALUF (2004) aponta as principais referências capazes de avaliar a multifuncionalidade da agricultura, indica que a função de reprodução socioeconômica das famílias rurais está relacionada à geração de trabalho e renda, capaz de mantê-las em condições dignas de vida no campo. E afirma que, embora a atividade agrícola ainda desempenhe papel fundamental na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, o peso da produção mercantil tem sido decrescente como estratégia de reprodução econômica da unidade familiar; em contrapartida, a importância da produção agrícola visando ao autoconsumo²⁸ tem se mantido constante.

Assim, pois, segundo o mesmo autor, conquanto a reprodução das unidades familiares rurais dependa do conjunto das atividades nelas desenvolvidas - agrícolas e não-agrícolas -, aquelas se mantêm como a referência central do rural. Conforme a Figura 8 demonstra, a reprodução das unidades de produção familiares assenta-se num conjunto diversificado de atividades produtivas, que se caracteriza pela complementaridade, e nos múltiplos vínculos mercantis que lhes são correspondentes. Parte da produção das unidades destina-se a atender às necessidades de autoconsumo, garantindo a segurança alimentar das próprias famílias rurais e, ainda, a partir das matérias-primas agrícolas por elas produzidas, elaboram-se produtos derivados, que expressam a diversidade peculiar da agricultura familiar, refletindo tradições e hábitos de consumo particulares de determinada região, além de preservar as características artesanais no processo de produção. A complementaridade entre as diversas atividades desenvolvidas nas unidades familiares é um dos componentes da lógica de reprodução econômica dessas famílias, em que as tomadas de decisão orientam-se menos pela rentabilidade dos investimentos do que pela preservação do patrimônio familiar. Segundo MALUF (2004), essa mesma característica de complementaridade se

28 Em nossa amostra, dentre os que manifestaram cultivar alimentos para o consumo familiar (17 dentre os 20 entrevistados), 11 deles utilizam-se de parte da produção agrícola que é destinada ao mercado. Um, dentre os três que não produz para autoconsumo, utiliza-se de parte das olerícolas cultivadas pelos filhos, que residem na mesma colônia e cuja principal atividade é a olericultura. Observamos, com frequência, que as famílias possuem pequenos pomares e criações de animais domésticos como aves, ovinos e bovinos.

constitui no fator responsável pela permanência do agricultor em atividades que, muitas das vezes, lhe proporcionam rendimentos insuficientes.

Das famílias que exercem atividades externas ao estabelecimento rural (Figura 8), são, em sua totalidade, os filhos ou as esposas dos mesmos os que desempenham tais funções (como operário/lavrador; vendedor; empregada doméstica; mecânico). Ainda como fonte externa de manutenção familiar, há três famílias que obtêm parte de sua renda a partir do aluguel de imóveis. Observamos que praticamente a totalidade dos responsáveis pelas unidades familiares, os “chefes” de família e suas esposas, dedicam-se mais às ocupações diretamente ligadas ao estabelecimento rural, sejam elas agrícolas ou não.

Em nosso estudo, os relatos evidenciam que o peso da renda oriunda de ocupações agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas na propriedade é superior ao da proveniente de ocupações externas. Embora estas estejam presentes em sete das famílias entrevistadas (Figura 8), os rendimentos obtidos destinam-se predominantemente a atender aos gastos dos próprios assalariados e mesmo a proporcionar melhoria na qualidade de vida da família. As ocupações externas ao estabelecimento não se constituem, portanto, em fontes de renda imprescindíveis à subsistência familiar, nem tampouco os rendimentos daí obtidos são revertidos em investimentos na propriedade. São, pois, uma fonte de renda secundária. A base de sustentação das famílias na colônia é a agricultura, a partir da qual são desenvolvidas as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Ao constatarmos essa múltipla inserção dos membros componentes das unidades familiares em ocupações agrícolas e não-agrícolas, nos remetemos às investigações empreendidas por MALUF (2004), as quais levaram-no a afirmar que o nível de renda monetário das famílias rurais é inversamente proporcional ao peso econômico da produção agrícola mercantil. Com base nessa correlação inversa, o autor associa o enfoque da multifuncionalidade à estratégia da pluriatividade, em que, ao exercer atividades agrícolas e não-agrícolas, as unidades familiares se inserem em diferentes setores, ampliando sua rede de relações socioeconômicas. E justifica que o decréscimo da contribuição da produção agrícola na composição da renda familiar

deve-se a fatores tais como queda dos preços reais dos produtos agrícolas, principalmente em função do papel de “âncora verde” desempenhado pela agricultura com vistas à contenção da inflação; além da impossibilidade de agregação de valor à matéria-prima produzida pelas famílias rurais, por total falta de condições de investimento, assessoria técnica, etc.

Mas ressalta que

...a atividade agrícola própria perdeu centralidade para a reprodução econômica (via inserção mercantil) de grande contingente de famílias rurais, porém, mesmo nestes casos, ela mantém papel relevante em vários aspectos da reprodução familiar. O acesso à terra e as atividades agrícolas nela desenvolvidas são elementos de garantia, entre outros, de habitação e alimentação (...) Além disso, mesmo reconhecendo o caráter pluriativo das famílias rurais, a importância da ‘agricultura em geral’ se revela nas raízes agrícolas das principais atividades rurais classificadas como não agrícolas (processamento agroindustrial e turismo rural)... (p. 4, 5)

Aos fatores apontados pelo autor como sendo responsáveis pela perda da centralidade da atividade agrícola, CARNEIRO (2002) acresce a pressão exercida pelas instituições oficiais de proteção ambiental, intensificada por turistas e neo-rurais.

4.1.2.1 Pecuária de leite

Das 20 famílias entrevistadas, a grande maioria (14 ou 70%²⁹) tinha como principal atividade, anterior às exercidas atualmente, a bovinocultura de leite, conforme relato de um dos mais velhos proprietários: “Casa por casa era todo leiteiro... era leiteria parelho, parelho.” À produção leiteira associava-se o cultivo de olerícolas, em pequena escala, e secundariamente a produção de uva, a qual, tradicionalmente, era processada sob a forma de vinho, destinando-se a atender, principalmente, ao consumo da família e à demanda de “conhecidos”.

Dos ex-produtores de leite da amostra, a totalidade era associada à Cooperativa de Laticínios de Curitiba³⁰ (CLAC), que encerrou suas atividades em

29 Nesse percentual incluem-se alguns descendentes, atuais responsáveis pelo núcleo familiar, que se reportam à época em que viviam na propriedade dos pais.

30 Nos anos 90 a CLAC, que fora fundada em 1959, possuía aproximadamente 1.600 associados, distribuídos em 32 municípios nos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Além

meados da década de 1990. Muitos deles, mesmo antes do fechamento da cooperativa, vinham gradativamente substituindo a atividade leiteira pela olericultura, pois “leiteria não dava lucro”. À época em que a atividade leiteira era predominante na colônia, a produtividade média dos rebanhos situava-se entre 30 e 35 litros de leite animal/dia. Mesmo com tais níveis de produtividade, uma das agricultoras que abandonou a atividade leiteira, passando a cultivar olerícolas, lamenta: “tivemos leiteria por 40 anos e só conseguimos construir essa casa onde moramos...” (N15)

Atualmente, da amostra pesquisada, mantém-se na atividade leiteira uma única proprietária (que reduziu seu plantel de 30 animais para 11), estando incluída no roteiro de turismo rural como produtora de leite, embora, segundo seu relato, raramente vá alguém até sua propriedade com a finalidade de adquirir seu produto. Comercializa-o, in natura, a uma agroindústria de queijos. Mas está diretamente envolvida com o turismo rural da colônia, auxiliando uma das filhas no preparo de refeições e na organização de festas no barracão que aluga, além de contribuir na produção de vinhos, massas, doces, etc, inclusive nas Festas do Vinho.

As famílias gradativamente aderiram ao cultivo de olerícolas como alternativa à atividade leiteira. Embora fizesse parte da tradição local o cultivo da videira e o processamento da uva sob a forma de vinho, apenas recentemente esse “costume” é percebido como fonte alternativa de renda.

da matriz, situada em São José dos Pinhais, no Paraná, contava ainda com três entrepostos. Uma das possíveis causas para o encerramento das atividades da cooperativa diz respeito à ameaça representada pela consolidação, em dezembro de 1994, do Mercosul, porquanto os demais países signatários do Tratado dispunham de vantagens comparativas na produção de lácteos, comprometendo o abastecimento do mercado interno pelos produtores brasileiros. À CLAC, tendo em seu quadro de associados majoritariamente agricultores familiares, caberia o desafio de aumentar a eficiência, elevar a produtividade e diminuir os custos de produção: para enfrentar a concorrência os “...pequenos produtores (...) terão que se profissionalizar na atividade...”, tornando-se competitivos, sob pena de serem excluídos. (BALESTRIN, 1995, p. 50)

4.1.2.2 Vinho e turismo rural

Observamos que a tradição encontra-se profundamente arraigada nas suas formas de fazer, principalmente no processo de fabricação do vinho³¹ e mesmo no cultivo da matéria-prima, sendo freqüente a menção de práticas tais como observar as fases da lua tanto para o plantio e poda da uva quanto para realização do trasvase do vinho de um recipiente para outro.

FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DO RÓTULO PADRÃO UTILIZADO NA COMERCIALIZAÇÃO DO VINHO



FONTE: Acervo do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

A tradição encontra-se presente, também, nas formas utilizadas para o armazenamento do vinho, nas receitas quanto aos teores de açúcar a serem adicionados, etc, conforme expresso por um dos produtores: “se usar químicos e conservantes... aí perde a identidade da gente, que é o vinho artesanal. Que o povo deixaria até de comprar porque eles querem uma coisa simples e artesanal, quanto mais simples, melhor, né, é o motivo que a gente vende o vinho aqui, por causa disso, porque ele é artesanal.” (N11)

31 O vinho a ser comercializado é acondicionado em recipientes que contêm rótulo padrão do “Caminho do Vinho”, constando a indicação do produtor responsável; entretanto, cada unidade familiar processa a matéria-prima segundo a sua própria receita.

A totalidade dos informantes manifesta levar em consideração os ensinamentos e práticas de seus pais e avós, particularmente no caso da vitivinicultura. Embora nos pareça que o profissional da área agrônômica esteja mais presente quando se trata do cultivo de olerícolas, os relatos evidenciam que as unidades familiares não obtêm assistência técnica com regularidade.³² A tradição de fabricação do vinho não se perdeu ao longo das gerações de imigrantes, ainda que o produto fosse destinado apenas para o consumo da família ou para venda a “conhecidos”.

A iniciativa de implantação de atividades vinculadas ao turismo parte principalmente do poder público local que, a partir de um inventário realizado no município de São José dos Pinhais no ano de 1998, identifica o potencial turístico da colônia Mergulhão. O local já atraía o interesse de visitantes, pois à época já estavam em funcionamento dois pesque-pagues e mesmo alguns dos proprietários indicavam em pequenas placas defronte às suas propriedades que produziam e comercializavam vinho. Com base nesse levantamento, o Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo elabora um projeto que, dentre outras ações, previa a adequação da infra-estrutura local (pavimentação da estrada principal, iluminação pública); a restauração das características arquitetônicas das residências; a produção de vinho; a criação de um grupo folclórico italiano; e aulas do idioma italiano. Nos dois anos que se sucederam foram realizadas oficinas com os moradores da comunidade. Embora um tanto resistentes no início de processo, os agricultores passam a aderir à proposta principalmente por representar uma alternativa para melhoria da renda, não apenas através da intensificação da produção de vinho, mas também pela possibilidade de oferecer aos turistas outros produtos como doces caseiros, embutidos, refeições e espaços para jantares, festas e áreas de lazer³³.

32 Houve situações em que os agricultores, especialmente os produtores de olerícolas, apontavam a necessidade de se combinar orientações dos técnicos da área agrônômica com as práticas tradicionais da família, justificando que “muitas vezes o agrônomo sabe no papel, a gente sabe na prática” (N13); ou “do jeito que nós tamo, tá bom; muitas coisas os agrônomos perdem pra nós, porque eles sabem da técnica, mas pra fazer funcionar...” (N8)

33 Tanto o número de membros da família mais diretamente envolvidos com o turismo rural quanto o tempo despendido para dar atendimento aos turistas varia de um estabelecimento para outro:

A partir de então, muitas dessas iniciativas - que não podem ser atribuídas à articulação ou à demanda dos agricultores da colônia - passam a ser implementadas na comunidade e a atrair o interesse dos filhos dos responsáveis pelas unidades familiares, muitos dos quais já exercendo atividades externas, a ponto de provocar o que WANDERLEY (2000a, p. 33) chama de 'migração de retorno'.

Segundo a autora, esse fenômeno é observado particularmente em áreas que dispõem de melhores condições de infra-estrutura, capazes de integrar o meio rural aos espaços regionais mais amplos, além de oferecer a possibilidade de se combinar o lugar de residência com o de trabalho (seja rural ou urbano). Essas áreas, embora ainda representem minoria no Brasil, apresentam população rural com um perfil distinto, sendo constituídas por habitantes que deixam as cidades. Parte das pessoas envolvidas nesse fenômeno reintegra-se ao meio rural através de suas redes de relações familiares. Mesmo nas situações em que o espaço rural é buscado apenas como espaço de lazer dos habitantes urbanos ou como residência secundária, este novo fluxo implica em alterações na vida social local, envolvendo demandas por ocupações e serviços novos.

Por conta da inserção das novas atividades ligadas ao turismo rural, houve situações em que os filhos dos proprietários, assalariados que exerciam funções caracteristicamente urbanas (aeroviário, torneiro mecânico), alguns residindo na cidade, voltam a desempenhar ocupações rurais nos estabelecimentos dos pais, tanto agrícolas como não-agrícolas (produção de olerícolas; cultivo, processamento e comercialização do vinho em cantina na propriedade rural). Somam-se a tais situações os projetos para o futuro de algumas das famílias, os quais prevêm a construção de pequenos restaurantes ou agroindústrias familiares, com a perspectiva de oferecer ocupação aos filhos, mesmo para os que já se encontram empregados na cidade.

Dos estabelecimentos pesquisados, tanto as famílias exclusivamente agrícolas como as agrícolas e não-agrícolas estão inseridas no circuito de turismo "Caminho do Vinho", aquelas, entretanto, em menor número, conforme Figura 13. Das 20 famílias da amostra, 13 estão inseridas na rota de turismo. Destas, 2 desenvolvem atividades

as Festas do Vinho requerem maior dedicação das famílias; da mesma forma, as propriedades que possuem cantinas prestam atendimento mais constante aos visitantes.

essencialmente agrícolas (olericultura, produção de húmus). Dentre as 7 outras que não aderiram à rota do vinho, apenas 1 unidade familiar é predominantemente não-agrícola (adquire a matéria-prima de produtores do Rio Grande do Sul, limitando-se a fabricar o vinho), as demais caracterizam-se por ser essencialmente agrícolas (com exceção de um olericultor que produz vinho apenas para o “gasto” da família).

FIGURA 13 – QUADRO DEMONSTRATIVO DA INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS DA AMOSTRA NO CIRCUITO DE TURISMO RURAL “CAMINHO DO VINHO” E RESPECTIVOS PRODUTOS OU ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

		FAMÍLIAS	PRODUTOS/ATIVIDADES
Inseridas no “Caminho do Vinho”		N1	Bovinocultura de leite; vinho
		N2	Húmus; olerícolas
		N3	Aluguel de barracão para festas, refeições; vinhos, massas, doces
		N4	Oficina mecânica; vinhos
		N5	Cantina vinhos; conservas
		N6	Vinhos; olerícolas; embutidos
		N8	Pesque-pague; lanchonete; olerícolas; vinho
		N9	Cantina vinhos; compotas; geléias; ateliê (artista plástico)
		N11	Cantina vinhos; embutidos
		N17	Cantina vinhos e licores; geléias
		N18	Olerícolas
		N19	Vinhos
		N20	Vinhos; olerícolas
Nº		13	
%		65	
Não inseridas no “Caminho do Vinho”		N7	Olerícolas
		N10	Olerícolas; vinho
		N12	Olerícolas
		N13	Olerícolas
		N14	Vinhos
		N15	Olerícolas; produção de grãos
	N16	Olerícolas	
Nº		7	
%		35	

FONTE: Trabalho de campo.

4.1.3 Identidade Profissional

Apesar dessa diversidade de ocupações, os informantes identificam-se, majoritariamente, como sendo agricultores ou lavradores (Figura 14). De acordo com

seus relatos, mesmo a introdução de ocupações ligadas ao turismo rural não provocou mudanças com relação à sua profissão.

FIGURA 14 - TABELA DEMONSTRATIVA DA PROFISSÃO COM A QUAL OS INFORMANTES SE IDENTIFICAM, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

PROFISSÃO	Nº
Agricultor/lavrador	15
Pecuarista	1
Torneiro mecânico	1
Autônomo	1
Artista plástico	1
Vinicultor	1
Total	20

FONTE: Trabalho de campo.

É comum o uso das designações lavrador e agricultor como sendo sinônimos. No caso específico das mulheres informantes, três delas identificaram-se tanto como donas-de-casa quanto agricultoras ou lavradoras.

A ocorrência do fenômeno da pluriatividade fica evidente não apenas na geração mais jovem (filhos dos proprietários e seus cônjuges), mas também nas gerações ascendentes. Muitos dos responsáveis pelos estabelecimentos manifestaram já ter desempenhado trabalhos acessórios, como de carpinteiro³⁴, pedreiro, diarista, este principalmente em propriedades vizinhas.

Como vimos em capítulo anterior, a pluriatividade não representa uma situação inusitada nas formações sociais e econômicas agrárias, sendo mesmo uma prática característica dos camponeses. CARNEIRO (2002, p. 234) considera que o termo pluriatividade somente tem sentido na atualidade como consequência de uma política de modernização que criou o agricultor que vive exclusivamente da agricultura, ou seja, o “agricultor profissional”. O mesmo se aplica à noção de multifuncionalidade, que se propõe a resgatar a importância do conjunto de contribuições da agricultura e do agricultor, “contribuições essas que aliás, já faziam

34 Um dos informantes (N10) identifica-se como agricultor, mas como aprendera o ofício de carpinteiro com o irmão, há muito tempo, adotou-o apenas para efeito de aposentadoria, com o propósito de ser melhor remunerado (seu dia-a-dia é de agricultor; trabalha como carpinteiro apenas esporadicamente).

parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista.” Nesse sentido, surge uma disputa por legitimidade entre novas identidades sociais que vêm sendo conformadas no contexto das ruralidades contemporâneas, disputa essa que se expressa não apenas no meio social, mas também no acadêmico, e que inclui componentes jurídicos e políticos. Essa inserção plural do agricultor sugere que se coloque em discussão o que é a ruralidade no contexto da multifuncionalidade agrícola.

Tais enfoques – da pluriatividade e da multifuncionalidade – ao questionarem a segmentação entre setores de atividade, atenuando ou diluindo as fronteiras entre o “agricultor profissional” e as demais categorias de agricultores, convertem a noção de ruralidade em tema privilegiado. MALUF (2004, p. 5) considera que mesmo nesse contexto “...a condição de agricultor mantém-se como elemento essencial para a identidade e inserção social e para as formas de sociabilidade das famílias rurais.” No âmbito da multifuncionalidade, a contribuição da agricultura para a manutenção do tecido social e cultural decorre também de fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais.

...a agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade social das famílias rurais brasileiras e é nesta condição que se dá a inserção social destas famílias e que se definem, em grande medida, seus padrões de sociabilidade. A relação entre agricultura e identidade social, num quadro de redução da importância econômica da produção mercantil de alimentos, exige a valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas, tais como os modos de vida, as relações com a natureza, as relações com parentes e vizinhos (sociabilidade) e a produção de alimentos para a própria família. É possível estabelecer, a propósito, uma conexão entre o enfoque da multifuncionalidade da agricultura e as interpretações que tomam a agricultura e o rural como um ‘modo de vida’, mais além da dimensão econômica da atividade agrícola. (p. 10, 11)

Conforme constatamos em nossa pesquisa de campo, embora haja situações de inequívoca retração da importância econômica da produção agrícola mercantil, a agricultura continua sendo o elemento que define a identidade social das famílias e seus padrões de sociabilidade e, por extensão, da comunidade rural na qual vivem. MALUF (2004) aponta como uma possível justificativa, ao menos para os membros mais idosos da família ou para os atuais responsáveis pelos estabelecimentos, que tal

postura reflete a intenção de preservar o enquadramento como agricultores para fins fiscais e previdenciários.

Mas o que observamos é que, ao mesmo tempo em que os membros componentes das unidades familiares desempenham múltiplas ocupações - característica peculiar à agricultura camponesa -, também são capazes de reestruturar suas práticas tradicionais, construindo novas formas de organização produtiva, no caso o turismo rural. Isso evidencia que, como artífices da reconstrução de seu espaço de vida e de trabalho, acompanham a dinâmica da sociedade na qual se inserem, respondendo a estímulos. Nesse movimento de reorganização, que evidentemente incorpora elementos do processo de modernização, as famílias demonstram manter traços de uma cultura própria. Sua visão de mundo e seus valores parecem estar fundamentados em relações sociais específicas. Conforme a Figura 14 demonstra, ao se identificarem majoritariamente (75%) como lavradores ou agricultores, mesmo nos casos em que as atividades desenvolvidas não estejam voltadas à produção agrícola mercantil, mais do que a simples preocupação com o enquadramento para fins previdenciários, evidencia-se um modo de ser, que ultrapassa a dimensão profissional³⁵.

Ao serem questionados sobre a penosidade dos trabalhos no estabelecimento rural e se não entendiam ser menos penosa a situação de assalariado na cidade, o posicionamento da maioria deles era de que ainda assim preferiam as lides na unidade produtiva: “aqui é mais trabalhoso, mas a gente faz nosso horário, a gente que manda” (neste caso em particular o informante concilia as ocupações de agricultor e de torneiro mecânico na oficina localizada na propriedade dos pais); ou “eu não gostaria de ser mandado”. Mesmo um dos agricultores, que fora aeroviário por mais de dez anos e há um ano e meio voltou a trabalhar na propriedade do pai - embora continue residindo no núcleo urbano -, manifesta que sua opção dependeria do “rendimento”

35 Este entendimento pode ser referendado pelo relato de um dos informantes que, conforme já mencionamos, ao ser questionado sobre sua profissão, responde ser agricultor, embora adote a de carpinteiro apenas para fins previdenciários.

obtido numa e noutra situação, mas finaliza seu comentário com “prefiro ficar por aqui.” (N6)

Esse posicionamento, avesso à idéia de ser ‘empregado’, fora apontado por SANTOS (1984, p. 155) em sua obra *Colonos do Vinho*. O autor afirma que a importância que o camponês conferia à sua autonomia se evidenciava mesmo quando da busca de alternativas à sua condição de vida, marcada pelas limitações impostas pela fragmentação da propriedade fundiária e pela expropriação do seu sobretrabalho pelo capital: “a recusa ao ser ‘empregado’ é uma constante no discurso do camponês quando se refere à migração, ordenando toda sua representação do processo. Mudar-se para a cidade é claramente percebido como perda da condição de camponês, impossibilidade de realizar o projeto de autonomia – em uma palavra, proletarização.”

4.1.4 Utilização de Mão-de-Obra

A agricultura familiar é uma formação social e econômica singular no âmbito do capitalismo contemporâneo, sendo o único setor em que trabalho e gestão estruturam-se a partir de laços de parentesco e com mão-de-obra não contratada. (ABRAMOVAY, 1998a)

Em nosso universo de estudo, o emprego de mão-de-obra familiar é preponderante (Figura 15). São nove as famílias que apenas eventualmente lançam mão de diaristas, mas que também costumam contar com a ajuda de parentes quando a sazonalidade da atividade – agrícola ou não - no estabelecimento o requer. E são três os estabelecimentos que utilizam, além da mão-de-obra familiar, também a contratada, embora em nenhum destes casos se estabeleçam relações formais de trabalho. O argumento é que os empregados trabalham por conta, “às meias” ou como diaristas.

Há uma situação em que os vários filhos de um casal plantam em conjunto e uns ajudam os outros (família N8, incluindo todos os filhos, e N16). Alguns dos filhos residem na mesma propriedade dos pais, outros em áreas separadas, mas tanto os filhos quanto seus cônjuges se ocupam com atividades agrícolas (olericultura) e não-agrícolas (lanchonete, pesque-pague, fabricação de vinho).

FIGURA 15 - TABELA DEMONSTRATIVA DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PELAS FAMÍLIAS QUE COMPÕEM A AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

MÃO-DE-OBRA	Nº DE ESTABELECIMENTOS
exclusivamente familiar	8
ajuda eventual de diaristas (inclui a ajuda de parentes)	9
mão-de-obra permanente	3
Total	20

FONTE: Trabalho de campo.

4.1.5 Renda dos Aposentados

Do universo de nossa amostra, 45% das unidades familiares pesquisadas possuem uma ou mais pessoas aposentadas³⁶ (Figura 16). Embora em número significativo na amostra, os que recebem aposentadoria³⁷ continuam exercendo ocupações na propriedade, geralmente em conjunto com os filhos.

FIGURA 16 - TABELA DEMONSTRATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS COM UMA OU MAIS PESSOAS APOSENTADAS, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

MEMBROS DA FAMÍLIA APOSENTADOS	Nº DE FAMÍLIAS
Nenhum	11
Um	5
Mais de um	4
Total	20

FONTE: Trabalho de campo.

A Figura 17 demonstra, em percentuais aproximados³⁸, o peso da aposentadoria na renda da família. Nas situações em que os percentuais são inferiores a 40%, os proventos previdenciários são, na maioria das vezes, utilizados para gastos dos próprios aposentados. Já as despesas para a manutenção da família, incluindo situações de filhos e netos que residem na mesma casa e as demandas por

36 Consideramos apenas os componentes da família residentes na mesma habitação do informante.

37 Apenas um dos informantes (N9) não recebe aposentadoria oriunda da atividade agrícola, e sim como pedreiro (e se identifica como artista plástico).

38 Os percentuais são aproximados, em função da já mencionada dificuldade em obtermos respostas precisas a questionamentos dessa natureza.

investimentos no estabelecimento, são supridas com a renda oriunda das atividades desenvolvidas na unidade de produção, sejam elas agrícolas ou não. Nos dois casos em que os percentuais são iguais ou superiores a 50%, os aposentados trabalham ativamente nas lides da propriedade, mas a renda que daí resulta é destinada predominantemente ao sustento dos filhos que trabalham em conjunto na unidade familiar.

FIGURA 17 - QUADRO DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DA RECEITA ORIUNDO DE APOSENTADORIA NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS DA AMOSTRA, COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

FAMÍLIA	MEMBRO DA FAMÍLIA APOSENTADO	% APOSENTADORIA	ORIGEM DAS DEMAIS RENDAS
N1	A informante	40-50	Atividade leiteira (e auxilia a filha no preparo de refeições e na fabricação de vinho)
N3	O cônjuge da informante	40	Turismo rural (aluguel do barracão para festas, preparo de refeições, queijos, embutidos, doces, vinho)
N6	O informante	80	Produção de olerícolas e turismo (cantina de vinho), cuja renda é destinada, em sua grande maioria (80%), ao sustento das famílias dos dois filhos que trabalham na propriedade, mas que residem em São José dos Pinhais.
N8	O informante e sua cônjuge	25-35	Produção de olerícolas e turismo rural (pesque-pague e lanchonete), cuja renda é dividida entre as famílias dos filhos, tanto as que residem e trabalham na mesma propriedade dos pais, como as que moram em áreas distintas, embora próximas.
N9	O informante	50	Aluguel de casas na cidade. Os ingressos com turismo rural (cantina de vinho) são destinados exclusivamente ao sustento do filho e família, que residem na mesma propriedade.
N15	A informante e seu cônjuge	25-30	Os rendimentos obtidos com as atividades desenvolvidas na chácara (cultivos de olerícolas e grãos) são destinados ao sustento da família do filho, que mora na mesma casa.
N17	Os pais do informante	30	Turismo rural (cantina de vinho), salário esposa e salário do irmão.
N18	A sogra do informante	30	Cultivo de olerícolas
N19	A informante e seu cônjuge	30	Comercialização de vinhos; renda do filho caminhoneiro e filha funcionária pública.

FONTE: Trabalho de campo.

4.1.6 Perspectiva de Desenvolvimento de Projeto na Unidade Familiar

As transformações provocadas pela expansão do turismo parecem justificar as perspectivas de desenvolvimento de projetos – produtivos ou não - nas unidades familiares, mostrando-se capazes, inclusive, de oferecer oportunidades de ocupação aos jovens.

Em 11 casos (55%), os agricultores pretendem desenvolver algum tipo de projeto na unidade familiar, 80% dos quais voltados ao turismo rural (as exceções são um projeto para cultivo de morangos e aquisição de equipamentos para a oficina mecânica). Os projetos turísticos incluem instalação, nas próprias unidades familiares, de restaurante; café colonial; aproveitamento de área de várzea para construção de tanque ou açude para lazer; construção de cantina de vinho; ampliação do parreral e reforma de barracão destinado aos jantares e festas; cancha de futebol suíço; pequena agroindústria de conservas, venda de artesanato e reforma de moradia. Das 11 unidades familiares que pretendem investir na propriedade, 8 já estão inseridas no “Caminho do Vinho”, e 2, dentre as outras 3 que atualmente produzem olerícolas, pretendem ampliar suas atividades, direcionando-as também a ocupações não-agrícolas voltadas ao turismo rural.

As manifestações dos entrevistados quanto aos projetos para o futuro refletem sua preferência pelo local de vida e de trabalho - se no estabelecimento rural ou na cidade. Todos os agricultores consideram ser melhor viver na propriedade, embora a freqüente referência das mulheres (quatro delas) à vida de sacrifícios no campo. Ainda assim, uma delas comenta: “Hoje, daqui eu não saio... pra cidade jamais, pra mim a cidade é um inferno. Eu tenho casa na cidade, mas não moro... no campo pode plantar... não tem como passar fome.” (informante N3, 42 anos)

Essa preferência é observada tanto entre os agricultores mais velhos como entre os jovens: “Eu não troco isso aqui nem por um prédio na cidade... tenho raiva de ir até na praça.” (N8, 62 anos) Um jovem de 20 anos (família N7) relata: “antigamente (se refere há uns quatro anos), quando eu trabalhava pros outros, pensava em ir pra cidade, se tivesse salário fixo era melhor... agora não”. Ainda bastante jovem trabalhara como diarista para os vizinhos, depois “às meias” com o propósito de reunir

economias e comprar um pequeno trator (um “tobatinha”). Atualmente cultiva olerícolas na propriedade dos pais e não pretende mais mudar para a cidade. Pelo contrário, tem projetos para a unidade familiar, que incluem a implantação de uma pequena agroindústria de conservas, a comercialização de artesanato e a inclusão da unidade familiar na rota turística “Caminho do Vinho”.

A preferência por permanecerem residindo na unidade familiar é favorecida pela infra-estrutura de que dispõem os moradores da colônia. Em função das atividades ligadas ao turismo rural, a principal via de acesso à comunidade – a “Estrada do Mergulhão” - vem sendo pavimentada e a iluminação pública local foi melhorada.

FIGURA 18 – FOTOGRAFIA DA “ESTRADA DO MERGULHÃO”



Fonte: Foto da autora.

A readequação da infra-estrutura, ao ampliar a mobilidade dos moradores, tem se constituído em fator facilitador para o exercício de múltiplas ocupações por parte dos componentes das famílias residentes no local. A esse respeito, um dos

entrevistados, que durante catorze anos exercera a profissão de metalúrgico e há quatro voltou a trabalhar na propriedade do pai, onde reside com a esposa, assalariada na cidade, considera que não há dificuldades em termos de infra-estrutura no local onde residem: “estamos a menos de dez minutos do centro (de São José dos Pinhais) de carro”, enfatizando a facilidade e rapidez de acesso a quaisquer serviços de que necessitem.

É nesse sentido que CARNEIRO (2002, p. 232) aponta para a ampliação da mobilidade decorrente da expansão dos meios de comunicação, reais e virtuais (estradas rodoviárias, transporte coletivo, televisão, etc)³⁹, como sendo um dos fatores capazes de contribuir na conformação do rural no Brasil contemporâneo, o que estimula o próprio turismo rural. Mas ao invés da ocorrência de uma possível desestruturação da rede de sociabilidade, pode-se observar que “a ‘hipermobilidade’ dos indivíduos – condição e característica da vida moderna – é também um fator de enraizamento e de resgate de valores próprios às sociedades tradicionais.” A facilidade de deslocamento torna a localidade rural mais complexa, favorecendo a fixação dos jovens, contribuindo para reforçar o tecido social através da manutenção de redes de sociabilidade como a de parentesco.

Embora tenhamos observado a ocorrência do que CAMARANO e ABRAMOVAY (1999) chamam de “envelhecimento” e “masculinização” do campo⁴⁰, é expressivo o número de entrevistados que apresentam expectativas de que os filhos continuem residindo ou trabalhando na unidade familiar, sendo recorrente a idéia da necessidade de os mesmos estudarem: “gostaria que estudassem, se formassem, mas gostaria de alguma coisa voltada pro rural.” (N17) Evidentemente que as expectativas dos responsáveis pelas unidades familiares podem não coincidir com as dos jovens, havendo necessidade de entrevistá-los diretamente, mas nas situações em que os jovens responderam ao questionário ou acompanharam o informante, fica evidente o

39 É o que Hervieu e Viard chamam de ‘sociedade de hipermobilidade’ (idem). Segundo Eli da VEIGA (2004, p. 58), no entendimento destes autores “a cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza.”

40 Em duas unidades familiares (N11 e N14), os componentes são do sexo masculino, solteiros, têm em média aproximadamente 55 anos, e não possuem descendentes.

“movimento de retorno”, experimentado justamente pelos jovens, e mesmo os projetos de permanência na propriedade de alguns que residem e/ou trabalham com os pais.

Constatamos que a perspectiva quanto aos filhos manterem vínculos diretos com a unidade familiar, residindo ou trabalhando no estabelecimento rural, é superior a 50% dos casos (desconsiderando três estabelecimentos cujos responsáveis não têm filhos).

A preferência de que a unidade familiar se constitua em espaço de residência, mas não de trabalho, para os filhos é assim justificada por uma das mães⁴¹:

Pelo salário e porque as meninas... eu sei que eu me acabei né, de tanto erguer peso e trabalhar com chuva ou com sol, com sol e com chuva, né, tem mercadoria tem que colher ou perde, então eu sempre pensei delas não viver cem por cento nesse jeito,... se tiver uma alternativa pra dar uma aliviada, né. O homem é mais resistente, mas a mulher é menos pra enfrentar esse tipo de clima, por isso sempre incentivei elas estudarem. (N12)

Ou ainda: “é melhor que estudem, que tenham um emprego na cidade e morem aqui.” (N20) “Minha filha não quer trabalhar na roça, mas também não quer morar na cidade. Vai casar e construir sua casa aqui. Meu filho quer continuar vivendo e trabalhando aqui”. (N7)

E, contrariamente, o caso do pai cujo projeto para os filhos prevê a possibilidade deles residirem na cidade, mas desempenhando atividades não-agrícolas na propriedade, preferencialmente explorando o turismo rural, situação por ele vivida (N6, um dos informantes que voltou a trabalhar no campo). Mas as justificativas para a permanência dos filhos na unidade familiar também são de que “lugar de analfabeto é aqui no mato, não na praça..., vai lá morrer de fome?” (N8)

4.2 A REORGANIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL NO CAMPO

A partir do breve resgate das formas de expressão da ruralidade nas sociedades tradicionais, apresentado no capítulo 2, observamos que muito dos elementos da sociabilidade típica dos bairros rurais não mais persiste nos modos de vida das famílias

41 Dentre as quatro filhas da informante, duas das que atualmente moram na cidade têm projetos para voltar a viver na propriedade.

do Mergulhão. Conquanto suas relações ainda se mantenham fundamentadas em laços de parentesco e de compadrio, outras formas de sociabilidade vêm sendo construídas no local, formas essas que passam a assumir – conforme expressão de WILLEMS (1961) - a função de “fatores de integração”.

Observamos que o processo de redefinição da ruralidade local assenta-se, principalmente, em dois aspectos: de um lado, abrem-se novas perspectivas de mercado. Como descrito na primeira parte deste capítulo, há um movimento de reorganização produtiva, desencadeado por estímulo externo à colônia. Por conta desta demanda externa, a ruralidade local passa a ser vista sob um novo aspecto - como um produto a ser consumido pelo urbano. As funções do rural são ampliadas, ultrapassando-se a simples produção de matérias-primas. A cultura e a tradição dos agricultores familiares do lugar passam a ter um valor de mercado, tornando-se, portanto, vendáveis: são os produtos diferenciados, as Festas do Vinho, o grupo folclórico. Estas formas de associação são instituídas de modo a oferecer suporte à nova realidade que se configura no lugar. Entretanto, como esse movimento não atinge de forma homogênea a todos os moradores do Mergulhão, estabelecem-se diferenças que geram um “mal-estar” entre os vizinhos, caracterizando uma espécie de polarização entre grupos afins.

De outro lado, notamos que a redefinição da ruralidade local supera o mero viés econômico. O processo em curso faz emergir a valorização da cultura e das tradições locais, a ponto de provocar a redescoberta do lugar como possibilidade de vida e de trabalho, particularmente pelos jovens.

Nesse sentido, como forma de analisar as relações comunitárias que, conforme BRANDENBURG (1998, p. 90), “são referências centrais para os colonos do Sul”, levamos em consideração alguns elementos da vida local⁴² dos agricultores familiares. Segundo o autor, “...ao relacionar-se entre si os colonos engendram uma organização que corresponde à forma familiar de produzir. Os elementos que estruturam essa organização correspondem a diferentes experiências coletivas que têm raízes em

42 Tomamos por base para análise da organização comunitária algumas das variáveis utilizadas por WANDERLEY (1998) e por BRANDENBURG (1998).

tradições passadas, mas que são recriadas em função das situações em que se inserem os colonos e que ajudam a transformar enquanto sujeitos históricos.” (p. 88)

Com as questões propostas aos agricultores por ocasião da pesquisa de campo (Apêndice 2), buscamos apreender como se reconstruem as relações sociais entre os moradores da comunidade no contexto do rural contemporâneo; se a organização social comunitária mantém traços característicos dos bairros rurais tradicionais, e se as atividades ligadas ao turismo rural passaram a interferir na vida de relação dos moradores. É o que buscaremos retratar na análise a seguir.

4.2.1 Suas Formas de Sociabilidade

4.2.1.1 Modalidades de ajuda mútua

Nosso estudo de campo revelou que as modalidades de ajuda mútua, como a troca de dias de serviço ou o mutirão, ocorrem de maneira esporádica na comunidade. A maioria dos agricultores (75%) vincula tais práticas à época de seus pais ou de seus avós, quando poucos dispunham de implementos agrícolas, justificando que como atualmente cada qual dispõe dos insumos necessários, capazes de suprir à força de trabalho requerida, não há porque recorrer ao auxílio mútuo: “isso era no meu tempo de mais nova...” (N19, informante de 65 anos). Apenas uma minoria afirma que ocorre a troca de dias de serviço, mas somente entre famílias com laços de parentesco.

Dois agricultores (de 62 e 52 anos) usaram a expressão “pixiron” para se referir ao mutirão, comentando que “não fazem mais “pixiron” ou “se fazia “pixiron” há mais de 50 anos.” Houve dois relatos que registraram a ocorrência de mutirão, por se tratar de “um caso de precisão”. Ambos reportaram-se a uma moradora da colônia, que ficara hospitalizada em função de uma grave doença.

Segundo CÂNDIDO (1977), o surgimento de novos padrões econômicos e sociais compromete a solidariedade própria dos bairros tradicionais, individualizando as famílias componentes do grupo de vizinhança. Assim, do âmbito da sociabilidade comunitária, as famílias camponesas passam à esfera de influência da economia geral da região, do estado e do país. Essa nova condição exige-lhes uma profunda alteração

do ritmo de trabalho, comprometendo as suas formas coletivas de organização, com conseqüente tendência à atrofia das práticas de solidariedade vicinal, da vida comemorativa e mágico-religiosa, e mesmo da integração social mais plena.

É o que observamos na comunidade objeto de estudo. As formas tradicionais de sociabilidade dos bairros rurais foram substituídas, construindo-se outras em seu lugar. À medida que as ações para implementação das atividades turísticas são desenvolvidas, a comunidade cria o grupo folclórico Cuore D'Itália, em março de 2000; institui, também em 2000, a rota de turismo "Caminho do Vinho"; promove anualmente, a partir de 2002, as Festas do Vinho, sempre no segundo final de semana do mês de agosto; e, nos últimos dois anos, os moradores do Mergulhão passaram a ter aulas de italiano.

O grupo folclórico conta atualmente com aproximadamente 40 integrantes que se dividem nas categorias infanto-juvenil e adulto. Seus componentes não residem exclusivamente na colônia Mergulhão, havendo entre eles moradores da comunidade italiana vizinha, Acioli, e também da cidade de São José dos Pinhais, que mantêm vínculos, principalmente de parentesco, com os habitantes do Mergulhão. Ao ser criado, o grupo não dispunha de local para realizar seus ensaios, utilizando-se ora das dependências da paróquia da Igreja local, ora de uma chácara de lazer para turistas, também da colônia. Em função dessa dificuldade, uma das famílias da comunidade cede um barracão para tal finalidade, o qual passa também a ser utilizado para a realização das aulas de italiano.⁴³

As Festas do Vinho, em suas três edições, contaram com um número crescente de visitantes (dez mil em 2002; quinze mil em 2003; e vinte e dois mil em 2004). As duas primeiras foram realizadas nas dependências da Igreja do Mergulhão, a última, num terreno adquirido pela prefeitura para tal fim.

⁴³ A remuneração do coreógrafo do grupo é efetuada pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; já as aulas de italiano são pagas pelos próprios alunos, sendo freqüentadas tanto por integrantes do grupo folclórico quanto por pessoas que mantêm vínculos de parentesco com os mesmos ou por moradores do Mergulhão, sem distinção de idade.

FIGURA 19 – FOTOGRAFIA DA FESTA DO VINHO DE 2004



FONTE: Acervo do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

Há necessidade de se ressaltar que essas atividades não se dão sem o apoio do poder público local. Por ocasião das Festas do Vinho, por exemplo, cria-se uma comissão temporária, composta por moradores da comunidade e por membros do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, com vistas à organização do evento, pois, como veremos adiante, os habitantes do Mergulhão não possuíam, até recentemente, nenhuma associação ou sociedade, seja formal ou informal.

Assim, muito por influência do Departamento de Turismo do município, as Festas do Vinho e o grupo folclórico passam a ser institucionalizados na colônia. Tal institucionalização - embora ainda incipiente - desencadeia reações distintas entre os agricultores da comunidade. Tanto estimula o convívio entre aqueles que desenvolvem atividades vinculadas ao turismo, congregando-os em torno de interesses comuns, estreitando, por consequência, os laços de vizinhança e imprimindo-lhes uma certa coesão; quanto gera um “mal-estar” frente àqueles que não se beneficiam diretamente

com as Festas do Vinho, o que implica numa separação entre grupos. O trabalho de campo revelou que as iniciativas relacionadas ao turismo rural engendraram as diferenças entre grupos, como será visto adiante.

Observamos que as apresentações do grupo folclórico e as Festas do Vinho ao mesmo tempo em que são organizados visando a atrair para o local o interesse de turistas, também parecem se propor a expressar os elementos de uma cultura e do lugar onde esta cultura se realiza. Da mesma forma, estas manifestações, ao se constituírem em bens de consumo, atraem pessoas de comunidades vizinhas e de cidades próximas, ampliando a rede de sociabilidade dos agricultores. O maior convívio com os “de fora”, entretanto, não implica na desagregação das relações entre os moradores. Ao contrário, há uma maior integração, ao mesmo tempo em que são reafirmadas as peculiaridades do lugar e a identidade social dos agricultores familiares. Essa integração, contudo, não supera a polarização entre grupos afins.

Mas o grupo folclórico não limita suas apresentações à comunidade ou ao município a que pertence. Recebe constantemente convites para se apresentar em eventos e festas os mais variados, inclusive em outros estados, o que motiva a valorização da cultura herdada de gerações anteriores, principalmente pelos jovens.

4.2.1.2 Os laços de amizade e de parentesco

Quando questionados sobre seu círculo de amizades, a totalidade dos agricultores entende haver facilidade em estabelecer relações de amizade na comunidade, com uma única exceção. Em 65% dos casos, seus melhores amigos residem na colônia Mergulhão ou na vizinhança, enquanto que a maioria considera serem os parentes os seus melhores amigos. Quanto à profissão destes, são apontados, na maioria das vezes, como agricultores, lavradores ou com vínculos na agricultura (a exemplo do turismo rural, da produção de vinho). Em menor quantidade há caminhoneiro, pintor, aeroviário.

Na amostra estudada, oito núcleos familiares resultam de casamentos entre indivíduos de famílias residentes na colônia. Em 90% dos casos os agricultores possuem um ou mais parentes na comunidade. Este elevado percentual de ocorrência

de parentesco se reflete no alto índice de representantes da amostra que mantém relações de compadrio com outros moradores da colônia (70%), pois que muitas destas relações se dão entre parentes.

Podemos considerar que as relações de parentesco e de compadrio entre os moradores, além de se manifestarem nas formas de arrendamento de terras, a que já nos referimos no início deste capítulo, se constituem em forças capazes de arrefecer possíveis discórdias entre eles, pois, para 80% da amostra pesquisada, não há conflitos na comunidade. Entretanto, conforme já mencionamos, evidenciou-se o que alguns preferiram chamar de “desentendimentos” entre moradores, transparecendo nos relatos uma certa polarização entre grupos que apresentam maior afinidade ou pelo grupo folclórico, ou pela comissão da Igreja da comunidade, observando-se no primeiro caso um maior envolvimento de unidades familiares com ocupações não essencialmente agrícolas (turismo) e no segundo o de atividades predominantemente agrícolas (olericultores). Somente alguns dos entrevistados mencionaram, de maneira mais ou menos explícita, haver desentendimentos. Essa animosidade aparentemente se mantinha velada até surgirem as iniciativas relacionadas ao turismo (como as Festas do Vinho, o grupo folclórico e as atividades recreativas a ele vinculadas).

Tais “desentendimentos” podem ter contribuído, não de forma exclusiva, para as mudanças dos locais de realização das Festas do Vinho, dos ensaios do grupo folclórico, dos bingos e jantares dançantes promovidos com a finalidade de arrecadar fundos para manutenção do grupo, que costumavam ocorrer na paróquia da Igreja. Atualmente, os ensaios do grupo folclórico e as aulas de italiano são realizados num antigo barracão, reformado pela prefeitura de São José dos Pinhais, na propriedade de uma das informantes.

Os pontos de vista dos grupos, quanto às ações que envolvem o turismo, divergem: para um dos olericultores, esses “desentendimentos não impedem que todos conversem”, mas não há como “misturar religião com grupo folclórico”. Por isso, se opunha à idéia de “fazer da Igreja um comércio” (embora houvesse a cobrança, por parte da comissão, de taxas pelo uso das dependências da paróquia). Acrescenta que o “grupo queria tomar conta da paróquia; arrecadar tudo pra si e pra Igreja não”, sob a

justificativa de que a Igreja é pública, daí o mal-estar que se instalou. Por outro lado, um dos vinicultores afirma:

Eles acham que fazendo a festa do vinho, porque eles não são produtor de vinho, tá beneficiando apenas aos produtor de vinho, e eles como não querem que a gente cresça, então eles querem que a coisa não ande, tá (...) eles não querem, sabe, que isso aqui cresça, porque eles não produzem vinho, (...) por isso que a festa foi mudada lá pra cima (...) A Secretaria comprou terreno com a finalidade de fazer a festa do vinho. Não cediam barracão, não queriam abrir a Igreja... Sempre teve essa dor de cotovelo. O mesmo pro grupo folclórico.

Mesmo perante tal situação, a grande maioria (16 famílias ou 80% dos informantes) julga que se estabelecem relações de igualdade entre as famílias residentes na colônia. Os 20% que apresentam visão contrária consideram que as diferenças se dão no aspecto econômico⁴⁴ e aí é recorrente a separação entre vitivinicultores e olericultores, em que os primeiros ocupam posição de destaque em relação aos segundos, conforme o relato de um produtor de olerícolas: “sempre tem alguma coisa, uns são melhores que os outros.” E completa “o pessoal do vinho é uma coisa, pra nós que plantamos olerícolas é outra, porque pra vender verdura não vale a pena no Caminho do Vinho”. Entretanto, mesmo entre os produtores de vinho observam-se certas distinções, pois que “uns vendem mais vinho que outros”.

44 Observamos que a condição socioeconômica dos moradores do Mergulhão é, com algumas variações, relativamente semelhante. Não há grupos sociais menos favorecidos. Essa condição em muito se reflete nas residências dos agricultores, na maioria dos casos construções de alvenaria, em bom estado de conservação. Algumas delas bastante antigas, construídas quando da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao lugar, guardam ainda suas características arquitetônicas típicas.

FIGURA 20 - FOTOGRAFIA DE RESIDÊNCIA DE FAMÍLIA DO MERGULHÃO



FONTE: Foto da autora.

FIGURA 21 – FOTOGRAFIA DE RESIDÊNCIA DE FAMÍLIA DO MERGULHÃO



FONTE: Foto da autora

4.2.1.3 As formas associativas

Mas a solidariedade entre os habitantes do Mergulhão não engendrou nenhuma forma associativa – seja formal ou informal. A primeira iniciativa para a criação de uma associação na comunidade deu-se em função das atividades ligadas ao turismo rural, especialmente a Festa do Vinho, concretizando-se com a formalização, no segundo semestre de 2004, da Acavim (Associação do Caminho do Vinho). Anteriormente, nunca os agricultores da colônia se organizaram sob a forma de associação ou sociedade⁴⁵. Suas demandas sempre foram canalizadas para a comissão paroquial da igreja local, a qual, segundo relato de um dos agricultores, exercia o papel de “associação”, e continua a fazê-lo, pois a Acavim cuida apenas dos interesses ligados às atividades turísticas e produtivas dos agricultores e ela filiados. A fragilidade das formas associativas na comunidade fica evidente ao se observar que o Mergulhão não dispõe de escola, nem de posto de saúde, utilizando-se dos serviços prestados pela colônia vizinha, Murici, a qual supre tais demandas.

A recente constituição da Acavim deu-se por iniciativa tanto do poder público local como dos agricultores e ela associados, a partir da preocupação quanto à continuidade do projeto de implementação das atividades turísticas. Caso houvesse mudanças dos gestores municipais nas eleições que se seguiriam, com a associação formalizada, os integrantes estariam organizados e, portanto, em melhores condições de dar prosseguimento ao projeto “Caminho do Vinho”. Conforme o relato de um vinicultor evidencia: “não é uma associação de bairro, porque daí envolvia outras coisas, tinha que ir atrás de ônibus, atrás de escola e essa aqui não tem nada a ver com isso. Mas aí entrou mais (agricultores)... então associação dos produtores, qualquer

45 SANTOS (1984, p. 161-163), ao referir-se às formas de sociabilidade do bairro de colonos, objeto de seu estudo, registra a existência de uma “sociedade”, definida como uma associação de solidariedade entre vizinhos, cujas práticas comunitárias se expressavam através dela (como exemplo, as atividades lúdicas). Inicialmente informal, embora dispusesse de uma sede própria, construída pelos próprios colonos, a “sociedade” passa de instituição comunitária à instituição contratual, transformando-se numa associação de cidadãos reivindicantes frente ao Estado, ou seja, num instrumento de mediação entre os colonos e o Estado.

pessoa, que produz qualquer coisa pode participar... deram uma ajuda lá pra nós, criaram o estatuto, só que não saiu do papel... não fizeram uma reunião sequer.” (N11)

Mas é por iniciativa do poder público local, através do Departamento de Turismo do município, que a Associação pode congrega não apenas produtores de vinho ou donos de cantina, mas também, conforme informações obtidas junto ao mencionado Departamento, qualquer “empreendedor rural”⁴⁶ que manifeste interesse em participar, independentemente da atividade que desenvolva. Citamos dois dos objetivos da Acavim, previstos em seu estatuto: estimular e promover o desenvolvimento econômico, cultural e social de seus associados; e oferecer apoio às atividades culturais já existentes ou que venham a ser criadas. A idéia de restringi-la à atividade vinícola era pretensão de alguns vinicultores, conforme relata um deles (um dos mais estruturados na atividade): “...fazer uma associação única, nossa de produtores de vinho só, só que daí eu dei a idéia pra secretaria da indústria e comércio pra fazer uma associação... só dos produtores do vinho, mas daí eles acharam que era muito pouco, que entrasse mais pessoas.” (N11) Entretanto, há moradores do bairro para quem a Associação se limita a atender aos produtores de vinho exclusivamente, restringindo o acesso a agricultores com outras ocupações.

4.2.1.4 As práticas religiosas

A Igreja – qualquer que seja o grupo étnico a que corresponda - ocupa posição central de “instituição aglutinadora”, tanto nos grandes domínios agrícolas como nas comunidades de colonos. Nos primeiros, ela desempenha papel de mediação entre fazendeiro e agregado, posicionando-se em defesa dos interesses do primeiro. Já no contexto das comunidades de colonos, sua intervenção na relação entre o mundo material e o espiritual é direta, seja na perspectiva conservadora, seja na forma

⁴⁶ Segundo o Departamento de Turismo, o “Caminho do Vinho” deve ser composto, prioritariamente, por agricultores familiares do Mergulhão e arredores. Atualmente inclui três “empreendedores rurais”: um proprietário de fábrica de ração e outros dois de chácaras de lazer. Todos os três residem no município de São José dos Pinhais.

progressista ou nos grupos de reflexão, a exemplo, respectivamente, da região tradicional do Paraná e da região Sudoeste. (BRANDENBURG, 1998, 93-94)

O catolicismo é a religião unânime no universo de agricultores pesquisados. A Igreja da comunidade, Capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira da colônia, foi construída por iniciativa dos próprios moradores. Constitui-se não apenas no local destinado ao exercício das práticas religiosas - as quais se limitam à participação em novenas, missas e catequeses, não apresentando o caráter progressista observado em outras regiões do estado -, como também no centro das atividades recreativas. É a comissão da Igreja a responsável pela realização das festas da padroeira, tradicionalmente realizadas duas vezes ao ano (maio e dezembro), mas, por recente decisão do bispo local, reduziu-se a uma única data (dezembro).

FIGURA 22 – FOTOGRAFIA DA IGREJA DO MERGULHÃO: “CAPELA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO”



FONTE: Foto da autora.

Para a maioria das famílias (60%) as festas da Igreja são uma importante atividade recreativa. Somente a partir das recentes inovações em torno do turismo rural

é que surgem novas iniciativas de promoção de atividades recreativas, as quais fogem dos tradicionais vínculos com a Igreja (Festas do Vinho; apresentações do grupo folclórico *Coure D'Itália*; bingos e jantares dançantes que visam à manutenção financeira do grupo). A emergência dessas iniciativas pode ter gerado ou explicitado algumas diferenças entre os moradores, possivelmente dando lugar aos “desentendimentos” entre os grupos, conforme o depoimento de uma das moradoras, acerca das festividades não relacionadas à Igreja realizadas na comunidade:

O pessoal não é muito unido, têm moradores do Mergulhão que freqüentam, mas muitos são de fora. Da Igreja pra lá são meio separados. Sempre foi cada um por si. O pessoal da Secretaria (refere-se ao Departamento de Turismo) tentam unir esse povo, mas... eram contra a festa do vinho, eram contra tudo. É a Igreja x a festa do vinho... A comissão da Igreja cortava, não deixava crescer. (...) Eles não participam de nada, você pode convidar... não vão num jantar, não vão num café, nem apresentação, podia né, quando tem festa... (N19)

Mesmo a Festa do Vinho, realizada nos três últimos anos:

Quem promove mais a Festa do Vinho é a Secretaria de Turismo, através de uma comissão independente que a gente cria, né, na época da festa, cria uma comissão independente... pra dá uma ajuda, mas quem realmente mais faz é a Secretaria... daí quando acaba a festa, se desfaz. A Igreja poderia participar junto, sabe, a gente já pensou de início que seria uma boa idéia trabalhar em conjunto Secretaria, comissão da Igreja... (N11)

Os relatos mais uma vez refletem a fragilidade das formas associativas dos agricultores da comunidade. Sem o estímulo externo, seriam mais restritas as possibilidades de se institucionalizar as Festas do Vinho e o grupo folclórico. Por tal motivo, pareceu-nos que a relativa estabilidade estrutural dos eventos sociais relacionados ao turismo depende, em grande medida, da influência de elemento externo, no caso, do poder público local. Mas, por outro lado, é possível afirmar, também, que a institucionalização de tais eventos contribui, ao mesmo tempo, para sustentar e redefinir a ruralidade local.

4.2.2 A Reconstrução de um Rural Múltiplo

A partir da implementação das atividades relacionadas ao turismo rural, a comunidade viu ampliadas não somente suas possibilidades de ocupação de mão-de-obra, que se mostram complementares às atividades agrícolas, mas também a sua rede

de sociabilidade. Os moradores são estimulados a lançar mão de formas alternativas de organização da produção, que resgatem e valorizem um saber tradicional. E a agricultura deixa de ser a fonte exclusiva de ocupação e de renda, embora se mantenha como a base de sustentação das unidades familiares da colônia.

Nessa nova ruralidade que se desenha, mostram estar intimamente associadas as noções de pluriatividade e de multifuncionalidade da agricultura. A primeira, no que se refere às diversas ocupações - agrícolas e não-agrícolas - desempenhadas pelos membros das famílias, reafirmando uma peculiaridade do campesinato. A segunda, quanto às múltiplas dimensões que a ruralidade é capaz de prover, tanto aos habitantes do campo quanto aos das cidades. Segundo MALUF (2004), essas dimensões podem ser expressas em quatro funções que se constituem nas principais referências para se avaliar a multifuncionalidade da agricultura: *a)* a reprodução socioeconômica das famílias; *b)* a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; *c)* a manutenção do tecido sociocultural; *d)* a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. A estas múltiplas funções que lhe são atribuídas, e cujas dinâmicas de manifestação e articulação refletem o contexto socioespacial no qual se inserem, acrescentaríamos uma outra: o rural como bem de consumo, de lazer para os habitantes das cidades, a exemplo do turismo. Nessa perspectiva, a agricultura de base familiar é, por excelência, a mais propensa à multifuncionalidade, constituindo-se, portanto, na organização social capaz de atender e articular essas diversas dimensões.

Consideramos, entretanto, que a expressão “multifuncionalidade da agricultura” parece enfatizar a atividade agrícola como sendo o principal referencial do rural. É nesse sentido que MALUF (2002, p. 252-254) ressalta o viés funcionalista da noção de multifuncionalidade e a excessiva ênfase concedida à dimensão econômica da reprodução das famílias rurais. O próprio termo “agricultura” se reveste de um significado que engloba um conjunto de elementos econômicos, sociais, ambientais e culturais, fato que provoca controvérsias quanto ao uso dessa noção, no que diz respeito à definição de ‘rural’; “...não há como negar que se referir à multifuncionalidade ‘da agricultura’ implica atribuir papel central à atividade agrícola na conformação do rural e na reprodução da ampla maioria das famílias rurais...”,

mesmo porque, principalmente em países como o Brasil - com dimensões continentais, grande contingente populacional e elevado grau de iniquidade social – a produção agroalimentar torna-se um imperativo. Mas o caráter pluridimensional do enfoque da multifuncionalidade nasce justamente de uma crítica à visão produtivista, “...como vem sendo bastante enfatizado, nem toda a agricultura é multifuncional.”

Nesse contexto, onde a reorganização do rural é sustentada pelos eventos sociais e pelas oportunidades de ocupação de mão-de-obra gerados pelo turismo no Mergulhão, intensifica-se a integração com o mundo urbano, ampliam-se as trocas, ultrapassando-se os limites da sociabilidade típica dos bairros rurais. Entretanto, o resgate de antigas práticas e tradições comunitárias, assumindo novos significados, bem como a valorização do lugar como espaço de residência e de trabalho, desenham um rural múltiplo, que guarda suas especificidades nos modos de vida de seus moradores.

O que se observa no caso estudado é que não ocorre a pretensa urbanização do campo. Ao contrário, reafirmam-se as diferenças entre estes espaços, os quais se mostram estreitamente interdependentes. Tal interdependência deve-se tanto à melhoria das condições de infra-estrutura da comunidade, quanto às funções que cada qual – urbano e rural - é capaz de suprir um com relação ao outro. Nesse particular, WANDERLEY (2000b) considera que o complexo processo de modernização das sociedades tem implicado na crescente “paridade social” da relação campo-cidade, que se traduz nas similitudes de condições de vida, principalmente nos países de capitalismo avançado. Se, por um lado, torna-se evidente não haver mais lugar para descontinuidades entre o meio rural e urbano, em contrapartida, ocorre a afirmação da identidade dos rurais como um “ator coletivo”, ao mesmo tempo em que são reiteradas as diferenças entre esses espaços.

Ao atrair o interesse de visitantes através do turismo rural, o modo de vida dos habitantes do Mergulhão parece ser reafirmado a partir da relação com os “desconhecidos” ou “de fora”. Mas constatamos, também, que tal relação é melhor aceita enquanto os visitantes se limitarem a consumir apenas o que o lugar oferece como espaço de lazer ou produtos diferenciados, e desde que a comunidade não atraia

o interesse de “estranhos” como local de residência, seja ela permanente ou secundária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recentes transformações ocorridas na comunidade em função da inserção do turismo rural não a tornam um espaço predominantemente não-agrícola, uma vez que a base de sustentação da atividade turística é a produção primária. Apesar da diversidade de ocupações desempenhadas pelos moradores, a agricultura se mantém como fator definidor da identidade social das famílias e da comunidade.

Estas transformações, no entanto, foram desencadeadas por agentes externos à colônia e, num primeiro momento, a iniciativa de estímulo ao turismo, com a valorização da tradição local a partir da produção artesanal do vinho, é recebida pelos agricultores familiares apenas como uma alternativa de renda, como uma oportunidade de apropriação de um nicho de mercado. Embora não tenham sido eles os sujeitos da criação do “Caminho do Vinho”, a proposta se reveste de um novo significado, principalmente em função do interesse que desperta nos jovens, que passam a relativizar a alternativa de migrar para a cidade em busca de emprego.

O espaço, até recentemente associado às práticas predominantemente agrícolas, com intensa mecanização do solo e uso de insumos externos, passa a representar novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, tanto para os seus atuais habitantes quanto para os que, ainda mantendo laços de parentesco com a comunidade, haviam optado pelo núcleo urbano, seja como local de moradia, seja de emprego. As novas perspectivas de trabalho, a localização próxima a um grande centro urbano, os atrativos turísticos e a facilidade de mobilidade cotidiana – permitindo que o local de trabalho e de residência não sejam, necessariamente, os mesmos – propiciam uma dupla inserção no campo e na cidade, acabando por dinamizar a vida na comunidade.

Para além da dimensão econômica, a ruralidade local é recriada a partir da valorização da tradição do lugar. O processo em curso não parece estar construindo algo totalmente novo, resultante da junção de duas realidades opostas - campo e cidade – uma vez que existe relação com uma realidade pretérita. É justamente a tradição camponesa dos imigrantes que se instalaram na comunidade que possibilita aos agricultores familiares adaptarem-se às novas exigências da sociedade. Nesse processo, não há incompatibilidade entre permanência das tradições culturais e

modernização da sociedade, pois que esta integra o que poderia ser tido como “atraso” a ser superado. Evidentemente, no contexto das “sociedades de hiper mobilidade”, há predomínio de elementos de alteração sobre os de persistência, provocando mudanças nos modos de vida dos agricultores. Entretanto, tal dinâmica não implica em ruptura definitiva entre a agricultura familiar moderna e a tradição camponesa.

Alguns dos elementos típicos da sociabilidade dos bairros rurais não mais se verificam na colônia. Essa condição, que a princípio poderia ser vista como de desagregação das relações sociais entre os moradores, não pode, necessariamente, ser imputada à proximidade da comunidade a um grande centro urbano. Ao contrário, com a introdução do turismo os agricultores estão sendo capazes tanto de incorporar os bens oferecidos pela cidade como de resgatar, atualizar e valorizar suas tradições, imprimindo um caráter de ruralidade ao local que se constitui no atrativo para os turistas provenientes das cidades.

A intensificação das relações com os “de fora”, propiciada pelas atividades vinculadas ao turismo na comunidade, parece ter promovido a consolidação da identidade social dos moradores. Ao invés da irresistível descaracterização do espaço rural em função da incorporação de elementos sociais, culturais e econômicos distintos, das trocas com outras categorias, processa-se a sua reconstrução, alicerçada na valorização da cultura do lugar. Isso evidencia que a complexidade das relações entre o rural e o urbano não mais comporta o enfoque de dualidade entre estes espaços, nem tampouco a de uniformização de ambos. Ocorre, antes, um ajustamento recíproco, com influência mútua entre as sociedades urbanas e rurais, e não a absorção destas pelo mundo urbano-industrial.

Embora se constitua numa experiência ainda recente, o movimento de reorientação das alternativas de sobrevivência das unidades familiares com a introdução do turismo denota a capacidade de adaptação da agricultura familiar, tanto frente a obstáculos quanto a estímulos. A diversidade de ocupações, caracterizando o fenômeno – antigo – da pluriatividade, somado à atualização e à valorização de suas tradições, se configura num processo de reconstrução do rural, no qual se reconhece

que os agricultores familiares modernos continuam sendo, conforme CHAYANOV, “sujeitos criando a sua própria existência”.

Esse movimento de redefinição evidencia que os vínculos mantidos com a tradição se manifestam tanto no sentido de os agricultores se apropriarem de um nicho de mercado - representado pelo turismo rural -, quanto no resgate de uma realidade pretérita, que passa a ser valorizada como patrimônio sociocultural de um grupo.

Pareceu-nos que esse resgate da tradição não implica em revivê-la em suas antigas formas de expressão, e sim em vivê-la como uma “tradição moderna”, permeada de nuances que lhe são impressas pela intensa troca que se estabelece entre os habitantes do lugar e os “de fora”, o que lhe faculta, portanto, o adjetivo de moderno. Assim, pois, a antítese contida na expressão “tradição moderna” seria apenas aparente, uma vez que a tradição é continuamente recriada.

Dentre as vertentes de reorganização do campo, a que prevê a uniformização do rural sob a influência das cidades nos induz a identificá-la com o caminho “único” oferecido pelo “inelutável” processo de globalização a que as sociedades estariam submetidas. Essa percepção nos remete à visão clássica que vincula o rural ao atraso, significando que o moderno deve necessariamente romper com o tradicional.

Contrariamente, na concepção que aponta para o renascimento do rural, conquanto haja integração entre cidade e campo, a reafirmação de suas diferenças sociais e espaciais constitui-se mesmo numa forma de reação à globalização. Essa vertente pressupõe que a modernização das sociedades rurais não implica na sua superação, mas na valorização da diversidade sociocultural como patrimônio e riqueza de um povo.

O presente estudo nos revelou um aspecto a princípio não considerado quando nos aproximamos do objeto de pesquisa, que diz respeito aos conflitos entre grupos. Evidentemente este novo elemento requer maiores investigações no contexto da ruralidade local; entretanto, aventamos uma hipótese que julgamos capaz de justificar, ainda que em parte, tais desavenças: a própria atividade turística, por estimular uma maior competitividade entre as unidades familiares, desencadearia os conflitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998(a).

_____. **Do rural ao território**: uma proposta de trabalho, 1998(b). Mimeo.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão n. 702, Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000. 31 p.

BALESTRIN, N. L. **Um olhar sobre a Clac**: inserção econômica e participação do quadro social. Curitiba, 1995. 106 f. Trabalho de Graduação (Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998. p. 71-102.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n. 10, p. 119-125, 2004.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n. 621, Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1999. 23p.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: Moreira, R.; Costa, L. F. (Orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-240.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, n. 1, p. 53-75, out. 1998.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da; Stolcke, V. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DEPARTAMENTO DE TURISMO, SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004. **Mimeo**.

FERREIRA, A. D. D.; Zanoni, M. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998. p. 15-26.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998. p. 51-70.

IANNI, O. A utopia camponesa. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 172-185, 1986.

IPARDES. Os migrantes na área metropolitana de Curitiba. Curitiba, 1979, 218 p.

JEAN, B. **A forma social da agricultura familiar contemporânea**: sobrevivência ou criação da economia moderna. Brasília, jul. 2004. Mimeo.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica**: estratégia para uma nova ruralidade. Curitiba, 2001. 232 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993. p. 13-33. v. 1.

_____. **A agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1998. v. 2.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. Brasília, jul. 2004. Mimeo.

_____. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: Moreira, R.; Costa, L. F. (Orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 241-259.

MARTINS, J. de S. Prefácio. In: SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. ix-xviii.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: USP, 1973(a).

_____. **Bairros rurais paulistas** (dinâmica das relações bairro rural-cidade). São Paulo: Duas Cidades, 1973(b), 157 p.

_____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil** (ensaios). São Paulo: Livros técnicos e científicos/Edusp, 1978.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hubitec, 1984.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/sergio/12teoriasocialagriculturafamiliar.pdf>> Acesso em: 30 maio 2005.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, F. A. Análise comparativa de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades do vale do São Francisco. [Curitiba]: Universidade do Paraná, 1955.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

_____. Por que separar o urbano do rural? **Globo Rural**, São Paulo, n. 197, p. 64-65, mar. 2002.

VEIGA, J. E. da. Debates: agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/ago. 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da Anpocs, Caxambu, out. 1996. Mimeo.

_____. **O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. 199_. [S.I.: s.n.], Mimeo.

_____. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, 1998(a). v. 2. p. 27-31.

_____. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, 1998(b). v. 2. p. 207-231.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem à Alexander V. Chayanov. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998(c). p. 29-49.

_____. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, out. 1999. Mimeo.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n. 2, p. 29-37, 2000a.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar. 2000b. Mimeo.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **?Una nueva ruralidad em América Latina?** Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/rural/WANDERLEY.pdf>> Acesso em: 30 maio 2005.

WILKINSON, J. **Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural**. Disponível em: <<http://emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/06-artigo1.htm>> Acesso em: 20 maio 2005.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1961.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA DOS INFORMANTES (IDADE, SEXO, ESCOLARIDADE, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL, LOCAL DE RESIDÊNCIA), COLÔNIA MERGULHÃO – OUT/NOV 2004

Continua

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	LOCAL DE RESIDÊNCIA
N1 Filhos	66	f	Ensino fundamental	Pecuarista	Viúva	Na unidade familiar
1A	44	f	Ensino médio	Agricultora	Viúva	Outro
1B	43	m	Ensino fundamental	Agricultor	Casado	Mesmo (casa separada)
1C	42	f	Ensino médio	Agricultora		Outro (no Mergulhão)
N2 Cônjuge	52	m	Ensino fundamental	Agricultor	Casado	Na unidade familiar
Filhos	48	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Mesmo
2A	25	f	Ensino médio	Empregada doméstica, estudante	Solteira	Mesmo
2B	22	f	Ensino médio	Empregada doméstica, estudante	Casada	Outro (S. J. Pinhais)
N3 Cônjuge	42	f	Ensino médio	Agricultora		Na unidade familiar
Filhos	71	m	Ensino fundamental	Agricultor		Mesmo
3A	25	m	Ensino médio	Técnico em autoelétrica	Casado	Outro (em São Paulo)
3B	23	m	Ensino médio	Estudante	Solteiro	Mesmo
3C	21	f	Ensino superior inc.	Estudante	Solteira	Outro (S. J. Pinhais)
3D	19	f	Ensino médio	Estudante	Solteira	Outro (S. J. Pinhais)
3E	13	f	Ensino fundamental	Estudante	Solteira	Mesmo
N4 Pai	17	m	Ensino médio	Torneiro mecânico; agricultor	Solteiro	Na unidade familiar
Mãe	52	m	Ensino fundamental	Torneiro mecânico	Casado	Mesmo
Irmãos	48	f	Ensino fundamental	Dona-de-casa	Casada	Mesmo
4A	22	m	Ensino médio	Torneiro mecânico	Solteiro	Mesmo
4B	21	m	Ensino médio	Torneiro mecânico	Solteiro	Mesmo

Continuação

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	LOCAL DE RESIDÊNCIA
N5	44	f	Ensino médio	Vinicultora	Casada	Na unidade familiar
Cônjuge	49	m	Ensino fundamental	Vinicultor	Casado	Mesmo
Filhos						
5A	24	f	Ensino médio	Vendedora (televendas)	Casada	Outro (S. J. Pinhais)
5B	21	m	Ensino médio	Mecânico	Solteiro	Mesmo
5C	18	f	Ensino médio	Estudante	Solteira	Mesmo
N6	71	m	Ensino fundamental	Agricultor	Viúvo	Na unidade familiar
Filhos						
6A	41	m	Ensino médio	Agricultor	Casado	Outro (S. J. Pinhais; trabalha com o pai)
6B	39	m	Ensino fundamental	Agricultor	Casado	Outro (S. J. Pinhais; trabalha com o pai)
6C	45	f	Ensino fundamental	Cabeleireira	Separada	Outro (S. J. Pinhais)
6D	48	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Outro (colônia Acioly)
N7	46	f	Ensino fundamental	Lavradora	Casada	Na unidade familiar
Cônjuge	47	m	Ensino fundamental	Lavrador; latoeiro	Casado	Mesmo
7A	24	f	Ensino médio	Vendedora	Solteira	Mesmo
7B	20	m	Ensino médio	Lavrador	Solteiro	Mesmo
7C	18	f	Ensino médio	Estudante	Solteira	Mesmo
N8	62	m	Não estudou	Agricultor	Casado	Na unidade familiar
Cônjuge	57	f	Ensino fundamental inc.	Agricultora	Casada	Mesmo
Filhos						
8A	35	m	Ensino fundamental inc.	Lavrador	Casado	Outro (no Mergulhão)
8B	34	m	Ensino fundamental	Lavrador	Casado	Mesmo
8C	32	f	Ensino fundamental inc.	Lavradora	Casado	Outro (no Mergulhão)
8D	30	m	Ensino fundamental inc.	Lavrador	Casado	Mesmo (casa separada)
8E	Não soube	f	Ensino fundamental inc.	Lavradora	Casado	Outro (colônia Acioly)
8F	Não soube	m	Ensino fundamental inc.	Lavrador	Casado	Mesmo (casa separada)
N9	73	m	Ensino médio	Artista plástico	Viúvo	Na unidade familiar
Filho						
9A	Não soube	m	Ensino médio	Agricultor	Casado	Mesmo (casa separada)

Continuação

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	LOCAL DE RESIDÊNCIA
N10	52	m	Ensino fundamental	Agricultor; carpinteiro	Casado	Na unidade familiar
Cônjuge	55	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Mesmo
Filhos						
10A	29	f	Ensino médio	Agricultora	Casada	Outro (no Mergulhão)
10B	26	m	Ensino fundamental	Agricultor (porcenteiro)	Solteiro	Mesmo
10C	24	f	Ensino médio	Dona-de-casa	Casada	Mesmo
10D	23	m	Ensino médio	Agricultor (porcenteiro)	Casado	Mesmo
N11	Não informou	m	Ensino fundamental	Autônomo; agricultor	Solteiro	Na unidade familiar
N12	45	f	Ensino médio	Agricultora	Viúva	Na unidade familiar
Filhos						
12A	24	f	Ensino superior	Aeroviária; agricultora	Casada	Mesmo
12B	23	f	Ensino superior	Professora	Casada	Outro
12C	20	f	Ensino superior	Estudante	Casada	Outro
12D	16	f	Ensino médio	Estudante; agricultora	Solteira	Mesmo
N13	39	m	Ensino fundamental	Lavrador	Casado	Na unidade familiar
Cônjuge	32	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Mesmo
Filhos						
13A	11	m	Ensino fundamental	Estudante	Solteiro	Mesmo
13B	8	f	Ensino fundamental	Estudante	Solteiro	Mesmo
N14	46	m	Ensino fundamental	Lavrador	Solteiro	Na unidade familiar
Irmão	59	m	Ensino fundamental	Lavrador	Solteiro	Mesmo
N15	64	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Na unidade familiar
Cônjuge	67	m	Ensino fundamental	Lavrador	Casado	Mesmo
15A	45	f	Ensino fundamental	Dona-de-casa	Casada	Outro
15B	43	f	Ensino fundamental	Dona-de-casa	Casada	Outro
15C	42	f	Ensino fundamental	Dona-de-casa	Casada	Outro
15D	40	m	Ensino fundamental	Aeroviário	Casado	Outro
15E	31	m	Ensino fundamental	Agricultor	Casado	Mesmo

Continuação

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	LOCAL DE RESIDÊNCIA
N16	36	m	Ensino fundamental	Agricultor	Casado	Na unidade familiar
Cônjuge	34	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Mesmo
N17	34	m	Ensino fundamental	Agricultor	Casado	Na unidade familiar
Pai	72	m	Ensino fundamental in	Agricultor	Casado	Mesmo
Mãe	64	f	Ensino fundamental in	Agricultora	Casada	Mesmo
Irmãos						
17A	40	f	Ensino fundamental	Dona-de-casa	Casada	Outro (no Mergulhão)
17B	32	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Outro (colônia Acioly)
17C	27	m	Ensino fundamental	Agricultor	Solteiro	Mesmo
17D	24	m	Ensino fundamental	Metalúrgico	Casado	Mesmo (casa separada)
N18	48	m	Ensino fundamental	Agricultor	Casado	Na unidade familiar
Cônjuge	48	f	Ensino fundamental	Agricultora	Casada	Mesmo
Filhos						
18A	22	m	Ensino médio	Operário, agricultor	Solteiro	Mesmo
18B	20	f	Ensino médio	Balconista	Solteiro	Mesmo
18C	16	m	Ensino médio	Agricultor	Solteiro	Mesmo
Sogra	Não soube	f	Ensino fundamental	Agricultora	Viúva	Mesmo
N19	65	f	Ensino fundamental	Lavradora	Casada	Na unidade familiar
Cônjuge	70	m	Ensino fundamental	Lavrador	Casado	Mesmo
Filhos						
19A	42	f	Ensino médio	Comerciante	Casada	Outro
19B	39	f	Ensino médio	Funcionária pública	Viúva	Mesmo
19C	34	f	Ensino superior	Professora	Casada	Outro
19D	32	f	Ensino médio	Lavradora, do lar	Casada	Outro
19E	28	f	Ensino superior	Caixa loja	Solteira	Outro
19F	22	m	Ensino médio	Motorista	Solteiro	Mesmo

Conclusão

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	LOCAL DE RESIDÊNCIA
N20	28	m	Ensino fundamental	agricultor	Casado	Na unidade familiar
Cônjuge	29	f	Ensino fundamental	Do lar, agricultora	Casada	Mesmo
Filho	2,5	m				Mesmo

FONTE: Trabalho de campo.

NOTA: Para cada unidade familiar que compõe a amostra utilizamos, para identificar o responsável pelo estabelecimento que respondeu ao questionário, a letra “N”, seguida de numeração; para os demais membros da mesma família repetimos o número utilizado para designar o informante, seguido por letras em ordem alfabética. As linhas grafadas em negrito referem-se aos que responderam ao questionário e aos que acompanharam.

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO

Data da Entrevista:

1. Qual o seu nome?

2. Qual a sua profissão?

3. Composição da família

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE	SEXO	PROFIS SÃO	ESTADO CIVIL	LOCAL DE RESIDÊNCIA (NA UNIDADE FAMILIAR)
					() não () sim; na mesma casa () casa separada ()
					() não () sim; na mesma casa () casa separada ()
					() não () sim; na mesma casa () casa separada ()
					() não () sim; na mesma casa () casa separada ()
					() não () sim; na mesma casa () casa separada ()
					() não () sim; na mesma casa () casa separada ()

4. Escolaridade

MEMBRO DA FAMÍLIA	ESCOLARIDADE
	() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior
	() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior
	() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior
	() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior
	() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior
	() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior

5. Sua família é descendente de imigrantes? () não () sim ()

De que origem? () italiana () polonesa () outra

6. Há quanto tempo sua família mora na propriedade?

7. A propriedade já pertencia a seus pais ou avós, desde quando?

8. Qual a forma de posse da terra?

() proprietário () arrendatário () parceiro () posseiro () meeiro () outro

9. Qual a forma de obtenção da terra

() compra () herança; se por herança: () pais () sogros () outros

10. Qual a área de sua propriedade?

11. A família produz alimentos para o autoconsumo? () não () sim

Quais os membros da família envolvidos? () pais () cônjuge () filhos

12. A manutenção da família é feita a partir de atividades desenvolvidas na unidade familiar e/ou de atividades externas? () atividades na unidade familiar () atividades externas

Se na unidade familiar: () agrícolas () não-agrícolas

Se atividades externas: () agrícolas () não-agrícolas

13. Considera importante obter uma renda de origem externa à propriedade?

não sim; se sim, essa renda externa:

é fundamental para a subsistência da família;

serve somente para melhorar a qualidade de vida da família;

é apenas uma forma de obter renda para investimento.

Caso haja renda oriunda de atividades externas, ela é utilizada para realizar investimentos na propriedade? não sim

14. Há algum membro da família aposentado? não sim

Se sim, quem são? pai mãe outro

15. Qual o percentual da aposentadoria na composição da renda da família?

16. Qual a proporção, na composição da renda familiar, das atividades desenvolvidas na propriedade e fora dela? Na propriedade: ____% Fora da propriedade: ____%

16.1) Atividades desenvolvidas na propriedade

AGRÍCOLA	MEMBRO DA FAMÍLIA OCUPADO	CULTIVO	COMERCIALIZAÇÃO	% RENDA/MÊS
Produção de olerícolas		<input type="checkbox"/> orgânico <input type="checkbox"/> convencional	<input type="checkbox"/> in natura <input type="checkbox"/> processado	
Cultura permanente		<input type="checkbox"/> orgânico <input type="checkbox"/> convencional	<input type="checkbox"/> in natura <input type="checkbox"/> processado	
Outro				
Não-agrícola				
Produção de vinho		<input type="checkbox"/> orgânico <input type="checkbox"/> convencional	<input type="checkbox"/> in natura <input type="checkbox"/> processado	
Turismo rural (cantina vinho; pesque-pague; outro)				
Outro				

16.2) Atividades externas

AGRÍCOLA	MEMBRO DA FAMÍLIA OCUPADO	OCUPAÇÃO	% RENDA/MÊS
NÃO-AGRÍCOLA			

17. No caso de turismo rural:

O que oferece aos visitantes?

Que tempo disponibiliza para atendê-los?

18. Qual a principal atividade desenvolvida antes do turismo?

19. Há quanto tempo os moradores do Mergulhão produzem vinho?

20. Pretende desenvolver algum projeto (produtivo ou não) na propriedade? Qual?

21. As técnicas utilizadas em seus cultivos e/ou no processamento da matéria-prima provêm exclusivamente das orientações de profissionais da área agrônômica, ou lança mão de práticas ou conhecimentos próprios e/ou repassados por seus antepassados ou vizinhos? Quais?
22. Considera que para se obter êxito nas atividades desenvolvidas em sua unidade familiar é necessária a utilização de técnicas avançadas? () não () sim; se sim, quais?
23. Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho?
() não () sim; se sim, quem ajuda?
24. Possui empregados permanentes?
() não () sim; se sim, como se dão as relações de trabalho:
() com carteira assinada () informal
25. Arrenda ou já arrendou terra de terceiros?
() não () sim; se sim, quanto, de quem?
Estabeleceu-se contrato formal entre as partes ou apenas houve empréstimo?
() contrato formal () apenas empréstimo
26. Gostaria de aumentar a área de sua propriedade? () não () sim
27. Venderia sua terra? () não () sim; se sim, por quê?
() para ir morar na cidade;
() para adquirir área maior noutra comunidade ou região;
() para ajudar os filhos a se estabelecerem noutra profissão;
() para pagar dívidas; () outro, qual?
28. Considera que seja menos trabalhoso viver como assalariado na cidade? () não () sim
29. Considera ser melhor viver aqui na propriedade ou na cidade? () na propriedade () na cidade
30. Se pudesse optar entre mudar para a cidade, para outra região ou permanecer na propriedade, o que faria?
() permaneceria na propriedade () mudaria para a cidade () outro lugar; para onde?
31. Com relação a seus filhos, prefere:
() que eles vivam e trabalhem na cidade;
() que eles vivam na propriedade e trabalhem na cidade;
() que eles continuem vivendo e trabalhando na propriedade.
Neste último caso, prefere que eles desenvolvam atividades: () agrícolas () não-agrícolas
32. Tem algum parente nesta comunidade? () não () sim
33. A comunidade possui uma associação? () não () sim; se sim, foi criada com que finalidade?
É regida por um estatuto? () não () sim
34. Sua família freqüenta a igreja? () não () sim; qual?
35. O senhor ou sua família freqüenta algum grupo de reflexão? () não () sim, qual?
36. Sua família participa de alguma atividade recreativa? () não () sim; qual?

37. A comunidade costuma promover alguma festividade? () não () sim; quais?
38. Aonde residem os seus melhores amigos?
39. Qual a profissão deles?
40. Considera que seja fácil estabelecer relações de amizade com as demais famílias da comunidade?
() não () sim
45. É compadre/comadre de algum outro morador da comunidade? () não () sim
46. Existem conflitos entre as famílias desta comunidade? () não () sim; se sim, de que tipo?
47. Ocorre a troca de dias de serviço entre os moradores? () não () sim; se sim, por quê?
() para realizar alguma etapa do processo produtivo (colheita, poda)
() reforma/construção de moradia/galpão
() outro
48. Os moradores da comunidade fazem mutirão? () não () sim; se sim, com que finalidade?
49. Estabelece-se uma relação de igualdade entre as famílias na comunidade ou alguma(s) dela(s) se destaca ou é tida como mais importante? () relações de igualdade () relações desiguais
50. A comunidade possui: () escola () posto de saúde () espaço de lazer
51. Com a introdução das novas atividades como o turismo, considera que tenha mudado alguma coisa na sua profissão?